

**CRISTIANE ALVES DE ALMEIDA FELIPE**

*ANTÔNIO DÓ*: OS PERSONAGENS. Representações  
do jagunço na literatura de Manoel Ambrósio e Petrônio  
Braz

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
MONTES CLAROS  
Setembro / 2018

**CRISTIANE ALVES DE ALMEIDA FELIPE**

*ANTÔNIO DÓ*: OS PERSONAGENS. Representações  
do jagunço na literatura de Manoel Ambrósio e Petrônio  
Braz

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Área de concentração: Literatura Brasileira.

Linha de Pesquisa: Literatura de Minas Gerais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Ivana Ferrante Rebello.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
MONTES CLAROS – MG  
Setembro / 2018

**ALUNO(A):CRISTIANE ALVES DE ALMEIDA FELIPE**

*ANTÔNIO DÓ: OS PERSONAGENS. Representações  
do jagunço na literatura de Manoel Ambrósio e Petrônio  
Braz*

**BANCA (TITULARES)**

ASSINATURAS

Prof(a). Dr(a). Ivana Ferrante Rebello (UNIMONTES/ MG)\_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a). Telma Borges da Silva (UNIMONTES/ MG)\_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a). Alex Sander Campos (IFNM/ Salinas/ MG)\_\_\_\_\_

**BANCA (SUPLENTE)**

Prof(a). Dr(a). Alex Fabiano Correia Jardim(UNIMONTES/ MG)\_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a). Márcia Marques de Moraes(PUC/ Minas)\_\_\_\_\_

**APROVADA**

**REPROVADA**

Dedico este trabalho aos meus pais, David e Elizabete, por sempre acreditarem em mim, aos meus irmãos Clóvis (*in memoriam*), Carlos e Cleane por torcerem pelo meu sucesso e a Leonardo Felipe por toda a paciência, incentivo e motivação para realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, meu maior Mestre!

A meus pais, meus guias.

A meus irmãos Clóvis (*in memoriam*), Carlos e Cleane, por acreditarem em mim e me incentivarem.

Ao meu esposo, Leonardo Felipe Machado, pela sua incansável paciência, compreensão, apoio e incentivo para a realização e conclusão deste trabalho e por acreditar e me ajudar a tornar esse sonho possível.

A minha Tia Maria Luiza Neves de Almeida, por sempre me desejar o melhor, me incentivar e torcer pelo meu sucesso.

A Lillian Melo, Denise Abreu e Daiane Andrade pela confiança, amizade e incentivo!

A minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Ivana Ferrante Rebello, por toda aprendizagem e singular dedicação para que esse trabalho fosse possível!

Aos meus mestres, por todo o conhecimento.

Aos meus familiares e amigos, sou grata por tudo. Meu muito obrigada!

*Pernambuco da cana-caiana  
Do verde imburana  
Do cajá, do mel  
Se destina vida severina  
A moer na usina o amargor do fel*

*Pernambuco dos olhos de holanda  
Do negro luanda cheirando a banguê  
Se destina vida severina  
A moer na usina, remoer, moer*

*No remoer de sol a sol  
Para mover velho banguê  
Remoer fazer forró  
Arrasta- pé no massapé*

(Alceu Valença, “Cana-caiana”)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o personagem Antônio Dó nas obras *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* (1976), de Manoel Ambrósio, e *Serrano de Pilão Arcado: A saga de Antônio Dó* (2006), de Petrônio Braz, tendo como viés o fenômeno do jaguncismo e seu significado na constituição do personagem heroico. Os autores selecionados, em tempos cronológicos diferentes, são naturais do norte de Minas Gerais e tiveram contato próximo com Antônio Dó e suas façanhas. Para ambos, a literatura oral, passada de geração a geração entre o povo barranqueiro – habitante ribeirinho do São Francisco – constituiu importante matéria de pesquisa. A natureza testemunhal do livro de Ambrósio e a valorização da cultura sertaneja impressa em suas páginas permitiram, ainda, que ele se tornasse uma das principais fontes para a escrita do livro de Petrônio Braz. Naturalmente, uma reflexão sobre o fenômeno do jaguncismo mineiro, aliada a uma reflexão sobre o espaço do sertão e sobre o sertanejo constituíram-se elementos importantes para que este estudo pudesse pensar a construção ficcional de Antônio Dó e o significado de sua presença na construção do imaginário do homem do interior de Minas Gerais. Constituindo-se zona isolada, por muitos anos, o norte de Minas foi território esquecido pelo governo e pela justiça institucionalizada, o que permitiu que ele, em fenômeno similar aos movimentos dos cangaceiros no Nordeste, vivesse seu próprio estado de exceção, durante os anos em que Antônio Dó, o “severo bandido”, por aqui viveu. Como referencial metodológico e crítico utilizamos os estudos de Antonio Candido, Câmara Cascudo, Gustavo Barroso, Janaína Amado e Guardini Vasconcelos para reflexão sobre o sertão, o sertanejo e o personagem, nascido neste e por este espaço, com suas peculiaridades. Maria Isaura Pereira de Queiroz e Rejane Meireles Rodrigues nos auxiliaram a compreender Antônio Dó, inserido num importante ciclo social e histórico da cultura sertaneja. A literatura, como compreendemos, não cria além da história, embora dela se nutra para constituir a verossimilhança de seu texto. No cruzamento daquilo que a história oficial registrou e que os jornais da época noticiaram, a literatura, sobretudo, privilegiou a experiência humana – e foi este o Antônio Dó que a leitura do texto literário nos devolveu, com suas nuances e singularidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Manoel Ambrósio; Petrônio Braz; Antônio Dó; jagunço; sertão.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the character Antônio Dó in the works *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* (1976) by Manoel Ambrósio and Serrano de Pilão Arcado; *A saga de Antônio Dó* (2006) by Petrônio Braz, taking as a bias the phenomenon of jaguncismo and its meaning in the constitution of the heroic character. The authors selected, in different chronological times, are natural of the North of Minas Gerais and had close contact with Antônio Dó and his feats. For both, the oral literature, passed from generation to generation among the barranqueiro people - inhabitant of the São Francisco river - constituted important matter of research. The testimonial nature of Ambrósio's book and the valorization of the sertaneja culture printed on its pages also allowed it to become one of the main sources for the writing of Petrônio Braz's book. Naturally, a reflection on the phenomenon of mining jaguncism, combined with a reflection on the space of the sertão and the sertanejo, constituted important elements for this study to think about the fictional construction of Antônio Dó and the meaning of his presence in the construction of the imaginary of the man from the interior of Minas Gerais. For many years, the North of Minas Gerais was a forgotten area of government and institutionalized justice, which allowed it, in a phenomenon similar to the movements of the cangaceiros in the Northeast, to live its own state of exception during the years in which Antônio Dó, the "severe bandit", lived here. As a methodological and critical reference we used the studies of Antonio Candido, Câmara Cascudo, Gustavo Barroso, Janaína Amado, and Guardini Vasconcelos for reflection on the sertão, sertanejo and the character, born in this and for this space, with its peculiarities. Maria Isaura Pereira de Queiroz and Rejane Meireles Rodrigues helped us to understand Antônio Dó, inserted in an important social and historical cycle of the sertaneja culture. Literature, as we understand it, does not create beyond history, although it nourishes itself to constitute the verisimilitude of its text. At the intersection of what official history recorded and the newspapers of the time reported, literature, above all, privileged the human experience - and this was the Antônio Dó that the reading of the literary text returned us with its nuances and singularities.

**KEY WORDS:** Manoel Ambrósio; Petrônio Braz; Antônio Dó; jagunço; backcountry.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – O jagunço. Aldemir Martins, 1967 .....	26
FIGURA 2 – Virgulino Pereira da Silva – Lampião e Maria Bonita na Ribeira do Capiá em Alagoas, 1936. Beijamin Abrahão .....	39
FIGURA 3 – As vestes do cangaceiro .....	40
FIGURA 4 – Anúncio jornalístico da peça <i>Lampião</i> de Raquel de Queiroz, 1954 .....	41
FIGURA 5 – Folheto escrito por Francisco das Chagas Batista – <i>Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento</i> , publicado em 1904 .....	42
FIGURA 6 – Epígrafe do trecho do cordel escrito por Rodolfo Coelho, 1977 .....	43
FIGURA 7 – Assinatura de Antônio Dó e parecer grafológico contido na terceira edição da obra <i>Antônio Dó: a história verídica de um jagunço famoso</i> , de Saul Martins, 1967.....	47
FIGURA 8 – Desenho reproduzido a partir da fotografia autêntica de Antônio Dó contida na obra <i>Antônio Dó: a história verídica de um jagunço famoso</i> , de Saul Martins, 1967.....	49
FIGURA 9 – Cena do filme <i>O bandido Antônio Dó</i> de Paulo Leite Soares, 1979 .....	55
FIGURA 10 – Cartaz promocional do filme <i>O bandido Antônio Dó</i> de Paulo Leite Soares, 1979 .....	56

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - SERTANEJOS CANGACEIROS E JAGUNÇOS: PERSONAGENS DA HISTÓRIA DO SERTÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 O Jagunço e o Cangaceiro: personagens singulares.....</b>	<b>25</b>
<b>1.2 Antônio Dó: a construção do personagem .....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO II - ANTÔNIO DÓ: O PERSONAGEM .....</b>	<b>64</b>
<b>2.1 Antônio Dó: personagem de Manoel Ambrósio.....</b>	<b>65</b>
<b>2.2 Antônio Dó: personagem de Petrônio Braz .....</b>	<b>88</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

*Um cabra de Lampião  
Por nome Pilão Deitado  
Que morreu numa trincheira  
Em certo tempo passado  
Agora pelo sertão  
Anda correndo visão  
Fazendo mal-assombrado  
(José Pacheco)*

Este trabalho, que aborda o personagem de Antônio Dó nas obras *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* (1976), de Manoel Ambrósio, e *Serrano de Pilão Arcado: A saga de Antônio Dó* (2006), de Petrônio Braz, apresenta leitura e análise, dentro de uma perspectiva literária, da representatividade desse personagem nos registros ficcionais, foco principal desse estudo.

Escritos e publicados em períodos distintos, as obras que constituem os objetos da presente pesquisa apresentam o personagem Antônio Dó com uma carga de misticismo, heroísmo e tradição em meio a um sertão devastado, esquecido e palco de conflitos e lutas motivadas por justiça. Numa linha que atravessa o acontecido e o criado, pudemos entrever, na ficção, o sertão como lugar em que se encena a história do sertanejo e palco dos romances regionais brasileiros, eixo em torno do qual o personagem Antônio Dó é protagonista.

Sendo natural de Pernambuco, cresci ouvindo histórias de Lampião, uma das figuras mais conhecidas do cangaço no Brasil e ao residir no norte de Minas Gerais, conheci, por meio dos relatos de conhecidos, a figura de um controvertido jagunço – Antônio Dó – que me impulsionou a levar para a pesquisa acadêmica todo o universo de heroísmo e banditismo, medo, admiração e lutas que circundam esse importante fenômeno social da história brasileira.

Nas leituras aqui apresentadas, percebemos que os termos cangaceiro e jagunço são quase sinônimos no Norte de Minas, lugar onde o “banditismo coletivo”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>A expressão é de Oliveira Vianna, em *Instituições políticas brasileiras*, vol. 1, p. 176.

também proliferou, tendo o sertão como uma paisagem-personagem. O termo “bandido”, neste estudo, foi usado no sentido da etimologia, isto é, que compreende o vocábulo como sua matriz, advinda do italiano *bandetto*, que quer dizer “aquele que foi banido da sociedade”, derivado do verbo *bandire*, de banir, exilar<sup>2</sup>.

Percebemos que o que une a região da caatinga do norte da Bahia, a região de Canudos com os chapadões e campos no norte de Minas Gerais é o rio São Francisco, por onde veio Antônio Dó e sua família, de Serrano de Pilão Arcado, Bahia, até a cidade de São Francisco, Minas Gerais. Como observa Antonio Candido em “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”, publicado em *Vários escritos*, no Nordeste brasileiro o termo cangaço é usado para designar o bando de pessoas que se unem para lutar por algo; em Minas Gerais, o termo mais utilizado é jagunço, como observamos no romance de Guimarães Rosa. Por essa razão, no primeiro capítulo deste estudo, apresentamos uma reflexão sobre o espaço sertão e como esse espaço está retratado na ficção.

Ao referenciar o sertão, demos ênfase aos tipos representativos desse espaço, os sertanejos, cangaceiros e jagunços, que constituíram alguns dos atores principais da história brasileira, utilizando estudos de Custódia Selma Sena (2003), Capistrano de Abreu (1998), José Maurício Gomes de Almeida(1999), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), Gustavo Barroso(1923), Câmara Cascudo(1982), Wilson Lins(1952), entre outros que discorrem acerca do cangaço e do cangaceiro, fazendo uma análise desse personagem, enquanto representante do seu espaço no contexto social e político em que se insere. Buscamos compreender a representatividade desse personagem e sua relação histórica e literária na identidade do homem sertanejo em meio aos conflitos entre a classe dos despossuídos e a classe dos proprietários, para além dos limites da Primeira República do Brasil.

No segundo capítulo foi feita uma análise sobre a construção do personagem Antônio Dó a partir dos autores Manoel Ambrósio e Petrônio Braz, buscando compreender esse fenômeno social a partir da representação literária. Para estudo, tomamos como suporte teórico *A Personagem de Ficção*, de Antonio Candido

---

<sup>2</sup>Ver em *Michaelis*. Dicionário brasileiro de língua portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=1pqo>.

(2007), que fundamentou os apontamentos acerca do personagem, e Wolfgang Iser (1996, 1999), que nos auxiliou a pensar a relação entre o real, o fictício e o imaginário, para ler o personagem Antônio Dó.

A obra *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, de Manoel Ambrósio, pertence a uma vertente regionalista mineira e é marcada pela cultura e costumes de povos ribeirinhos. O autor Manoel Ambrósio Alves de Oliveira, nascido na cidade de Januária, em Minas Gerais, em 7 de dezembro de 1865, foi contemporâneo de Antônio Dó e cresceu ouvindo as histórias que se contavam sobre o famoso bandido. Seu relato, de cunho testemunhal, serviu de matéria-prima para a pesquisa realizada por Petrônio Braz, para a escrita de seu romance.

Ambrósio criou o semanário *A Luz*, o primeiro jornal de Januária, em 1901, e mais tarde, em 1909, funda o periódico *A Januária*. A sua grande meta na atividade intelectual foi o *Esboço histórico de Januária*. Como sócio, ocupou a cadeira de número 75 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

*Harpas, Ave Maria e Nevoeiro no Caminho Branco* são alguns livros de poesia que o escritor deixou editados em vida para publicação. Como autor teatral, Ambrósio deixou um considerável acervo de dramas marcados fortemente pelo regionalismo, dentre eles *Dois Destinos, Marta, Amores de Capataz e Bandidos do Pinduca*. Na prosa, dos três romances escritos, publicou *Hercília*, um romance histórico (1945) e o inédito *Os Melos*, que não veio a prelo. Sua obra *Brasil Interior*, finalizada em 1912 e somente publicada em 1934 lhe rendeu o reconhecimento como folclorista ao narrar histórias que envolviam mito e tradição. Nos anos de 1935 e 1936 foi colaborador da revista *Noite Ilustrada*, publicando nesse suplemento alguns de seus contos na cidade do Rio de Janeiro. Em 1938 publica mais uma novela regional, *Paranapetinga*, e, em 1945, *A Ermida do Planalto*. É publicada a obra *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, em 1976, postumamente.

Manoel Ambrósio, citado o Folclorista por sua obra constituir-se nessa vertente, escreveu ainda o Hino de Januária musicado por João Batista Lima, foi integrante da Fundação das Irmandades de São Vicente de Paula e do Sagrado Coração de Jesus e do Hospital dos Tuberculosos em Poções, distrito da cidade de Januária.

O outro autor em estudo, Petrônio Braz, retratou em sua obra *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*, a vida desse personagem, buscando destacar sua

verdadeira identidade sócio-política em consonância com o momento histórico da vida do homem ribeirinho no final do século XIX e primeiros trinta anos do século XX.

O historiador Petrônio Braz, assim reportado patrono na Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco – Aclécia - é natural de São Francisco, Minas Gerais, nascido em 12 de novembro de 1928. Concluiu seus estudos primários na cidade de Belo Horizonte e o Ensino Médio em Viçosa, no mesmo estado. Coursou a Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB), atual UniCEUB em Brasília. Exerceu atividades didáticas enquanto professor e diretor, além de atividades jornalísticas em Montes Claros e São Francisco. Atuou em atividades políticas e administrativas, esportivas e literárias. Foi assessor e consultor jurídico durante doze anos no tribunal do Júri em São Francisco. Atualmente é Procurador da prefeitura de Fruta de Leite em Minas Gerais. Além das obras publicadas na área jurídica, tem publicações em prosa e verso, dentre as quais se destaca a obra em análise neste estudo.

Petrônio Braz narrou nessa obra a vida do personagem “herói-bandido” contrastando os feitos lendários de heroísmo e bandidagem de Antônio Dó: o Serrano de Pilão Arcado. A obra levou vinte e três anos de intensa dedicação e estudo acerca dos modos de vida, costumes e linguajar do sertão baiano-mineiro e as barrentas águas do rio São Francisco do norte de Minas e sul da Bahia.

A memória evocada de Antônio Dó permite-nos compreender os papéis desempenhados por ele em sua trajetória, em que foi considerado tanto bandido quanto herói. Quando fazendeiro, Antônio Dó foi preso por questões de demarcação de terra com seu vizinho Chico Peba. A mágoa de não ser esclarecida a morte de seu irmão, Honório Antunes França, impulsionou a fuga da delegacia em que estava encarcerado.

Um grupo de homens liderados por Dó foi por ele recrutado para assim fazerem justiça. Durante dezenove anos, Antônio Dó percorreu o norte de Minas, sul da Bahia e sul de Goiás. Fez alguns trabalhos para coronéis da região, garimpo na região de Paracatu, mas não mais trabalhou como lavrador. Esteve envolvido em constantes conflitos com a Polícia Militar, o que evidenciou ainda mais sua fama de bandido. Antônio Dó foi assassinado em 1929, por um membro do próprio bando por este acreditar que Dó detinha em seu poder uma garrafa de diamantes.

Ao ganhar espaço na ficção, Antônio Dó tornou-se personagem. Sua passagem na história brasileira foi relatada nos jornais da época, que nos forneceram a versão oficial, do governo, que o via como um criminoso perigoso. Na ficção, o personagem é representado em sua potencialidade humana, falível, provisória. Ler esse personagem foi nosso objetivo.

**CAPÍTULO I - SERTANEJOS CANGACEIROS E JAGUNÇOS:  
PERSONAGENS DA HISTÓRIA DO SERTÃO**

*Fazendeiro-mor é sujeito da  
terra definitiva, mas (...) jagunço  
não passa de ser homem muito  
provisório*

(Guimarães Rosa, GS:V)

Sertão, segundo o dicionário, é “Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior da parte norte ocidental, mais seca do que a caatinga” (FERREIRA, 2001, p. 672). O sertão, espaço geograficamente condicionado a fenômenos climáticos, “é mais do que uma região geográfica, pois diz respeito a uma forma de organização social específica, a um modo de vida característico, a uma descontinuidade social que noção de pátria mal recobre”, segundo Custódia Selma Sena. (2013, p. 42).

Esse espaço é comumente associado a tudo que se encontra distante da civilização, na perspectiva social do brasileiro. Nesse sentido, Sena afirma que desde o passado colonial do Brasil, a etimologia da palavra sertão – sartaão, certão – comumente utilizada pelos portugueses, ao se referirem ao interior do Brasil e da África, ao contrário do que era litoral, remetia esse espaço a um “lugar distante, vazio, isolado, inóspito, desconhecido e, conseqüentemente rude, atrasado, decadente e inferior”(SENA, 20013, p. 117).

Para Walnice Nogueira Galvão (2002), o sertão compreende uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. A palavra “sertão”, de acordo com Galvão, seria derivada do termo latino *desertanum*, *desertum*, tendo sido inicialmente empregada para designar lugar desconhecido, longínquo, seco e inculto. Essa derivação não conta com a aprovação de todos os estudiosos; alguns insistem que não há como justificar pelas leis da fonética histórica tal evolução, alegando que sequer isso se comprova em documentos analisados (GALVÃO, 2002, p.16).

A gênese do termo “sertão” foi rastreada por Gustavo Barroso, no livro *O sertão e o mundo* (1923), que evidencia que o termo já existia anteriormente às descobertas de terras brasileiras, em Portugal e na África. Barroso aponta a etimologia do vocábulo no *Dicionário de Língua Bunda de Angola*, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete *muceltão*, bem como sua corruptela *certão*, é dado como “lócus mediterranius”, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras. Nesses registros, o termo seria sinônimo de “mato”, sentido frequente na África portuguesa, ampliado depois para “mato longe da costa”, o que explicaria a sua incorporação, já se referindo ao território brasileiro, como sinônimo de lugares distantes e desconhecidos, no interior do continente. Essa ideia existia no

imaginário da sociedade colonial brasileira desde o século XVI, construída a partir de uma oposição entre as regiões colonizadas do litoral da América portuguesa e aquelas não inscritas na jurisdição metropolitana. Como percebemos, a palavra “sertão” traria em seu entorno as marcas da colonização.

Na historiografia brasileira, Capistrano de Abreu (1998, p.142) em fins do século XIX, foi o primeiro a preocupar-se com a construção histórica do sertão colonial. Seus estudos confirmam que a ideia de sertão não se configura propriamente a partir do deserto físico, climático, caracterizando, assim, com mais propriedade, o espaço vazio de súditos da Coroa portuguesa. Nos estudos de Emanuel Araújo (2002, p. 45), um dos elementos definidores de sertão é a marca dos “grandes vazios incultos”. Exemplifica sua afirmação com fragmentos de falas de cronistas do século XVIII, como essa, de Frei Martinho de Nantes: “entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo.” Assim, a palavra que indicava o lugar longe do litoral foi, gradativamente, ganhando o significado de região inóspita e sem lei.

Para Gilberto Mendonça Teles, no ensaio “O lu(g)ar dos Sertões”, a palavra sertão “provém de um tipo de linguagem em que o símbolo comandava a significação (re) produzindo-a de cima para baixo, verticalmente, sem levar em conta a linguagem do outro, do que estava sendo colonizado.” (TELES, 2009, p. 111). Podemos evidenciar essa questão nas representações de sertão que a literatura brasileira construiu ao longo dos anos, seja reproduzindo a ideologia colonialista europeia ou contradizendo-a, como ocorreu, por exemplo, quando o escritor formulou a sua própria linguagem, passando a falar de dentro dele, do sertão. Nesse caso, podemos evocar as literaturas de Jorge de Lima, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Guimarães Rosa.

Em *Grande sertão: veredas*, e em outras obras de Guimarães Rosa, é perceptível o cenário sertão bem como as variadas significações que ele carrega, não como forma fixa, mas como configurações que vão sendo compostas dentro das seguintes categorias conceituais: geográfica, sociológica, metafórica e metafísica.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> O verbete “sertão” foi amplamente estudado pelo Grupo de Pesquisa Nonada, da Universidade Estadual de Montes Claros/ UNIMONTES, MG. No endereço: [www.grandesertaorosa.com](http://www.grandesertaorosa.com) encontram-se disponíveis, as categorias conceituais estudadas, a partir dos “vários sertões” que estão presentes na ficção de Guimarães Rosa.

Dentro de uma categoria geográfica, o sertão é conhecido como um lugar distante, pouco habitado, com clima semiárido e vegetação própria: caatinga. Do livro *Grande sertão: veredas*, extraímos a seguinte passagem:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos, onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador, e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrojo de autoridade. O Urucuia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele tudo dá — fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes, culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até virgens dessas lá ainda há. O *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... o sertão está em toda parte. (ROSA, 2001, p. 23-24).

Nesse excerto, o narrador Riobaldo descreve o sertão como “campos-gerais a fora a dentro”, “fim de rumo”, “onde os pastos carecem de fechos” e deixa evidente a contradição entre os termos na tentativa de definir esse espaço peculiar que paradoxalmente não se define. O trecho “onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador, e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrojo de autoridade” remete a uma dimensão geográfica e sociológica, onde criminoso vive longe das autoridades, sendo o sertão o espaço demarcado pelo esquecimento e cumprimento da lei.

Ao enfatizar, no final, que “o sertão está em toda parte”, delinea esse espaço não como um lugar apenas, mas como muitos lugares dentro de um e, nesse sentido, o sertão não é mapeável e pode “ocorrer” em qualquer espaço, em qualquer pessoa, como assinala no trecho “o sertão está dentro da gente” (ROSA, 2001, p. 325).

Em um sentido metafórico, a palavra sertão assume características de personificação. Quando Riobaldo, personagem do romance rosiano, declara: “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera; digo.” (ROSA, 2001, p. 302) fica evidente que o “sertão” configura um personagem dentro da história com características típicas de seres humanos. Nesse aspecto, “sertão” tem todo o poder de personagem, pois ele participa do enredo para além do espaço, e traz consigo uma carga de força, de poder e de luta que são próprias do sertanejo. Nesse sentido, sertão e sertanejo se

misturam em um processo análogo entre os diferentes, mas que de alguma maneira se assemelham.

Há, porém, outros conceitos que o sertão carrega em uma perspectiva rosiana que nos leva a percebê-lo como potência metafísica:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? (...) o sertão está em toda parte. (ROSA, 2001, p. 23-24).

No início da narrativa o personagem Riobaldo busca definir o espaço sertão, mas sua tentativa causa dúvida e leva a reflexão do que vem a ser sertão. Em meio à indefinição explorada no excerto acerca do espaço sertão, ele conclui a fala afirmando que “o sertão está em toda parte”. Nesse sentido compreendemos aqui que sertão pode ser um espaço sem espaço; por não ser um lugar especificamente fixo, revela sua mobilidade e se iguala ao homem, ao sertanejo que precisa se moldar, se adaptar para sobreviver. Assim homem e sertão se entrecruzam e montam uma teia repleta de mistérios e aprendizagens delimitando sertão, nesse aspecto impreciso, na categoria metafísica que não necessariamente necessita ser explicado, mas sentido.

Compreendemos que o sertão representa geograficamente um espaço particular dentro de um amplo espaço territorial, havendo sertões distintos entre si, mas sua delimitação literária ultrapassa essa demarcação.

Assim, é relevante pensar o sertão como um mosaico de culturas que se entendem além dos limites geográficos. Não existe apenas um sertão. “O que há são sertões”<sup>4</sup>, o sertão está tanto no interior, quanto no litoral. Maria Amélia Garcia de Alencar argumenta que o sertão é como uma mancha imprecisa que recobre o interior do Brasil e entende que o mais correto seria uma alusão a sertões, no plural.

Nísia Trindade Lima discorre acerca do conceito de sertão como fronteira:

---

<sup>4</sup>Ver ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. *Cultura e identidade dos Sertões no Brasil*. Disponível em <<https://weinmancarlos.files.wordpress.com/2015/06/cultura-e-identidade-no-sertc3a3o.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2018.

Pensar o sertão enquanto espaço simbólico, cujos contornos geográficos seriam de difícil delimitação. É enquanto ideia referida a características centrais da formação social brasileira que podemos discutir os diferentes significados atribuídos à palavra sertão, ou talvez os diversos sertões presentes no espaço brasileiro (LIMA, 1999, p. 44).

O sertão, por muito tempo, figurou na imaginação social brasileira como lugar de tradicionalismo, atraso e alheio à mudança, mas também como um espaço representativo imaginário, subjetivo e presente tanto exterior quanto no interior das pessoas que nele habitam.

O sertão é um termo aberto usado para designar uma multiplicidade de sentidos, que se estendem desde o plano material, relacionado a uma fisionomia da paisagem natural, ou seja, a fisionomia dos Cerrados, ao plano imaterial, que corresponde à natureza humana, os sentimentos identitários, e metáforas.

Dessa forma a palavra sertão é um recipiente no qual se tenta expressar universos complexos e complementares entre si (VINAUD, MARTINS et AMARO, 2007, p. 106).

Considerando o sertão lugar de vida peculiar e de tradições condicionadas aos fenômenos climáticos, este espaço tornou-se palco de uma vasta produção literária pertencente aos mais diversos estilos de época de modo a evidenciar o protagonismo da paisagem, modos de vida e do próprio sertanejo.

A literatura regionalista brasileira destaca as regiões sertanejas em suas especificidades, buscando evidenciar as realidades brasileiras. Tanto na literatura regionalista quanto sertaneja o espaço “sertão” é o grande influenciador das ações, fatos e personagens no decorrer das histórias.

Assim afirma Albuquerque Júnior:

A literatura regionalista procura afirmar a brasilidade por meio da diversidade, ou seja, pela manutenção das diferenças peculiares de tipos de personagens; por paisagens sociais e históricas de cada área do país, reduzindo a nação a um simples somatório dessas especialidades literárias diversas (ALBUQUERQUE, 2011, p. 65-66).

Foi no período romântico da literatura brasileira, durante a primeira metade do século XIX, que o escritor José de Alencar encontrou no sertanejo a figura para representar uma das variadas identidades brasileiras, tal como queria o postulado romântico de busca de nacionalidade literária. Procurando compreender nossas

raízes, o autor retratou em suas obras de cunho regionalista personagens que representassem a cultura do país. De acordo com José Maurício Gomes de Almeida: “Tratava-se, para a jovem nação, de encontrar heróis e mitos nacionais que pudessem ser contrapostos àqueles com que os românticos europeus vinham povoando poemas e romances históricos” (ALMEIDA 1999, p. 28).

Na obra *O sertanejo* (1875), José de Alencar conta a história de Arnaldo como figura representante da identidade nacional:

No Alencar de *O sertanejo* convergem as duas tendências românticas: a de buscar a pureza nas origens – a ação é recuada para o século XVIII, quando o sertão cearense ainda se apresentava em sua primitiva rusticidade (o povoamento dessa região data de fins do século XVII) – e a de valorizar a cultura popular, vista como repositório precioso da “alma de uma nação”. A esses dois movimentos caberia acrescentar um terceiro, caracteristicamente brasileiros: o recuo no espaço, como meio de recuar no tempo e reencontrar a autenticidade (ALMEIDA, 1999, p. 59).

O fato de o escritor adentrar no interior brasileiro, explorando espaços e personagens até então desconhecidos da literatura nacional, evidencia um movimento não só de procura de identidade brasileira, mas de valorização de elementos que compõem a história e a construção do país. Tanto o sertão quanto o sertanejo foram destaques na obra de José de Alencar, ambos concebidos numa perspectiva que os iguala à imagem de heróis tipicamente regional:

Os dois elementos que ocuparão o centro de interesse da obra são aí apresentados: o sertão e o vaqueiro – o espaço e o herói; ambos em uma ótica de engrandecimento que lhes confere dimensão épica. O sertão e o vaqueiro convergem na figura de Arnaldo, que representa o papel de uma daquelas “individualidades mais pujantes”. (ALMEIDA, 1999, p. 61).

O espaço “sertão” percorre um vasto caminho na literatura, por meio das diversas escolas literárias, perpassando pelo Romantismo, pelo Realismo, Naturalismo, Pré-modernismo, Modernismo até a contemporaneidade.

Franklin Távora, expôs no romance *O cabeleira* (1876) a violência do sertão sem lei:

Joaquim, feroz por natureza, sanguinário por longo hábito, descarregou a perna sobre a cabeça do primeiro que acertou passar por junto dele. A

cutilada foi certa, e o sangue da vítima, espadanando contra a face do matador, deixou aí estampada uma máscara vermelha através da qual só se viam brilhar os olhos felinos daquele animal humano. (TÁVORA, 1992, p. 54).

No fragmento, o leitor assiste a um episódio brutal, narrado com detalhes e com um fascínio entre o horror e a contraditória admiração pela presença do “animal feroz” dentro do ser humano. A violência atua como “código do sertão” no interior de praticamente todos os romances regionais, o que muito tem a ver com as relações sociais estabelecidas com base na disputa pela terra e nas relações de trabalho existentes no campo.

O Romantismo brasileiro revela a figura do sertanejo sob um viés mítico; no Realismo essa representação alcança um patamar verossímil, aproximando-se mais do real. No período que abrange o Pré-modernismo a figura do sertanejo vem atrelada à forte denúncia social. Nesse período, podemos incluir a obra *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, que narra os acontecimentos da Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro (1830-1897), que ocorreu no interior da Bahia, durante 1896 e 1897.

O livro *Os sertões* representa um marco da literatura e da história do Brasil. A obra possui um caráter crítico e realista, em que o autor recrimina o nacionalismo e ufanismo exacerbado da sociedade brasileira da época, mostrando a face cotidiana e realista do país e das pessoas que o compõem. Na segunda parte do livro – que é dividido em três partes, I- A Terra; II- O Homem; III- A Luta – o autor aponta diferentes tipos de sertanejos: o vaqueiro, o gaúcho, o jagunço. No livro, o autor celebrizou a figura do sertanejo com uma frase: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, em que se leem todas as dificuldades que se apresentam ao habitante do sertão: fome, falta de perspectivas, luta por terras, luta por acesso a saúde e educação, luta contra o poder instituído do lugar.

Com início nos anos de 1930, no período modernista é perceptível uma crítica realista dos escritores ao descreverem as características desse espaço e sua relação com os personagens:

O chamado “romance de trinta” institui como “temas regionais”; a decadência da sociedade açucareira; o beatismo contraposto ao cangaço; o coronelismo com seu complemento: o jagunço e a seca com a epopeia

da retirada. Esses temas, presentes na literatura popular, nas cantorias e desafios, no discurso político das oligarquias, foram agenciados por essa produção literária, tomando-os como manifestações que revelariam a essência regional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 137).

A literatura regional faz uso da denúncia social e leva o leitor a refletir sobre as injustiças e dificuldades impostas pela vida sertaneja em detrimento de uma classe dominante que usa seu poder para favorecimento pessoal.

Raquel de Queiroz, em sua obra *O Quinze* (1930), apresenta o sertão nordestino a partir de aspectos como a seca, as dificuldades impostas pelo meio e a paisagem caracterizada como catástrofe natural. A obra, cujo título faz referência ao ano de 1915, é marcada pelo sofrimento causado pela seca que assolou o sertão nordestino nesse período.

José Lins do Rego, com a obra *Menino de Engenho* (1932), escreve sobre o sertão sob a ótica do narrador personagem Carlinhos, que, já crescido, descreve as reminiscências de um sertão visto pelos olhos de uma criança.

Graciliano Ramos trouxe o personagem Fabiano, protagonista de *Vidas secas* (1938) que, ao lado de sua família, foge da seca do sertão nordestino. Com forte acento crítico, a narrativa de *Vidas secas* retrata os vazios espaciais e políticos que privam Fabiano e sua família de traços minimamente humanos. Nessa obra, o sertanejo Fabiano é personagem de denúncia social, sua figura negativa é o retrato da desigualdade e da injustiça.

Em um sentido diverso, outra obra representativa do sertão e do sertanejo é *Grande Sertão: Veredas* (1956), de João Guimarães Rosa, já citado neste trabalho. Na obra, o sertanejo-vaqueiro, cede espaço ao cenário das lutas, com protagonismo dos jagunços e sua busca por identidade e poder. O romance do escritor mineiro identifica vários personagens do sertão brasileiro: catrumanos, geraizeiros, raizeiros, sitiantes, homens de diferentes feições que partilham, na obra, do mesmo espaço múltiplo e rico que é o sertão brasileiro.

*Morte e Vida Severina* (1955), João Cabral de Melo Neto, está fora da produção romanesca: é por meio de versos que narra o sofrimento do personagem Severino e sua árdua trajetória pelo sertão em busca de uma vida digna. Nesta obra a morte e a vida andam lado a lado e acompanham os tipos sociais que figuram no sertão nordestino. Ariano Suassuna também representa a vida sertaneja em *O auto*

*da Compadecida* (1955), em que, numa perspectiva humorística, o autor revela a esperteza do sertanejo por meio do personagem João Grilo.

Comparando as versões sobre o sertão presentes nas obras, percebemos uma pluralidade de ponto de vista e interpretação. Inicialmente a imagem do sertanejo é construída a partir de uma visão romântica e mítica, passando por uma feição heroica e outra feição profundamente social, em que se destaca o personagem vítima de um sistema de exclusão e de uma geografia de penúria. O sertão constitui-se como importante cenário brasileiro na compreensão do seu povo, o sertanejo, e por vezes figura como personagem das narrativas. Os personagens descritos nas referidas obras destacam-se em meio a um lugar com suas especificidades e conflitos historicamente estigmatizados pela pobreza, atraso e descaso.

No que se refere ao sertão, Janaína Amado completa que “a literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente o imaginário brasileiro” (1995, p. 145).

Entre os tipos que emergem do espaço sertanejo, destacam-se as figuras do jagunço e do cangaceiro, personagens de que iremos falar no tópico seguinte.

## **1.1 O Jagunço e o Cangaceiro: personagens singulares**

*“Jagunço é o sertão”*  
(Guimarães Rosa, GS:V)



*O Jagunço*. Aldemir Martins, 1967.<sup>5</sup>

Não é pretensão deste estudo aprofundar na complexa questão social que ancora o fenômeno do cangaço, do jaguncismo e do coronelismo – três partes de um mesmo problema e vertentes que se misturam, na compreensão do espaço do sertão brasileiro até os anos 1940, do século XX. Questões que, no entanto, não parecem totalmente superadas, uma vez que as lutas por terra ainda se estendem por grande parte do território brasileiro. No entanto, margear o problema político e social é importante para o entendimento do objeto proposto nesta pesquisa: ler o personagem Antônio Dó, ora chamado cangaceiro, ora chamado jagunço, na literatura de dois escritores mineiros, Manoel Ambrósio e Petrônio Braz.

Nossa perspectiva estende-se às formas como esses fenômenos sociais assumem no imaginário popular e como elas aparecem nos registros literários, assumindo a feição de personagens. Como personagens, são produtos da inventividade, ainda que extraídos da factualidade, da história. Como personagens, sofreram arranjos da imaginação e moram naqueles lugares imprecisos, que se situam entre o acontecido e o criado.

Consideramos importante retomar alguns postulados da história da República brasileira, para entendermos a origem dessas disputas e guerras no interior do Brasil. Mesmo para entender os “mitos” ou figuras lendárias e populares, precisamos nos

---

<sup>5</sup>A tela pertence ao acervo do MASP e está disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/o-jagunco>> Acesso em: 22 de mai de 2018.

debruçar um pouco na questão histórica, afinal, a compreensão do que somos perpassa pelo entendimento da história, aliado à compreensão daquilo que o povo consagrou ou em que acreditou.

O *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* (1889-1930), organizado por Alzira Alves de Abreu (2015), aponta que as origens do sistema oligárquico brasileiro começam com a proclamação da República; em que se deu a vitória do projeto republicano federalista, proposto pelas aristocracias regionais, sob a liderança da oligarquia cafeeira. A proclamação da República foi um movimento elitista, em que não houve participação das camadas populares; ela refletiu uma aliança entre militares e aristocratas, que, no entanto, tinham projetos distintos. Os militares defendiam a centralização política e os aristocratas opunham-se a ela. (p.132).

A nova ordenação política produziu mudanças na tradicional aristocracia rural, enraizada no patriarcalismo e nas relações clientelísticas. Com a República, os fazendeiros consolidaram seu prestígio avaliado pela capacidade de barganha eleitoral, de onde surgiu o termo coronelismo. O termo “coronel” surgiu na Guarda Nacional e designa a patente mais alta de comando, segundo Abreu.

Em 1949, Vitor Nunes Leal (1914-1985) publicou o livro *Coronelismo, enxada e voto*, no qual usa o termo coronelismo como conceito para explicar as particularidades que o domínio aristocrático adquiriu na Primeira República. Os “coronéis”, segundo Leal, se beneficiaram do voto aberto, o que lhes permitiam o pleno controle sobre os eleitores no momento da eleição e a formação dos “currais eleitorais”. Valiam-se de todo tipo de coação para impor o chamado “voto de cabresto” e assegurar a vitória de seus candidatos. A terminologia utilizada por Leal ilustra como a questão do coronelismo estava ligada à posse da terra e da criação de gado.

Munidos de cacife eleitoral, os “coronéis” se articulavam aos grupos oligárquicos que mantinham a hegemonia no plano estadual. Assim, estabeleciam uma ampla rede de alianças, por meio da troca de votos por favores, bens, nomeações para cargos públicos, obras, total impunidade e outros privilégios, que aumentavam seu poder local.

Com a nova ordenação republicana e federalista descentralizada, intensificaram-se os embates entre os “coronéis”, que disputavam o poder local

valendo-se inclusive de bandos armados com centenas de homens. O fenômeno espalhou-se por várias regiões do território nacional, principalmente aquelas ligadas às atividades agrárias.

Entendemos que o coronel era uma espécie de senhor feudal, em torno de quem se criava uma estrutura de poder e mando. Os coronéis brigavam entre si, disputando terra e prestígio político. Seus seguidores eram os compadres; os servos da gleba, os jagunços; os mercenários, os cangaceiros, como nos demonstra a história do sertão brasileiro.

Como percebemos, o meio também determina as ações dos sujeitos: o determinismo geográfico, condicionado pela distância e pela seca e agravado pela distribuição desigual de terras e oportunidades foi determinante para a existência do grupo social denominado cangaço.

Gustavo Barroso, cearense, foi um dos primeiros estudiosos do cangaço e um especialista em estudos da região Nordeste. Sua reflexão perpassa por aspectos da história do Ceará, do folclore, da política, dos cangaceiros e de Lampião, personagem emblemático do cangaço nordestino. Com o tema do cangaço escreveu *Terra do Sol* (1912), *Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1930), obras que fizeram de Barroso uma referência na área. Em *Terra do Sol*, aborda a psicologia dos cangaceiros, os tipos, suas façanhas e crueldades. No livro, apontou o sentimento de ódio do sertanejo diante da polícia: “A soldadesca desses corpos é composta da mais baixa e vil escória das populações, covarde e boçal” (p. 54).

É importante ressaltar que Barroso foi contemporâneo de alguns cangaceiros, inclusive de Antônio Silvino e de Lampião. Sua visão do cangaço oscila entre perspectivas biológicas e sociais; A primeira mais nitidamente caracterizada em *Terra do Sol*, e a segunda em *Almas de lama e de aço*. Para ele “o cangaceiro do Norte é selvático e feroz – sofrendo de um descalabro nervoso – produto da ancestralidade e do cruzamento etnográfico”. Em *Almas de lama e de aço*, volta a caracterizar os soldados como “homens brancos, cruéis ou adstrictos às politiquices locais” (p. 75). São muito interessantes as nomeações dadas pelos sertanejos aos soldados, conforme Barroso cita: mata-cachorro, caximbo, macaco, pitéo.

Do ponto de vista linguístico, ficam expressos os distanciamentos sociais que envolviam de um lado os sertanejos (que apoiavam os jagunços, na sua maioria), de

outro os policiais, que representavam o “governo”. Nessa última obra, publicada em 1930, sua avaliação sobre o cangaço já não é tão pessimista e vislumbra no cangaceiro aspectos de romantismo e justiça: “enquanto o bandido, muitas vezes, de fundo romântico, quixotesco, saqueia o rico e distribui o que tem com o pobre, o soldado de polícia persegue o pobre e ajuda o rico, o chefe das vilas e cidades” (p. 102).

Barroso aponta as condições climáticas, a falta de comunicação, a corrupção, o analfabetismo, o isolamento geográfico como as principais causas da existência do cangaço. Dessa forma, o autor concluiu que os cangaceiros não são meros criminosos, mas produtos de um meio que os impele para a vida de crimes. Em determinados trechos do livro, Barroso deixa evidente um sentimento de admiração pela valentia com que esses homens e mulheres sobrevivem a essas adversidades, que o autor denominou de intempéries do meio:

Os cangaceiros sagazes e valentes, sóbrios e destemerosos, evaporam-se nas lutas e negaceiam como fantasmas; mas, acuados no último refúgio, morrem e não se rendem, como o povo de Canudos, causando tão forte emoção em Euclides da Cunha, que produziu o maior livro de nossa literatura. Por que assim são e, em outro meio, com outras diretivas e impulsos, suas qualidades os fariam úteis, dedicados e grandes, os chamados Heróis e Bandidos, certos que muita vez são mais bandidos que heróis, porém quase sempre mais heróis que bandidos (BARROSO, 2012, p. 77).

Euclides da Cunha influenciou fortemente as concepções de Barroso sobre os sertanejos e jagunços, cujas características apontavam, por vezes, caminhos contraditórios: ora eram pessoas pobres e sem assistência, ora eram valentões. Esse pensamento contraditório fica claro quando, no segundo capítulo, o autor descreve os tipos de cangaceiros. Barroso construiu distintos tipos de bandidos, diferenciando as múltiplas possibilidades e ambiguidades do cangaço. Assim, lemos em sua obra, bandidos com características particulares, como: psicóticos, nobres, selvagens, entre outros. O que percebemos é que o adjetivo “bandido” está quase sempre alinhado ao substantivo “cangaceiro”, ainda que a visão sobre o personagem esteja mais próxima à da admiração que da repulsa.

Sobre o sertanejo, Barroso também se aproxima muito da concepção de Euclides da Cunha:

A sociedade sertaneja não evoluiu. Há civilizações que chegam a uma culminância e depois declinam. Outras nada atingem. Esgotadas pelos próprios esforços para subir, embora pequenos e dispersos, degeneram e caem em marasmo ou anarquia. A gente do sertão ficou o que era na época das bandeiras aventureiras, das primeiras mestiçagens e das primeiras lutas [...] Analogia da vida sertaneja com a Idade Média. Nesta o culto das armas e o amor da guerra repeliam as letras, que se refugiaram nos conventos. Naquela, o apanágio do cangaceiro é o analfabetismo e o pouco e único saber que possuiu foi o que se originou nas mansões religiosas (BARROSO, 2012, p. 35-77).

Enquanto o litoral é o espaço que acompanhou o processo civilizatório em marcha para o progresso, o sertão é o lugar do primitivismo, de um tempo que parece não passar, segundo a interpretação de Barroso. Pautado na ideia de evolução racial, vigente na época da escrita do livro, o sertanejo, para Gustavo Barroso, não teria conseguido evoluir, estando fadado a viver ainda aos moldes do século XVII, ou mais recuado no tempo, no período medieval.

As obras de Gustavo Barroso são produtos de uma época: as teorias deterministas andavam em moda, assim como as teorias de Cesare Lombroso(1835-1909), que produziu vários estudos sobre as características físicas de loucos, criminosos, prostitutas. O autor foi mais reconhecido pela sua “teoria do criminoso nato”(delinquente nato). Para Lombroso, indivíduos perigosos possuíam anormalidades físicas e psicológicas e essas anormalidades se assemelham aos traços de pessoas primitivas e animais. Descontados os anos e as influências, encontramos em Barroso as confusões existentes entre os termos sertanejo, cangaceiro e jagunço, que chegam aos nossos dias.

Heitor Feitosa Macêdo, no artigo “Origem da palavra cangaço”, publicado no *Jornal Acontece*, Região do Cariri, em 30 de outubro de 2014, nº 53, nos diz que “Gustavo Barroso, estudioso incansável do cangaço, foi responsável por arrematar a teoria mais aceita para explicar a origem da palavra cangaço. Segundo o referido autor, a terminologia ‘cangaço’ surgiu do hábito de os antigos bandoleiros se sobrecarregarem de armas, trazendo o bacamarte passado sobre os ombros, à feição de uma canga de jungir bois, por isso dizer que estes indivíduos andavam debaixo do cangaço, isto é, de uma canga metálica, feita de aço. Daí a expressão usada por

Euclides, em ‘Os Sertões’, ao dizer que alguns indivíduos: ‘vinham debaixo do cangaço’”.

Para Renata Lira dos Santos Alessio, no texto “A representação social da violência na literatura de cordel sobre cangaço” (2004), “o cangaço é uma forma de banditismo social característica do Nordeste brasileiro, que surgiu entre 1870 e acabou em 1940. Tem como uma de suas causas principais a crise econômica pela qual passavam as cidades do interior”. Mas, numa dimensão histórica, podemos dizer que, desde a colonização portuguesa, houve a necessidade de se colocar pessoas (jagunços ou capangas) para proteger as terras que passaram a pertencer a Portugal. Com o fim da sociedade tribal onde a terra pertencia a todos, as lutas entre classes iniciaram-se com o capitalismo, quando a violência ficou latente pela disputa de territórios e conseqüentemente o poder.

Nesse sentido, a busca por uma justiça que abrangesse a todos e não somente a uma classe privilegiada foi a centelha que impulsionou o banditismo. Alessio completa que “Os bandidos sociais surgiram como defensores dos valores morais da família, combatendo a injustiça causada pela crescente desigualdade social. Podem ser identificados, pela população simples, como ladrões nobres ou, simplesmente, justiceiros” (ALESSIO, 2004, p.53).

Segundo Hobsbawm, é difícil absorver a ideia de que haja bandido nobre, porém, é possível que ele exista:

Robin Hood, o ladrão nobre, é o tipo de bandido mais famoso e popular em todo mundo, o herói mais comum de baladas e canções na teoria, ainda que não seja assim na prática... Robin Hood é aquilo que todos os bandidos camponeses deviam ser; entretanto, sendo as coisas como são, poucos deles possuem o idealismo, a abnegação ou a consciência social para corresponder a seu papel, e talvez poucos possam dar-se a esse luxo. No entanto, aqueles que o fazem - e há registros de autênticos Robin Hoods - recebem a veneração devida aos heróis, e até aos santos (HOBSBAWM, 1975 p. 36).

Compreendemos, nesse sentido, que para virar herói, primeiramente é necessário virar bandido. É o que Hobsbawm denomina de bandido nobre. Para virar bandido (cangaceiro/ jagunço), são os fatores externos como a política, as leis, as relações de poder que funcionam como condicionantes para o surgimento desse marco histórico social.

Na *Grande Enciclopédia Delta Larousse*, edição de 1970, vol. 3, lemos a seguinte definição: “cangaceiro s.m. Salteador, criminoso errante do Nordeste brasileiro. Isolados ou em grupo, os cangaceiros viveram perseguidos e perseguindo, em luta contra tropas policiais ou outros bandos” (p. 1289).

Para Luís da Câmara Cascudo, em “Nota sobre cangaço e cangaceiro”:

Cangaço é a reunião de objetos menores e confusos, utensílio das famílias humildes, mobília de pobre e escravo, informa Domingos Vieira (1872). Troços. Tarecos. Burundangas. Cacarecos. Cangaçada, cangaçaria. Nunca ouvi dizer cangaçais ou cangaceira. (...) Beaurepaire Rohan registra ‘o conjunto de armas que costumam conduzir os valentões (1889)’. É, para mim, a menção mais antiga. Para o sertanejo é o preparo, carregamento, aviamento, parafernália do cangaceiro, inseparável e característica, armas, munições, bornais, bisacos com suprimentos, balas, alimentos secos, mezinhas tradicionais, uma muda de roupa, etc (CASCUDO, 1982, p. 98).

É possível que o termo cangaço tenha surgido primeiramente para designar o conjunto de objetos de uso pessoal (apetrechos, pertences, acessórios) que o sertanejo portava para se deslocar pelo sertão nordestino, desde o início do ciclo do couro até o começo do século XX. Por associação de ideias transplantou-se o termo “canga”, suportado pelo boi, mas constituído por apenas uma peça, para cangaço, suportado pelo homem, mas constituído por várias peças, conforme explicita Cascudo.

Com o tempo, o bandido rural nômade, vagando em grupo pelo sertão, entre o final do século XIX até meados do século XX, passou a ser o maior portador dessa parafernália, exigência de sua condição de vida, que o obrigava a um deslocamento permanente e muitas vezes abrupto, em qualquer hora do dia ou da noite. Assim sendo, por carregar sua canga, passou a ser visto por cangaceiro. Essa hipótese de Câmara Cascudo, em termos epistemológicos, parece-nos mais completa e verossímil.

Estão na base de estudos clássicos sobre o cangaço, o livro *Os cangaceiros*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) e *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó. Segundo Sandra Gardini Vasconcelos, no artigo “Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem”, em *Grande sertão: veredas*, tais livros parecem ter sido imprescindíveis para que Guimarães Rosa armasse o quadro referencial de seu monumental romance.

De acordo com Vasconcelos:

A ação de *Grande sertão: veredas* se situa, todos sabemos, nos entornos da República Velha, durante o processo político de consolidação nacional que se seguiu a 1889. **As propaladas imprecisão (sic.) dos marcos temporais e escassez de referências históricas são amplamente compensadas pela recriação, no plano ficcional, dos conflitos e lutas políticas entre facções locais, das disputas entre famílias e grupos que tanto marcaram esse período.** Proclamada a República, a manutenção da estrutura econômica do país, baseada no latifúndio, e o desmantelamento da ordem escravocrata colocaram em disponibilidade um contingente de homens livres que, sem terra e sem trabalho, foram encontrar no banditismo uma forma de sobrevivência, seja como capangas – homens assalariados a serviço de um fazendeiro que formava assim seu exército privado –, seja como cangaceiros – homens independentes que se organizavam em bandos sob a direção de um chefe prestigioso. Os conflitos entre parentelas, entre fazendeiros e chefes políticos, agravados por movimentos milenaristas como Canudos, na Bahia, o Contestado, em Santa Catarina, e o Caldeirão, no Ceará, fizeram do sertão uma zona conflagrada, no primeiro período republicano (VASCONCELOS, 2002, p. 324-325, grifos nossos).

A reflexão de Vasconcelos, além de considerar a contingência dos dois discursos – o histórico e o ficcional – como importantes para compreendermos alguns fenômenos e personagens da história brasileira, evidencia o quanto a literatura, com seu caráter de representação pode suprir lacunas que, por vezes, o discurso oficial reprime ou distorce.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, o coronel, título que tinha origem na velha Guarda Nacional e correspondia ao topo da hierarquia, “nomeava então, na maioria dos casos, não apenas o indivíduo que detinha uma grande soma de poder econômico e político, como também o que se encontrava na camada superior dos grupos de parentela” (Queiroz, 1969, p. 166).

Para Queiroz, a manutenção dessa estrutura de poder dependia do poder de aglutinação de seguidores que cada coronel desenvolvia. Os homens responsáveis pela guarda pessoal dos coronéis eram chamados de capangas; eles “pertenciam” ao chefe político, devendo-lhe a máxima servidão e lealdade; habitavam as terras dos fazendeiros e não tinham vida errante. Nesse sentido, se diferenciavam dos cangaceiros, que eram pequenos proprietários rurais de vida errante, independente. Às vezes eram motivados por desejo de vingança ou simplesmente deixavam-se

atrair pelo gosto da aventura, o que implicará, mais tarde, a aproximação entre eles e as histórias de heroísmo e luta, que corriam oralmente pelo sertão. Nessas histórias, ficcionistas como Guimarães Rosa e Petronio Braz construirão as bases para seus romances.

No Norte de Minas Gerais prevalece tal distinção: capanga é aquele que serve a um senhor, recebendo pelo serviço; cangaceiro ou jagunço é independente; sua luta motivava-se por questões pessoais ou políticas.

Maria Isaura Pereira de Queiroz assim explica o nascimento do cangaço:

É em fins do séc. XIX que alguns cangaceiros, apoiados em seu próprio prestígio, se destacam dos chefes de parentela e dos coronéis, perseguindo livremente seu destino. Enquanto no período anterior os bandos, ligados a um chefe de clã, estavam sediados nas terras a estes pertencentes, ou a um de seus aliados, agora o grupo se torna nômade e vagueia pelo Sertão, ao bel prazer dos chefes e das alianças que estabelecem. Quando um chefe político local ou regional busca se aliar com um bando independente de cangaceiros, imediatamente seus adversários solicitam o apoio da polícia, e vice-versa. A população se divide então entre os que auxiliam os cangaceiros, – os famosos coiteiros; e os que auxiliam as volantes, destacamentos móveis da polícia. São estas as duas grandes facções em luta no Nordeste seco, entre 1894 e 1940. (QUEIROZ, 1977, p. 55).

Devemos ainda salientar que muitas definições de cangaceiro são equivalentes a bandido, criminoso. Bandido no sentido de ser inimigo do Estado, da ordem legal vigente, embora, algumas vezes, ele contasse com a simpatia de parcela da população. Sobre isso, serve-nos como exemplo o pensamento de Eric Hobsbawm:

Assim, o banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm o poder, a lei e o controle dos recursos. Este é o significado histórico do banditismo nas sociedades com divisões de classe e Estados (HOBSBAWM, 2010, p. 66).

Essa reflexão sobre o banditismo é importante para que entendamos – conforme demonstraremos no próximo capítulo – como o escritor Manoel Ambrósio oscilará entre os termos “bandido” e “herói” para qualificar Antônio Dó. Na visão do povo, nem sempre o bandido, segundo a classificação do poder constituído será um malfeitor ou inimigo dos interesses da população.

A partir dessas reflexões, podemos ainda inferir que, metaforicamente, o cangaceiro poderia também levar consigo a “canga” dos problemas sociais que originaram sua formação em grupo. É como o “boi” que se desgarrou do “curral eleitoral” e da manada que sustentava o coronelismo: sua canga agora é a revolta, a luta por um lugar de poder.

O cangaço, conforme percebemos, está inteiramente ligado à história do Brasil; sustentava-se como reação à manutenção de poder por parte de um grupo poderoso, que queria manter seus privilégios, garantindo-os por meio da hegemonia política e do poderio econômico. Somada a isto, acrescentamos a ideia de que o sertão era símbolo de descaso por parte do poder público, um espaço indefinido e difícil de ser controlado. O personagem Zeca Bebelo, em *Grande sertão: veredas*, chama a atenção para essa ausência de instituições e políticas públicas, no interior do Brasil, pois seu intento era fazer-se deputado para construir fábricas e escolas no Brasil. Seu julgamento, que ocorre no centro do poder jagunço, desvia-se das autoridades e instituições públicas, constituindo, dentro do romance, um exemplo singular de um código de ética e condutas tipicamente jagunças.

Esse quadro de carências era ampliado pelo descaso governamental. Assim, foram surgindo as lutas e batalhas por lugares de poder: roubos de terras, de animais, vinganças, entre outros. A figura do homem do interior conhecido como sertanejo, cangaceiro, jagunço, capanga e pistoleiro caracterizava-se pela coragem, valentia e violência a serviço de um chefe e regidas por uma política própria em favor dos interesses pessoais. Esses tipos sociais sertanejos que se confundem e merecem uma reflexão, conforme lemos:

É em fins do séc. XIX que alguns cangaceiros, apoiados em seu próprio prestígio, se destacam dos chefes de parentela e dos coronéis, perseguindo livremente seu destino. Enquanto no período anterior os bandos, ligados a um chefe de clã, estavam sediados nas terras a estes pertencentes, ou a um de seus aliados, agora o grupo se torna nômade e vagueia pelo Sertão, ao bel prazer dos chefes e das alianças que estabelecem (QUEIROZ, 1977, p.55).

O cangaceiro, típico do Nordeste, é considerado uma espécie de jagunço, que segundo Turchi(2006), são

homens livres que optaram pelo modo de vida nômade da jagunçagem, reunidos ora para fazer justiça a modos próprios e coibir a ação de bandidos, ora para espalhar o terror e o medo, invadindo cidades, saqueando, desafiando as autoridades (TURCHI, 2006, p. 123).

Nesse momento, observamos que os termos cangaceiro e jagunço se confundem. Na definição do dicionário, jagunço é: “cangaceiro, criminoso foragido ou qualquer homem violento contratado como guarda-costas por indivíduo influente (p.ex., fazendeiro, senhor de engenho, político) e por este homiziado” e ainda “[História] Aquele que fazia parte do grupo de Antônio Conselheiro (1828-1897), chefe da revolução de Canudos, na Bahia”.<sup>6</sup>

Segundo José Calasans, no livro *Os jagunços de Canudos*<sup>7</sup>, jagunço é termo que se popularizou, no final do século XIX, por ocasião da guerra de Canudos. Segundo ele, o termo era, antes, apenas um regionalismo da Bahia, já registrado no dicionário *Caldas Aulete* como: “valentão, guarda-costas de fazendeiro ou senhor de engenho, na Bahia” (p. 31). Paulo Terêncio, em *Estudos Euclidianos. Notas para o vocabulário de Os Sertões* (1929, p. 120), jagunço seria a adulteração da palavra africana “zarguncho”, que nominava uma arma de guerra. Segundo Terêncio, o termo “zarguncho” teria sido usado por Camilo Castelo Branco e Antônio Diniz (p. 121).

No Brasil, em obra literária, o termo jagunço surge, no significado de arma, na obra de Franklin Távora, *O Matuto*, em 1878: “Um jagunço enorme, que o desconhecido manejava tão facilmente como se fora delicado espadim” (p. 301). Mesmo sentido lhe atribui Câmara Cascudo, no *Dicionário do Folclore brasileiro*: “uma espécie de chuço” (1954, p. 321). Ao que parece o significado de bandido, valentão, hoje difundido, tornou-se de fato conhecido a partir do episódio de Canudos, que popularizou o nome “jagunço” para os revoltosos que seguiam Antônio Conselheiro. Bernardino José de Souza, autor do *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, referenciado por José Calasans (p. 33), registra dois significados para o termo “jagunço”: “os habitantes do litoral, por extensão, assim apelidaram os sertanejos do Nordeste, em especial os da Bahia” e “o termo crismou o grupo rebelde de Canudos”.

---

<sup>6</sup> Disponível em Dicionário on-line de Português. <https://www.dicio.com.br/jagunco/>

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/carav\\_0008-0152\\_1970\\_num\\_15\\_1\\_1772](https://www.persee.fr/doc/carav_0008-0152_1970_num_15_1_1772)

A partir do episódio liderado por Antônio Conselheiro em Canudos, a palavra “jagunço” passa a frequentar os jornais, popularizando-se como sinônimo dos seguidores do líder e rebelde religioso.

O cangaço e seus representantes tornaram-se tema para as artes. Franklin Távora trouxe o cangaço à literatura, em 1876, com a obra: *O Cabeleira*, o primeiro romance que trata do cangaço. A obra retrata a saga de “herói do mal”, o personagem José Gomes, conhecido como “O cabeleira”, que aterrorizava o estado de Pernambuco no século XVIII. O protagonista oscila entre os dois extremos: a influência bondosa e pura da mãe e a “herança” do pai, um assassino que ensina José Gomes como matar. Esse romance revela um fato verídico trazendo um valor histórico no sentido de documentar a realidade vivida pelos habitantes dessa região.

São publicados outros livros que trazem o mesmo tema – o jornalista Manoel Benício, que noticiou sobre Canudos, publicou, em 1899, o livro denominado *O rei dos jagunços*, tendo Antônio Conselheiro como protagonista. Em 1898, Afonso Arinos, com o pseudônimo de Olívio de Barros, publicou *Os jagunços*. Para Euclides da Cunha, na obra clássica *Os sertões*, jagunço é sinônimo de sertanejo.

Wilson Lins, no entanto, em 1952, na obra *O médio São Francisco*, faz distinção entre os nomes:

Ser jagunço não é ser cangaceiro. Há um aprofunda diferença entre o jagunço, sertanejo que possui sua arma de fogo, seu punhal de aço bom e está sempre pronto a lutar por um amigo sem lhe custar um centavo e o cangaceiro, indivíduo sem pouso, que vive do crime, assaltando os viajeiros nas estradas. O jagunço é o homem que, sem abandonar o seu roçado ou seu curral de bois de cria, participa de lutas armadas ao lado de amigos ricos ou pobres (LINS, 1952, p. 135).

Segundo Graciliano Ramos, o cangaço não representou uma resposta ao domínio do coronelismo, mas o contrário; para ele, Lampião e seus cangaceiros firmaram

“[...] a relação cangaceiro – coronel [que se] mostrava-se vantajosa para as duas partes: ganhavam os bandoleiros, que obtinham quartéis e asilos na caatinga e ganhavam os proprietários, que se fortaleciam e engrossavam o prestígio com esse negócio temeroso” (RAMOS, 1962, P. 126).

As diferenciações, contudo, não parecem vigorar em todos os usos. Nas obras de Petrônio Braz e Manoel Ambrósio, que tratam do personagem Antônio Dó, os termos utilizados variam entre jagunço e cangaceiro, sem distinção, o que pareceu-nos ser constante no Norte de Minas Gerais. Talvez o fato se dê pela proximidade geográfica entre o Sul da Bahia e o sertão mineiro, regiões que compreendem o semiárido brasileiro, em terras e clima iguais, com muitas semelhanças na cultura, no falar e nos costumes.

Afirma Caio Prado Júnior, sobre esse aspecto

Por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma minoria. Decorrem daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, também culturais (PRADO JR., 2007, p. 15).

A história do cangaço, assim, perpassa pela distribuição desequilibrada de bens sociais; pela característica marcantemente latifundiária de produção, extensamente conhecida desde os ciclos da cana de açúcar no Nordeste, até a produção cafeeira, no Sudeste e a zona do cacau, na Bahia. Para manter privilégios, os “coronéis” usavam os mecanismos do medo e da coação. A sua proteção era garantida pelos capangas; a reação a seus desmandos propiciou o nascimento dos revoltosos do cangaço.

Embora o nascimento do cangaço esteja relacionado ao período da República Velha, ou a “República dos Coronéis”, o fenômeno estendeu-se, em alguns lugares até os anos 1940, como é o caso do norte de Minas. O Brasil, nos lugares distantes do sertão, era o país do atraso, da miséria, da mortandade precoce, do analfabetismo e da fome. Sem a ajuda do poder público e sem perspectivas de mudança, havia apenas duas opções: conformar-se ou revoltar-se.

Sob esse aspecto, o entendimento do habitante da cidade sobre os grupos revoltosos era difuso e ambíguo. Assim, a imprensa que traduzia para o litoral, os movimentos revoltosos do sertão, chamava indistintamente de “jagunços” os seguidores de Antônio Conselheiro, na célebre Guerra de Canudos, como os

seguidores de Virgulino Ferreira da Silva, o famoso cangaceiro apelidado de Lampião.

Muitas histórias se contam sobre Lampião e seus seguidores. Uns tratam-no como uma espécie de Hobin Hood brasileiro, transformando sua trajetória num feito de proporções heroicas, grandiosas. Outros creditam a ele uma espécie de parceria com certos grupos de poder, o que lhe teria permitido transitar por várias fazendas sendo protegido pelos fazendeiros. Lampião e sua Maria Bonita incorporam, no imaginário popular nacional, aquele lugar impreciso entre a história e o mito.

A seguir, com o exemplificação, uma rara fotografia de Lampião e Maria Bonita, de autoria do sírio Benjamin Abrahão Calil Botto (1901 – 1938). Cerca de um ano após a morte do Padre Cícero, de quem Benjamin havia sido secretário particular, ocorrida em 20 de julho de 1934, Benjamin levou a Adhemar Bezerra de Albuquerque (1892 – 1975) sua ideia de fotografar e filmar Lampião e seus cangaceiros. Benjamin produziu entre 1936 e 1937 fotografias e um filme sobre o rei do cangaço e seu bando.<sup>8</sup>

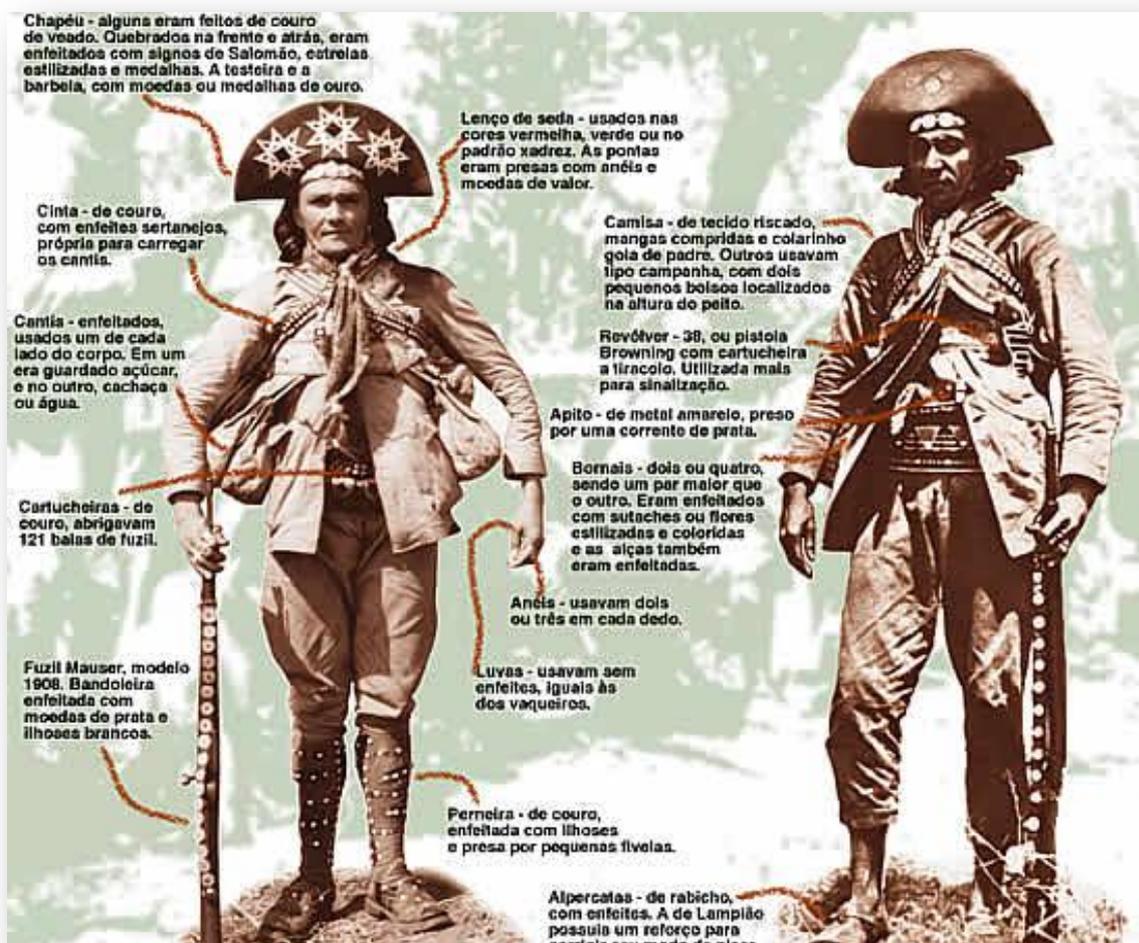


Virgulino Ferreira da Silva – Lampião e Maria Bonita na ribeira do Capiá em Alagoas, no ano de 1936. Benjamin Abrahão.

---

<sup>8</sup>Fotógrafo. <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=benjamin-abrahao>. Acesso em 10 de maio de 2018.

E, para ilustração, a vestimenta do cangaceiro, de onde decorre sua denominação<sup>9</sup>:



*Os cangaceiros* (1953), de José Lins do Rego, foi outro romance que trouxe como cenário o cangaço. A trama se desenvolve em torno de um amor proibido entre os personagens Bentinho e Alice. A essência da obra está na luta pela sobrevivência em meio à brutalidade do cangaço.

A escritora Raquel de Queiroz também escreveu sobre o cangaço em 1954, na peça *Lampião*. A peça é constituída de ação e emoção somadas ao cenário do sertão

<sup>9</sup>As vestes do cangaceiro. Disponível em: <http://navegandonahistoria-costa.blogspot.com/2012/06/armaduras-dos-guerreiros-do-cangaço.html>>.

nordestino propício aos mandos e desmandos de uma terra sem lei. A seguir, um anúncio jornalístico sobre essa peça, com o ator Othon Bastos:

**TEATRO**

**OS CANGACEIROS DO "LAMPPIÃO", SEGUNDA-FEIRA PRÓXIMA, NO DUSE**



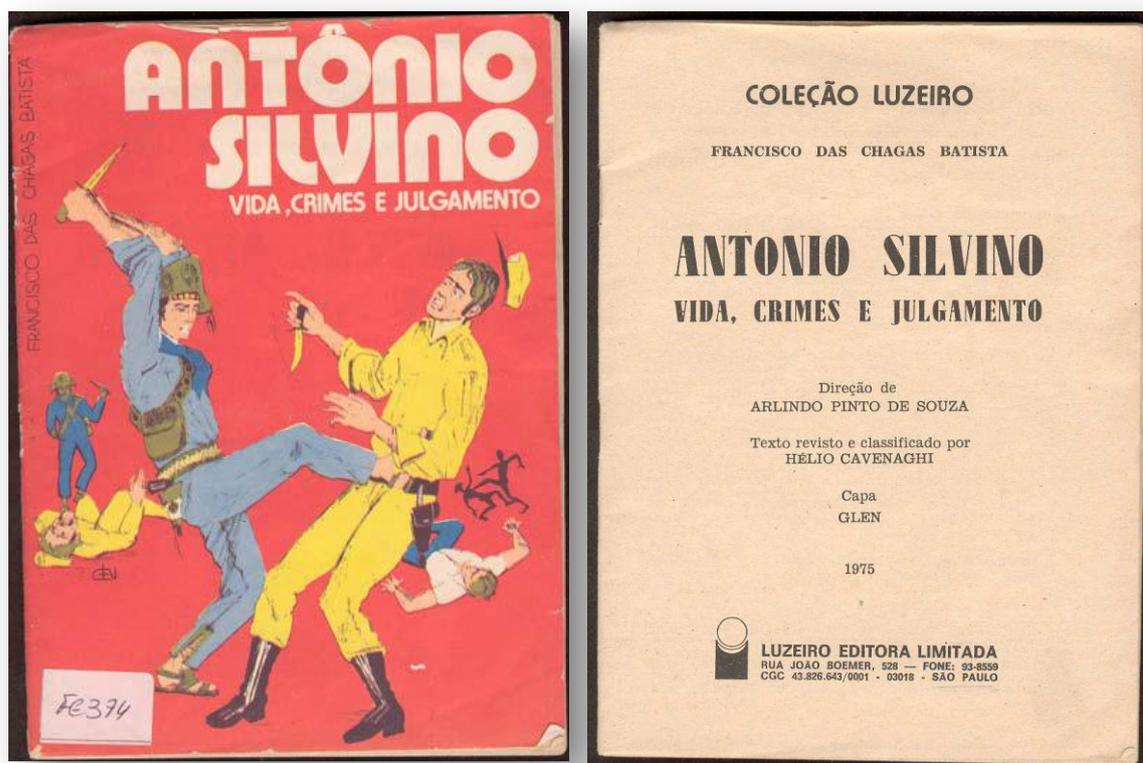
Othon Bastos, (PontoFino). Edgar Ribeiro, (Sabino).  
Roberto Yago, (Lauro). Antônio Araújo (Corisco)

Anúncio jornalístico.<sup>10</sup>

Desde a virada do século XIX para o século XX, a literatura popular dedicou-se a explorar o cangaço. Em 1904, foi publicado a vida de *Antônio Silvino* o folheto mais antigo dedicado ao cangaço escrito por Francisco das Chagas Batista, cuja capa está reproduzida a seguir. A obra escrita em cordel traz em sua segunda página datada a edição de 1975 a ficha do autor e uma definição da origem desse gênero:

---

<sup>10</sup>Disponível em: [http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_19497](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_19497)>



Os exemplos destacam a permanência, no imaginário brasileiro, dos homens e das circunstâncias que construíram o fenômeno do cangaço. A literatura, seja na forma oral, na popular ou erudita, representou de diferentes modos o sertanejo, o jagunço e o cangaceiro. À parte da história construída ao entorno do poder republicano, outra história, protagonizada pelos homens do sertão se construía. História, marcada pela fome, pela seca e pelo abuso de poder.

Mais conhecido no Nordeste, o cangaço ou jaguncismo também ocorreu no Norte de Minas Gerais, motivado por questões semelhantes aos episódios nordestinos. Como pudemos observar na literatura produzida em Minas Gerais, não há distinção entre as figuras do cangaceiro ou jagunço; estas parecem atenuadas ou indistintas, na voz do povo e na literatura consultada. O próprio João Guimarães Rosa, quando escreve seu romance *Grande sertão: veredas* (1956), incorpora o jagunço como personagem principal, centro e voz de toda a narrativa. Riobaldo, esse jagunço-protagonista, não luta a mando de ninguém, é independente em suas escolhas e anseios. Ele e seus seguidores formam um bando de jagunços que lutam por um novo sistema de poder e por sua própria identidade. O jagunço ou cangaceiro

de que trataremos no próximo tópico é Antônio Dó, o mais famoso do sertão mineiro.

## 1.2 Antônio Dó: a construção do personagem

**ANTÔNIO DÓ - O FAMOSO BÂNDOLEIRO DO RIO S. FRANCISCO**

**AUTOR: Rodolfo Coelho Cavalcante**  
Trovador Brasileiro

Já falei de Volta Seca,  
Lampião em Mossoró,  
Guabiraba, Zé Baiano,  
O Negrão de Caicó,  
Agora ao Brasil inteiro  
Falo sobre o Bandoleiro  
Por nome de Antonio Dó.

No Ano Mil Novecentos  
E dez tudo começou  
Na margem do São Francisco  
A questão que se tornou  
Nos ataques da Brigada  
E a luta da jagunçada  
Até que se Dó findou.

Filho de Pilão Arcado  
No Estado da Bahia.  
Antonio Dó e seus pais  
Foram fazer moradia  
Nas fronteiras de Goiás  
No Estado Minas Gerais  
Que até não conhecia.

Neste tempo no Nordeste  
Virgulino Lampião  
Começava ser famoso  
Ensanguentando o sertão.  
Quando a injustiça imperava  
Nesse tempo se matava  
Sem qualquer alteração.

Em epígrafe está um trecho do cordel escrito por Rodolfo Coelho Cavalcanti, em 1977, intitulado *Antônio Dó, o famoso bandoleiro do Rio São Francisco*.

<sup>11</sup>Conforme percebemos, o cordelista refere-se a Antônio Dó em meio a outros bandoleiros célebres como Lampião e Volta Seca. O enredo de nomes identifica para a presente pesquisa o difícil limite entre o homem e toda a mitológica que se foi criando em torno de seus feitos, sendo impossível detectar o que foi produto do factível e aquilo que foi sendo contado e fabulado, por meio da oralidade ou da escrita, atravessando os tempos e desafiando a história.

Nascido Antônio Antunes de França, na cidade de Pilão Arcado, na Bahia, no final do século XIX, tornou-se conhecido como Antônio Dó, bandido, bandoleiro ou jagunço, conforme lhe chamam, sendo assassinado por um comparsa com uma mão de pilão, em 1929.

Saul Martins, em 1967, publica o livro *Antônio Dó*, pretendendo trazer ao público leitor a “verdadeira história” do famoso jagunço (MARTINS, 1967, p. 59). Seu livro, que prima por uma linguagem documental, procura atentar-se aos fatos históricos, dando ênfase aos enfrentamentos entre Antônio Dó e as forças do governo, que o perseguem. Antônio Dó, seguindo a perspectiva de Martins, é adjetivado como jagunço, bandoleiro, bandido ou facínora. Nesta obra, Antônio Dó é objetivamente apontado como “inimigo do governo”.

Martins afirma ser Antônio Dó o herói da sua infância. Ele cresceu ouvindo as histórias que se contavam sobre o jagunço, sempre referenciado de forma positiva por seus familiares com os quais Dó mantinha um bom relacionamento. Conforme nos relata: “Antônio Dó era o meu herói no tempo de menino, em Januária, lugar em que nasci e aonde não haviam chegado ainda as histórias em quadrinhos” (p. 23), o que permite ao leitor inferir que este “inimigo do governo” era, paradoxalmente, na perspectiva de Martins, amigo do povo, constituindo-se uma espécie de herói sertanejo, posto que ocupava um lugar de proteção e justiça, justamente onde o poder público falhava.

Afirma ainda Saul Martins ter conhecido pessoalmente Antônio Antunes de França, o Antônio Dó:

---

<sup>11</sup> Disponível em:  
<http://docvirt.noip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordelfcrb2&pagfis=46939>.

Minha curiosidade aumentou bastante quando os bons ventos me levaram a conhecê-lo, em pessoa. Fui gozar férias, em 1928, na fazenda da minha irmã. Antônio Dó lá pernitoitou, de passagem para o Gerais de São Filipe, que se abre na outra margem do Rio São Francisco. (MARTINS, 1967, p. 23).

O depoimento de Saul Martins coloca em evidência as relações estreitas que existiam entre os fazendeiros locais e o jagunço, quer seja por troca de favores, quer seja por medo de ter sua propriedade invadida e roubada.

O objeto de estudo do nosso trabalho, portanto, é um personagem real, que fez parte da história do Norte de Minas Gerais, porém ganha feições diferenciadas nas histórias orais que corriam o sertão que, ora o idealizavam, pintando-o como herói popular, ora o demonizavam, se entrevistado pela perspectiva de seus inimigos ou pela visão da polícia, que o perseguia. Paulatinamente, Antônio Dó vai se desprendendo das páginas da História para se constituir personagem nas narrativas do Norte de Minas Gerais. As histórias que se escreveram sobre ele também apresentam essa dualidade entre o bandido e o herói. Segundo Saul Martins, o povo é quem dá vida a “heróis sofredores ou vingadores com os quais se identifica” (MARTINS, 1967, p. 15). Isso nos revela como as tradições e cultura de um povo vão se formando e como a imaginação popular contribui para a formação de uma personagem, como é o caso de Antônio Dó.

A intenção de Saul Martins, na escrita de seu livro *Antônio Dó*, conforme ele próprio declara, foi a de aproximar-se o mais possível do perfil verdadeiro do homem que retrata nas letras, mas tal propósito se esvai na própria aproximação que o escritor manifesta em relação ao biografado. A proximidade de quem escreve com o personagem compromete a imparcialidade do relato, como sabemos; a narrativa será filtrada pela perspectiva do narrador, que procurará conferir a ela as características do “eu vi” ou “ouvi dizer”.

O termo personagem vem do Latim, *persona(m)*, cujo significado é máscara de ator de teatro. De tal definição deriva a “atuação” da personagem no interior da narrativa literária, tendo por função *simular* pessoas, comportamentos e sentimentos reais. Sua existência na narrativa se configura por sua participação nela, agindo, falando, participando dos acontecimentos. Observamos que a passagem do homem da

vida real para a sua ficcionalização como personagem dá-se, no livro de Saul Martins, com a adoção do nome fictício ou apelido pelo qual Antônio Dó era conhecido, nas histórias orais que corriam sobre seus feitos.

Antônio Dó não é, na verdade, seu nome de batismo. Saul Martins em sua obra *Antônio Dó*, explica-nos que Dó é um apelido, como reza a tradição, resultado de um sentimento coletivo, expresso repetidamente na seguinte expressão: “tenho dó de seo Antônio!”. A origem do nome e a explicação que lhe confere o escritor é indício, para o leitor, da forma como a personagem será tratada em sua narrativa.

Na terceira edição de sua obra *Antônio Dó*, Saul Martins retrata a assinatura de Antônio Dó, obtida enquanto preparava a segunda edição do livro, a qual conseguiu por intermédio de Antônio Marcondes, de São Francisco, sobrinho-neto do Juiz Municipal que qualificou o indiciado Antônio Dó. O documento é datado do dia 20 de outubro de 1909, dia que a sorte desse homem mudaria para sempre. A assinatura do homem civil, assim, junta-se caprichosamente aos arranjos ficcionais do livro, dando-lhe uma interessante feição entre o factual e o fictício, conforme pudemos comprovar.

A assinatura da personagem número um deste livro, reproduzida abaixo, em fac-símile, é autêntica, foi dada em Auto de Qualificação, dia 06 de dezembro de 1909, em São Francisco, Minas Gerais, perante o Juiz Municipal (Ver p. 33, rodapé, e nota nº 32, sobretudo as 3ª e 4ª observações - Uma cópia "xerox" do documento original encontra-se em nosso arquivo particular, na Caixa nº 17 pasta 01).

*Antônio Antunes de Franca,*

#### Excerto de parecer grafológico

"Os traços verticais da letra, com leve tendência para a direita, indicam firmeza de ideais, autocontrole e certo predomínio do sentimento sobre a razão, enquanto sua forma revela atitude calculada com o intento de sobrepor-se aos interesses alheios".

"... o exame de outros aspectos da assinatura denuncia que o autor é duro em seus propósitos, mas bondoso com as pessoas íntimas. É frio, reservado e demonstra enorme empenho de viver".

Taís. F. Cabral

É possível perceber, no excerto de parecer grafológico contido na terceira edição de *Antônio Dó*, de Saul Martins, que, embora imbuído do propósito de conferir a seu relato um princípio de verdade científica, mito, ciências ocultas, fatos correntes nas histórias orais e dados documentais foram arranjados na composição da narrativa do livro *Antônio Dó*. Segundo a análise de sua assinatura, Antônio Dó já trazia consigo a convicção de suas ideologias, seu autocontrole e domínio em seus propósitos, revelando a postura firme e sagaz do personagem.

Segundo Saul Martins, foi na coluna do "Diversas" do jornal *Minas Gerais*, p. 8, que o nome Dó apareceu pela primeira vez em letra de forma, abrindo caminhos para ser manchete nos principais órgãos de imprensa do país como o *Imparcial* e o *Jornal do Comércio*.

No prefácio à segunda edição, escrito para a terceira edição da obra *Antônio Dó*, Saul Martins descreve alguns erros cometidos em relação às notas referentes ao jagunço mais procurado daquela época, evidenciando os equívocos cometidos pela imprensa ao noticiar fatos acerca da trajetória de Antônio Dó. Assim, entende-se o quanto a imprensa pode ser imprecisa ou mesmo tendenciosa ao revelar os fatos:

Em livro, o mérito do primeiro registro cabe ao Dr. Nelson Senna, através do *Anuário de Minas Gerais*, edição de 1913, à p. 784, onde noticiou o ataque de Antônio Dó a São Francisco, no dia 05 de Junho de daquele ano (leve engano: Dó entrou em São Francisco no dia 30 de maio). Eduardo Santos Maia, em *O Banditismo na Bahia*, Edição da Typ. Horizonte Pap., Rua Caetés, 237 – Belo Horizonte, 1928, à p. 184 faz referência a Antônio Dó. Mas seu lacônico parágrafo, de oito linhas, sobre o jagunço, cometeu dois erros, um histórico e outro geográfico. O historiador Geraldo Tito Silveira, às pp. 444 e 447 de seu livro *Crônica da Polícia Militar de Minas* – Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1996, também se referiu a Antônio Dó como Santos Maia, cometeu erro de data em uma das referências. Em *Histórias do Terceiro Batalhão* – Imprensa Oficial, 1972, da p. 227 à 243 o historiador Anatólio Alves de Assis narrou episódios da vida de Antônio Dó, a maioria dos quais confirma a exatidão de nossas pesquisas. Outros, diga-se bem a verdade, divergem dos fatos de nossa recolha e exposição. (MARTINS, 1967, p. 18.).

Nesse sentido, evidencia-se uma pesquisa com rigor de Saul Martins e sua preocupação em revelar a verdadeira face da história do jagunço mais famoso que por ali passou, resultado de uma investigação que levou 51 anos, desde 1933.

A única fotografia autêntica da personagem foi publicada, segundo Saul Martins, no jornal *Estado de Minas*, ao noticiar a morte de Antônio Dó, em edição datada dia 19 de novembro do ano de 1929. Essa fotografia, transformada em desenho, está reproduzida abaixo, conforme consta no livro de Martins:



Antônio Dó (1859 - 1929)

*Desenho de Sandra Bianchi, baseado em fotografia autêntica do bandoleiro, publicada no jornal Estado de Minas, edição de 19 de novembro de 1929, terça-feira.*

Conforme se pode ver, o desenho de Antônio Dó mostra um homem de cabelos e barba grandes, olhar circunspecto, traços comuns que o igualariam a qualquer morador do sertão. A legenda o caracteriza como “bandoleiro”, mas faltam na imagem elementos que poderiam qualificá-lo como tal.

Em sua descrição, Saul Martins declara procurar ser justo, buscando observar todos os acontecimentos históricos, durante sua pesquisa, conforme sua posição no tempo e no espaço, primeiramente por ser um admirador das histórias que ouvia, enquanto criança,

As informações que eu recebia sobre a pessoa dele vinham, então, de familiares ou conhecidos, com quem Dó mantinha bom relacionamento. Todos se referiam a ele de maneira positiva. Afirmava-se que Dó era um rebelado, justiceiro e não bandido (...) Fixei uma técnica metodológica:

só considerava exata, verdadeira, a informação obtida ao menos por duas fontes diferentes (MARTINS, 1967, p. 23-24.).

Esse método adotado por Martins não deixa de ser, contudo, discutível, posto que os relatos populares, via de regra, baseiam-se na repetição do que ouviram, com ligeiras mudanças, características da imprecisão, própria da oralidade, ou da inventividade do narrador da hora.

Saul Martins confessa o desejo de levar a prelo toda a pesquisa desenvolvida ao longo de sua vida, desde menino, quando ouvia ao pé do fogo as histórias do “herói” Antônio Dó.

Ali acendia-se o fogo e ajeitavam –se trempes, em cima dos quais sentavam-se panelas destinadas ao preparo da refeição: arroz-ferrado, torresmos, carne-de-sol. Eu trazia um tamborete, lápis e papel e sentava-me perto dele e os provocava. Antônio Dó era o centro da conversa. Eu escrevia tudo e passava a limpo, depois nos cadernos (MARTINS, 1967, p. 23.).

Esses cadernos aumentaram em quantidade. As histórias coletadas sobre essa personagem e o fascínio que as envolviam fez Saul Martins encher oito cadernos acerca de Antônio Dó e sua densa trajetória, marcada pelas lutas e pela sede de justiça. Conforme Martins declara:

A partir de 1946, até 1948, desenvolvi meu esforço de pesquisa no *Arquivo Público Mineiro*, em cuja tarefa me demorei dois anos. (...) No mesmo ano, com o propósito de diminuir dúvidas, retornei ao campo e entrevistei pessoas da área de Antônio Dó, direta ou indiretamente envolvidas no problema (...) Eu tinha, então oito cadernos cheios de anotações (MARTINS, 1967, p. 24.).

O personagem Antônio Dó, conforme percebemos nos relatos coletados, caracteriza-se de forma ambígua, portanto. Torna-se criminoso pelas circunstâncias, mas é dotado de um código de honra que o diferencia de um assassino vulgar. A construção da personagem Antônio Dó perpassa da história oficial para as histórias que se contam sobre ele, sejam as de base oral até às escritas em livro ou cordéis.

Para Saul Martins, a história de Antônio Dó é verídica. Escrito em 1976, o livro *Antônio Dó* é uma espécie de documentário que revela os impasses entre as forças do governo e Dó.

Em seu artigo intitulado “Oralidade: as várias faces da vida de Antônio Dó” (2005), Rejane Meireles Amaral Rodrigues disserta que

[e]m entrevista (com João Naves, 09 de outubro de 2003. Duração 40 minutos), Saul Martins relatou que, quando era menino, ouvia os causos sobre Antônio Dó, (histórias fantasiosas) contados pelos sertanejos e sitianteiros que vinham das fazendas para a cidade de Januária e ficavam alojados embaixo de uma árvore, em frente à sua casa. E, para ele, Antônio Dó era seu herói, seu “herói vingador”. Quando era adolescente, com aproximadamente 12 ou 13 anos, Saul teve oportunidade de vê-lo, pois esse se alojou por algumas horas na fazenda de sua irmã. Saul relata que observou atentamente tudo que ele fazia e crê que Antônio Dó deve ter percebido sua presença, pois o futuro escritor não conseguia retirar os olhos do seu herói (RODRIGUES, 2005, p. 9-10).

O objetivo de Saul Martins ao escrever sobre esse personagem histórico consistiu em relatar a má administração pública e os desvios de comportamento da corporação da qual o próprio Saul fazia parte.

No prefácio à primeira edição<sup>12</sup>, Saul explica como escreveu a obra:

A história é verídica e a escrevemos com todo rigor científico. Se houver acréscimo, estes são oriundos da fantasia ingênua do sertanejo e não de quem os anotou. Aliás, não é fato novo: o povo cria lendas em torno de personagens reais, heróis sofredores ou vingadores com os quais muitas vezes se identifica. E é assim que se vai formando a tradição e todo o acervo cultural de uma simples comunidade ou de uma pátria imensa (MARTINS, 1967, p.15).

A narrativa constrói-se por meio dos fatos oficiais e de toda a tradição da região do entorno do rio São Francisco, revelando o cotidiano do homem sertanejo, suas linguagens e seus costumes. O personagem em estudo, independentemente de ter sido um herói da infância do escritor, é descrito como facínora, como aparece no trecho “mais uma vez o sangue generoso da Força Pública derramava aos pés do facínora. E cada revés, longe de esmorecer, atuava como um desafio à centenária Milícia” (p. 59). Percebe-se, sob a ótica de Saul, que, em alguns trechos, seu texto

---

<sup>12</sup>A obra, com a primeira edição datada do ano de 1976, consagrou-se como vencedora do 5º Concurso de Monografias sobre o Folclore Nacional.

configura-se como um registro histórico, sob o ponto de vista da instituição militar, onde Dó é apontado como um inimigo do governo e das forças militares.

Após publicação da primeira edição, Saul Martins, ao ouvir o fazendeiro Veridiano Fernandes Valadares, sentiu a necessidade de redigir uma segunda edição. E o fez. Dessa maneira também nasceu a terceira e última edição, frutos do acréscimo significativo de conteúdo obtido através de entrevista ao agrimensor José Milo de Silqueira, o qual participou do penúltimo acontecimento envolvendo Antônio Dó. Some-se, a esses registros, a importância que o cinema proporcionaria à obra, dando-lhe outra visibilidade, com a sua reprodução cinematográfica elencada pelo cineasta Paulo Leite Soares com fortes bases na pesquisa de Saul Martins, que declara “que esta terceira edição é realmente definitiva” (MARTINS, 1967, p.25).

Petrônio Braz, advogado e escritor, nascido em São Francisco e filho de Brasileiro Braz, que também escreveu sobre Antônio Dó, no livro *São Francisco nos caminhos da História* (1977), registrou cuidadosamente a saga de Antônio Dó, apresentando uma vertente compósita da personagem, em que a mítica sertaneja, os escritos alheios e a pesquisa extensiva nos jornais conferem ao personagem maior envergadura. O autor escreveu sobre a família do personagem, desde sua saída de Pilão Arcado, na Bahia, em 1878, até sua morte em 1929.

Para o folclorista Urbino Viana, Antônio Dó não seria herói ou bandido ou seria ambas as coisas, dependendo do lado em que fosse analisado.<sup>13</sup>

O escritor januarense Manoel Ambrósio (1865-1947), que serviu de referência para Guimarães Rosa e para Petrônio Braz, assim o descreve: “um cangaceiro, um celerado vulgar, criminoso e terrível bandido”. (AMBRÓSIO, 1976, p. 43).

Francisco de Vasconcelos é quem organiza a publicação póstuma do livro de Ambrósio, recorrendo às palavras do próprio Manoel Ambrósio para escrever o prólogo da obra *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, de 1976:

Dó...simplesmente.

Gigante do cangaço das barrancas sanfransiscanas que mais uma vez rompe a barreira do tempo e do esquecimento, agora por mercê da pena ágil de Manoel Ambrósio e de minha paciência franciscana, como

---

<sup>13</sup>Urbino Vianna: autor da *Monografia do município de Montes Claros*: breves apontamentos, breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos, publicada em 1916.

decifrador dos intrincados originais ambrosianos (AMBROSIO, 1967, p. 5).<sup>14</sup>

Em *Grande sertão: veredas* (1956), Guimarães Rosa, por meio da voz de Riobaldo, referiu-se a Antônio Dó como: “Severo bandido. Mas por metade; grande maior metade que seja”(ROSA, 2011, p. 17). Também em *Sagarana* (1946) e *Magma* (1997) o escritor mineiro fez referências ao jagunço das margens do rio São Francisco. Como sabemos, o narrador de *Grande sertão: veredas* é também um jagunço, que lidera um bando no sertão norte- mineiro, em busca de justiça e do próprio rumo da vida. Seria natural, portanto, que, a seus olhos, a concepção de bandido fosse construída por meio da admiração das grandezas do homem. A ambiguidade é explicável: são muito tênues as linhas que separam o bandido do herói. Nem sempre a interpretação oficial corresponde à ideia consagrada pelo povo. No mundo dos cangaceiros e jagunços vigia um código de ética específico, que se distinguia frontalmente das leis estabelecidas pelo poder oficial: o que passava por bandido aos olhos da polícia era visto como herói popular pelos desvalidos, a quem a justiça institucionalizada parecia inacessível.

Brasiliano Braz, no livro *São Francisco nos caminhos da História*, publicado em 1977, afirma que “Antônio Dó nunca foi vencido. Numa sepultura rasa, nos rincões da Serra das Araras, dorme agora o sono da eternidade” (BRAZ, 1977, p. 58). A ideia transmitida pelo autor, natural de São Francisco, Minas Gerais, que viveu muito proximamente a história de Antônio Dó, é a de que, embora julgado, sentenciado e morto pelas autoridades, Dó sobreviveu como herói popular, suplantando até os limites impostos pelo esquecimento provocado pela morte.

O filho de Brasiliano Braz, Petrônio Braz, de cuja obra faremos um estudo *a posteriori*, lançaria em 1ª edição a obra *Serrano de Pilão Arcado* - a saga de Antônio Dó, em 2006, na qual faz uma pesquisa acerca da vida e dos feitos de Dó, romanceando aspectos de sua vida familiar e social. A obra está em sua 3ª edição. Petrônio Braz define seu personagem como um ser humano, em que a feição de mito, construída pela versão popular, aparece em lampejos. Em contraposição a seus antecessores, que trataram, em sua maioria, Antônio Dó como bandido, Petrônio

---

<sup>14</sup>O trecho integra o Prólogo, escrito por Francisco de Vasconcelos, editor de *Encontro como Folclore*.

Braz evidencia uma faceta de inspiração rosiana, ao tratar de fatos e personagens do sertão mineiro sob uma ótica humanizada.

O jagunço mineiro seria retratado, em 1979, no filme de Paulo Leite Soares, com participação de Luiz Linhares, Nelson Xavier, Roberto Bonfim, Maria Sílvia, José Mayer e Ezequias Marques, com o título de *O bandido Antônio Dó*. A sinopse da película assim o descreve:

Antônio Nunes de França Dó, um pacato fazendeiro da cidade de Januária, é preso e humilhado por um chefe político local. Revoltado com a opressão sofrida não só por ele, mas pelos habitantes da região, Antônio forma um bando armado que, por mais de 10 anos, combate os governantes corruptos na localidade.<sup>15</sup>

Percebemos, assim, que, embora o título do filme caracterize o personagem como bandido, o tratamento que este recebe distancia-se um pouco da classificação de bandido, no sentido de malfeitor. O epíteto de “fora da lei”, outro sentido para o adjetivo bandido, faria outros sentidos num Brasil dos anos setenta, do século XX, cerceado pela censura da ditadura militar. Estar fora da lei significaria, então, resistir à força opressiva da ditadura, lutar contra um estado de censura e perda de liberdade.

Em outro arquivo sobre cinemas, encontramos a seguinte sinopse para o mesmo filme:

Em 1914, um pacato fazendeiro do Norte de Minas, Antônio Nunes de França Dó, se indispõe com o chefe político de sua cidade, Januária: é preso e submetido a humilhações. Depois de solto, revoltado com a opressão sobre os habitantes da região, reúne um bando armado que, por 15 anos, enfrenta milícias e sitia cidades, retirando o poder de prefeitos corruptos e nomeando simpatizantes à sua causa.<sup>16</sup>

Embora se trate do mesmo filme, percebemos ligeira alteração do discurso, alteração quase imperceptível, mas que deixa evidente o distanciamento entre o que a história do filme relata e os acontecimentos do Brasil que vivia sob o governo da Ditadura Militar.

---

<sup>15</sup>Disponível no site:

<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-235014/fotos/detalhe/?cmediafile=21172012>. Acesso em 03 de novembro de 2017.

<sup>16</sup><http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=023851&forma>.

Abaixo, uma cena do filme que mostra Antônio Dó preso, disponível no citado *sites* obre cinemas:



É importante destacar que o homem que está atrás das grades afigura-se menos como bandido que aquele que aparece livre. Essas são nuances que demonstram como o roteirista e o diretor interpretaram a história de Antônio Dó, em tempos de cerceamento e censura. Na sequência, segue o cartaz promocional do filme, que evidencia Antônio Dó e seu bando de jagunços:



Centralizado na fotografia, Dó aparece escudado pelas armas dos jagunços, embora ele próprio esteja com sua arma deposta, ao lado de sua mulher, também armada, numa recriação que a aproxima da célebre Maria Bonita, companheira do lendário cangaceiro Lampião. Não encontramos, em nenhuma das narrativas escritas que pesquisamos, qualquer referência ao fato de a esposa de Antônio Dó, – pivô de sua revolta e rebeldia, pois foram as terras dela que foram roubadas –, tenha alguma vez pegado em armas e lutado no bando do marido.

Interessa ao presente estudo a leitura de algumas representações de Antônio Dó, para averiguar como tal personagem foi sendo construído e modificado, com o tempo e de acordo com o grupo social que o pretendeu destacar. Os limites impostos a uma pesquisa de mestrado certamente não nos permitiriam ler todas as obras que citam ou tematizam sobre este intrigante homem, objeto de interpretações díspares e portador de um referencial simbólico, caro aos habitantes do Norte de Minas Gerais.

Antônio Dó e seu bando acenam para uma situação geográfica, política e governamental que acentua as diferenças sociais, o atraso educacional e a ausência de uma proteção jurídica oficial na região, no século XIX e início do século XX.

Antônio Dó, conforme fomos percebendo ao longo deste estudo, cresceu como personagem na falta e na carência de uma região.

Por meio desta pesquisa buscamos compreender esse protagonista sertanejo no que tange ao que revelam os fatos históricos, o espaço geográfico no qual se situam os acontecimentos que circundam a saga de Antônio Dó, sua cultura, tradição e espaço.

A literatura produzida sobre o personagem em estudo traz em seu contexto paisagens e mitos do sertão brasileiro. Entretanto, como demonstramos aqui, depois de passados os anos e como as histórias sobre o jagunço do Norte de Minas ainda correm de forma oral, é muito difícil ao pesquisador destacar o que é produto do factual e aquilo que se foi inventando ou modificando, dada a peculiaridade do registro oral.

Trata-se, primeiramente, de um personagem sertanejo – sua força e seu significado na cultura nacional são hoje reconhecidos para além das representações antropológicas. O sertanejo destaca-se como elemento humano afixado numa paisagem natural árida; ele é responsável pela construção do Brasil interiorano, cujos contornos passam pela mestiçagem étnica e cultural, por uma brava resistência e uma profunda reverência pelo ambiente natural, com o qual se funde.

A fortuna crítica sobre Antônio Dó não é muito extensa, contudo suas façanhas foram cantadas e romanceadas, além do filme produzido por Paulo Leite Soares, pela Embrafilme e Coordenadoria de Cultura, no ano de 1979.

Na prosa, destacamos dois romances que narram sua trajetória: *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, de Manoel Ambrósio e *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*, de Petrônio Braz. No primeiro romance, Manoel Ambrósio discorre sobre os fatos como “testemunha ocular” (AMBRÓSIO, 1976, p.07) dos vários acontecimentos narrados na obra, e, no segundo, Petrônio Braz afirma ser a obra “uma busca permanente de novas fontes escondidas na tradição oral, nas bibliotecas, nos arquivos públicos e particulares.” (BRAZ, 2011, p.12) O antropólogo e folclorista Saul Martins tentou reproduzir “com todo rigor científico” (MARTINS, 1967, p.13) a vida do personagem Dó, na obra *Antônio Dó – a História verídica de um jagunço famoso*.

Os estudos relacionados a Antônio Dó não se restringiram apenas a seu aspecto como homem, cangaceiro, jagunço ou mito, mas percorreu vieses relacionados à

estrutura política e social do noroeste mineiro, no período em que atravessou essa região. O protagonista constrói-se da História para história, tanto na tradição oral quanto na descrita por Brasiliano Braz, em *São Francisco nos caminhos da História* como nas demais narrativas pesquisadas.

O personagem é descrito por Saul Martins como bandido, um inimigo do governo, como revela o trecho: “Mais uma vez o sangue generoso da Força Pública derramava aos pés do facínora. E cada revés, longe de esmorecer atuava como um desafio à centenária Milícia.”(MARTINS, 1967, p.59.). Nesse sentido, Antônio Dó representava uma ameaça às forças políticas, era temido e destemido aos olhos da força pública.

Como ficção, o personagem Antônio Dó se aproxima do que define Antônio Cândido, no livro *A personagem de ficção*, em que se refere “às personagens transpostas de modelos anteriores que o escritor reconstitui indiretamente, por documentos ou testemunho sobre os quais a imaginação trabalha.”(CANDIDO, 2007, p.71). A intenção do romancista é que define a natureza da personagem, afirma Cândido.

Conforme pretendemos demonstrar neste capítulo, a proximidade maior ou menor com a figura de Dó, o interesse de cada escritor ou pesquisador e o momento político por que passava o Brasil influenciaram nos muitos retratos de Antônio Dó que se foram compondo. O homem cresceu nos relatos, assumindo o lugar de um personagem essencial para a compreensão do que foi a história do sertão norte mineiro.

Outros estudos, não numerosos, mas significativos, foram desenvolvidos acerca desse personagem. O aspecto da oralidade que preservou o personagem do esquecimento é descrito por Rejane Meireles Amaral Rodrigues, em seu estudo realizado acerca da vida de Antônio Dó. Em seu texto *Outras histórias sobre Antônio Dó: imprensa e memória do Norte de Minas* desenvolve uma análise das memórias do povo da cidade de São Francisco, no Norte de Minas Gerais, palco da trajetória de Antônio Dó e sua vida com o objetivo de perceber elementos da identidade e a releitura do personagem acerca de si. Como fonte, a autora realizou entrevistas com vários moradores da cidade de São Francisco e com a população rural, além dos jornais locais e nacionais que circulavam na época da Primeira República.

Ao final do estudo, a autora apresenta duas possibilidades: se Dó permanecerá como lembrança maldita para a memória coletiva ou muito tempo se levará para que seja lembrado de outra forma. Ressalta ainda que para ser lembrado de forma diferente seria necessária uma reconstrução da sua imagem, em São Francisco.

Marcela Telles Elian de Lima, em sua dissertação de Mestrado, intitulada *Pelas margens do São Francisco: a trajetória histórica e ficcional de Antônio Dó*, dedica seu estudo à abordagem desse personagem, considerando o sertão, a terra e a violência na tentativa de acompanhar os passos do jagunço, entre os dois mundos: o real e o ficcional.

Segundo a autora “foi a singularidade da relação existente entre Antônio Dó, o sertão, a terra, e a violência que levaram ficcionistas, por meio de diferentes linguagens, e em momentos distintos da história, a retomarem sua trajetória”(LIMA, 2006.). A estudiosa buscou, com este trabalho, conjugar as informações colhidas e reinscrever no tempo a vida e a morte desse homem. Para ela, Antônio Dó não foi nem herói, nem bandido, essa seria apenas uma história dentre todas as outras possíveis.

Judite Corrêa Santos, em sua dissertação de mestrado, faz uma investigação acerca da construção do personagem Antônio Dó como mito na narrativa retomada por Petrônio Braz em *Serrano de Pilão Arcado – a saga de Antônio Dó*, fazendo uma análise da composição do caráter mítico do (anti) herói sob uma ótica ficcional. A autora teve como objetivo a discussão acerca de como o homem, o rio e as narrativas orais se cruzam como componentes essenciais para a construção textual da obra em estudo. Para a autora, sua pesquisa trouxe a “certeza de que muitas outras interpretações podem surgir a partir dessa primeira análise sobre a narrativa do mineiro Petrônio Braz” (SANTOS, 2014 p. 74).

Os estudos desses textos nos possibilitaram debruçar sobre alguns aspectos universais presentes nas narrativas, permitindo-nos a questionamentos sobre o real e o imaginário e como a ficção elabora seus personagens. Na leitura das várias narrativas, soubemos como Antônio Antunes de França tornou-se Antônio Dó, paulatinamente, ganhando contornos diferentes em cada texto.

A partir desses dados entramos no estudo da personagem, que, segundo Candido “vive o enredo e as ideias e os torna vivos” (CANDIDO, 2007, p.54.).Conforme escrevera Manoel Ambrósio, “Tal o Antônio Dó. De 1908 a 1937

nenhum barranqueiro das margens do São Francisco foi mais celebrizado no sertão mineiro” (p. 13). Compreende-se aqui que, durante essa época, no Norte de Minas Gerais, nenhum barranqueiro foi mais famoso que Antônio Dó, trazendo consigo a fama de perigoso e temido até pelas autoridades que não cansavam de traçar estratégias a fim de capturá-lo, dando a ele um lugar de destaque.

Como observador atento de sua época e beneficiado por ter vivenciado as façanhas de Antônio Dó entre a sua gente, Manoel Ambrósio de Oliveira manifesta profunda consciência acerca das intrincadas relações de que um ficcionista lança mão para dar vida a sua personagem [a] cópia fiel de pessoas reais, que não constituem propriamente criações, mas reproduções “(...) em que a memória, a observação e a imaginação se combinam em graus variáveis, sob a égide das concepções intelectuais e morais” (AMBRÓSIO, 1976, p. 67).

As faces reveladas pelos autores em estudo traçam uma perspectiva coerente desse personagem no que tange à sua composição, mas cada um representa o jagunço de acordo com o lugar de que fala, considerando-se o tempo histórico, a intenção de escrita e o propósito de trazer à tona, em ficção, a vida de um jagunço do sertão. Para Candido “mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente.” (CANDIDO, 2007, p.75).

Antônio Dó é um representante ativo do quadro social e histórico de sua época, mas coube a cada autor/ narrador, dar-lhe tratamento ficcional, perpetuando-a nos relatos como personagem. Assim destaca Rosenfield: “As pessoas (históricas), ao se tornarem ponto zero de orientação, ou serem focalizadas pelo narrador onisciente, passam a ser personagens; deixam de ser objetos e transformam-se em sujeitos, seres que sabem dizer “eu””( in: CANDIDO, 2007, p. 22).

É o autor que faz surgir o personagem, é dele que brota a estrutura, a organização interna, através de sua visão exterior e interior da realidade nasce, “a natureza da personagem [que] depende da concepção e das intenções do autor” (p. 23). É a organização interna e estrutural do romance, que segundo Candido, confere à personagem toda sua eficácia.

Períodos curtos, por vezes pérfuro-contundentes. Páginas verdadeiramente geométricas. Fluências na linguagem sem banalidade ou

pernesticismo. Vez que outra o colorido dos temas regionais ou dos falares do povo. Metáforas bem dosadas, ironia oportuna, são marcas que estão presentes em sua crônica. Há que se aludir ainda à quase invariável justaposição do cronista ao seu focado (CANDIDO, 2007, p. 75).

O protagonista é colocado em condições especiais pelo narrador, quando este ressalta seus pontos fortes ou fracos e como relata sua forma de lidar com as situações adversas pelas quais passou. Tudo é regido pela ótica narrativa. Para Candido:

Os elementos que um romancista escolhe para apresentar a personagem, física e espiritualmente, são por força indicativos. (...) A composição estabelecida atua como uma espécie de destino, que sobrevoa, na sua totalidade, a vida de um ser; os contextos adequados asseguram o traçado convincente da personagem (CANDIDO, 2007, p. 78-79).

Ao analisarmos o personagem Antônio Dó, em narrativas diferenciadas, percebemos que cada autor, de forma única e limitada, (re)cria seu personagem. Sobre tal aspecto, afirma Antonio Candido que “[o] vínculo entre o autor e sua personagem estabelece um limite à possibilidade de criar, à imaginação de cada romancista, que não é absoluta, nem absolutamente livre, mas depende dos limites do criador” (p. 68).

Petrônio Braz em sua obra, buscou retratar o personagem Antônio Dó apoiando-se em pesquisas históricas, mas moldando-o sem a rigidez do acontecimento frio, afastando-o da frieza dos fatos que apareciam na imprensa. Conforme declara: “o cenário e todos os personagens são reais, no entanto, para dar força e vida às narrativas, ousei servir-me da liberdade literária, do pensamento imaginativo” (BRAZ, 2006, p. 19).

Dessa maneira, Petrônio Braz delinea o personagem Antônio Dó sem fugir de sua memória, porém muito próximo de uma conotação literária, dando ao personagem, inspirado no real, um tom fictício, mas para o qual não falta o traço da verossimilhança, conforme declara:

Apesar da objetividade da narrativa, que se apoia numa dinâmica necessariamente temporal, em presença do encadeamento natural da sequência dos acontecimentos descritos, não me afastei do dramático dos

episódios, nem do lirismo subjetivo presente na relação estabelecida entre os personagens ou nos conflitos individuais (BRAZ, 2006, p. 20).

Assim, entende-se que o autor confere à obra “uma linha de coerência” (CANDIDO, 2007, p. 59), o que lhe permite dar ao personagem uma lógica, que o torna verossímil em sua dimensão. Nesse sentido, completa Candido,

(...) no romance o sentimento da realidade é devido a fatores diferentes da mera adesão ao real, embora este possa ser, e efetivamente é, um dos seus elementos. (...) Para fazer um último apelo a Foster, digamos que uma personagem nos parece real quando “um romancista sabe tudo a seu respeito”, ou dá esta impressão, mesmo que não o diga. É como se a personagem fosse inteiramente explicável (CANDIDO, 2007, p. 66).

Tanto Petrônio Braz quanto Manoel Ambrósio buscaram investigar a saga desse personagem face à visão e ao propósito que cada um tinha sobre este, destacando-se ainda o momento temporal em que cada livro foi concebido e sob quais condições eles foram escritos. Segundo Vasconcelos: “Manoel Ambrósio na tentativa de urdir novela calcada no excelente material de que dispunha, sem querer, concluiu suculenta crônica iluminada e robustecida por oportunos enfoques etno-sociológicos” (AMBRÓSIO, 1967, p.7).<sup>17</sup>

Petrônio Braz fez uma análise e um resgate histórico da memória de Antônio Dó, segundo Braz um homem injustiçado, que vagou heroicamente. Reconhecemos que ao escritor de São Francisco coube o privilégio do tempo, para quem os fatos do passado tomam uma dimensão menos afetiva e mais analítica. Petrônio Braz declara ao leitor, no prólogo de seu livro, que sua intenção não foi a de produzir um relato conclusivo a respeito desse personagem, ficando a cargo do leitor condenar ou absolver o lendário cangaceiro.

Sobre isso, Candido ressalta que a natureza do personagem depende das intenções de seu autor, da sua observação, da relação e experiência deste frente a realidade dos fatos: (...) “há uma relação estreita entre a personagem e o autor. Este a tira de si (seja da sua zona má, da sua zona boa) como realização de virtualidades,

---

<sup>17</sup>- Prólogo escrito por Francisco de Vasconcelos, editor de Encontro com o Folclore.

que não são projeção de traços, mas sempre modificação, pois o romance transfigura a vida” (CANDIDO, 2007, p. 67).

Esta análise da figura do personagem Antônio Dó perpassando a história e a literatura representa apenas alguns dos aspectos da investigação do homem, mas a observação de como uma personagem vai se constituindo, de narrativa em narrativa, é elemento essencial para a compreensão dos espaços políticos e sociais que nos constituem.

Por meio da representação literária, podemos ler como os atores sociais se movimentaram para constituir-se como povo em sua identidade. A literatura não é História, mas deixa vestígios das contradições que perpassam as relações sociais. A ambiguidade e os vazios que circundam as histórias sobre Antônio Dó evidenciam as distâncias entre a história oficial (a que saía veiculada nos jornais) e as histórias contadas pelo povo (que o tomam ora como benfeitor do sertanejo pobre, ora como ladrão e bandoleiro).

Percebemos ainda que o estudo comparativo das obras se constrói como uma rede de relações que se cruzam na interpretação e compreensão de algumas faces desse lendário personagem. Nesse ciclo constante, as visões apresentadas pelos autores fazem parte de um mesmo processo de representação e construção dessa personagem, onde a ficcionalização se manifesta na ótica do autor, do narrador e, conseqüentemente, na do leitor.

O objetivo dessa pesquisa consiste em ler as representações do personagem Antônio Dó na literatura, buscando compreender como a ficção dá tratamento ao personagem da cena histórica. Analisaremos, a seguir, e mais detalhadamente, o personagem Antônio Dó nas obras *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, de Manuel Ambrósio e *Serrano de Pilão Arcado – a saga de Antônio Dó*, de Petrônio Braz.

## **CAPÍTULO II - ANTÔNIO DÓ: O PERSONAGEM**

Antônio Dó eu conheci, certa vez na Vargem Bonita, tinha uma feirinha lá, ele se chegou, com uns seus cabras, formavam grupos calados, arredados.

Guimarães Rosa, in *Grande sertão: veredas*.

## 2.1 Antônio Dó: personagem de Manoel Ambrósio

Um estudo que se propõe a analisar uma obra literária em seu caráter representativo é também uma incursão pela história, pela sociedade e seus desdobramentos. A literatura representa a realidade dando a ela significados variáveis. Nesse sentido afirma Afrânio Coutinho

A literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio. Os fatos que lhe deram às vezes origem perderam a realidade primitiva e adquiriram outra, graças à imaginação do artista. São agora fatos de outra natureza, diferentes dos fatos naturais objetivados pela ciência ou pela história ou pelo social (COUTINHO, 1978, p. 9-11).

Wolfgang Iser nos auxilia a refletir sobre as questões que envolvem o real, o ficcional e o imaginário. Segundo Iser, o fictício é intencional e o imaginário é espontâneo; ambas as instâncias, no entanto, funcionam a partir de um processo de interação mútua interferindo na compreensão da realidade. É nesse sentido que a representação do personagem Antônio Dó se configura, ultrapassando o mundo real em que está inserido e transformando-se em ficção, cujo significado, etimologicamente, aponta para a imaginação e a recriação a partir do real.

De acordo com Iser

Como o texto ficcional contém elementos do real, sem que se esgote na descrição deste real, [...] seu componente fictício não tem o caráter de uma finalidade em si mesma, mas é, enquanto fingida, a preparação de um imaginário (ISER, 2002, p. 957).

Realidade, segundo a definição do dicionário<sup>18</sup> é aquilo que existe efetivamente, ou seja, aquilo que produz um efeito real, positivo, permanente e fixo. Para Emílio Romero (p. 44), o real é “tudo o que pode ser apreendido na sua concretude, àquilo que nos se apresenta com as feições de verdadeiro, provável, plausível e acreditável”.

O conceito de realidade depende da capacidade de apreender o que é concreto, acreditável no sentido de buscar provar a existência de algo real, para assim admitir esse algo, sendo nossa realidade, assim “a origem e fonte da realidade, [...] sempre está, portanto, em nós mesmos”, conforme nos assevera Luís Costa Lima. (LIMA, 1984, p. 191).

A escrita de *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, de Manoel Ambrósio de Oliveira, data de 1939, onde “jaziam inéditas as páginas do intelectual januareense sobre a maior figura de cangaceiro de sua região” (1976, p.5). *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* foi uma obra publicada postumamente cujas, conforme declara Francisco de Vasconcelos: “[...] origens remontam ao dia 2 de outubro de 1974, quando em Januária, sob os auspícios da Prefeitura Municipal e do Lions Club lancei “O Folclorista Manoel Ambrósio” (1976, p. 5).

Coube a Vasconcelos, editor de *Encontro com o Folclore*, a edição dos inéditos de Manoel Ambrósio. Para a realização desse trabalho minucioso, ele contou com a ajuda de Nely de Oliveira Montenegro, filha e depositária de Manoel Ambrósio, “recolhendo nos guardados (...) o grosso caderno contendo as páginas dedicadas a Antônio Dó. Por aí iniciaria o trabalho divulgatório da obra ambrosiana” (p.6).

Segundo Vasconcelos, a tarefa custou-lhe tempo e esforço, pois foi difícil “decifrar a letrinha miúda, nervosa e desigual alinhavada em encardido calhamaço, lançada ao papel em difíceis circunstâncias, à luz claudicante de velas e candeeiros, nos desvãos do tempo disponível para tertúlias e devaneios”. (VASCONCELOS, 1976, p.7).

---

<sup>18</sup>FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI: O Minidicionário da Língua Portuguesa*. Ferreira, 2001.

Para ele, mais difícil “foi ainda devassar-lhe o espírito, penetrar-lhe as intenções, compreender suas metáforas, interpretar seus sentimentos terrivelmente ligados ao meio e à época” (p. 6).

O trabalho realizado por Vasconcelos é significativo, posto que sua preocupação primeira concentrava em descobrir

se os originais de que dispunha representavam a última vontade de Manoel Ambrósio em termos redacionais. Tudo me faz acreditar que sim. (...) Isto vale dizer que fui apenas seu revisor atento e implacável, não deturpador de suas construções de seu estilo, de suas ideias. A obra se apresenta intacta, autêntica, imaculada, tal como a concebeu seu autor (VASCONCELOS, 1976, p. 6.).

Vasconcelos conseguiu manter-se relativamente fiel aos escritos originais da obra, construindo ao final da edição uma parte reservada às notas.

A capa da obra manuscrita a classificava como novela regional, mas o autor optou por alterar tal caracterização. Acerca disso, Vasconcelos pontua à luz de Silvio Júlio, “que a novelística se reflete em uma literatura de ficção, indispensável uma verossimilhança direta, porém não admissível a narrativa com fatos, nomes verdadeiros” (VASCONCELOS, 1976, p. 7). Desse modo Vasconcelos considera a obra como crônica, por, segundo ele, se tratar de uma história com documentos comprobatórios de situações reais.

Embora o propósito deste estudo não seja investigar acerca das questões relativas aos gêneros literários, acreditamos que Saul Vasconcelos errou ao retirar do singular livro de Manoel Ambrósio de Oliveira a nomeação de novela regional, que nos parece mais de acordo com o que conhecemos da produção ficcional de Ambrósio e não contraria a definição do termo, costumeiramente adotada nos Estudos Literários.

De acordo com o *E- Dicionário de termos literários*<sup>19</sup>, a novela é originária do italiano *novella*, que, por sua vez, deriva do latim *nova* (“novidade, notícia”) e é comumente descrita como uma narrativa média em termos de extensão, por oposição ao conto (mais breve) e ao romance (mais extenso). O termo *novela* em Português

---

<sup>19</sup>Disponível em: *E-Dicionário de Termos Literários* (EDTL), <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/novela/>.

não tem a mesma correspondência em outras línguas e dificilmente se encontrará consenso sobre a sua definição exata, mas sabemos que a novela distingue-se de outros gêneros também pela complexidade da sua trama, pelo que se pode definir, em termos muito gerais, como uma trama simples, descrita sem demora na caracterização dos ambientes, personagens e tempos de ação, composta de elementos essenciais necessários à compreensão dos acontecimentos narrados. Nestas circunstâncias, a novela privilegia o desenvolvimento de um argumento ficcional essencial à descrição completa de todos os elementos de uma história de ficção.

Há outros fatores, além da extensão textual, que podem interferir na decisão de um escritor para fixar a sua obra como novela e não como conto ou romance: a decisão pode ser determinada pela ponderação do assunto escolhido, para o qual o autor decide que deve evitar longas descrições e caracterizações e privilegiar uma economia narrativa, deixando de lado análises psicológicas completas, digressões reflexivas, dilatação de informações contextuais. Tais características servem ao livro de Manoel Ambrósio de Oliveira, cuja preocupação maior parece ser mesmo o relato das peripécias de Antônio Dó, sem o compromisso de construir um personagem de grande densidade psicológica.

Além disso, devemos considerar o contexto histórico em que a obra foi escrita, bem como a estilística de Ambrósio, que sempre se pautou pelo relato de casos populares, preocupando-se, inclusive, com o registro de termos regionais e com a valorização da cultura, hábitos e crenças característicos do Norte de Minas Gerais. Assim sendo, consideramos adequada a designação de novela regional para a obra em estudo.

Manoel Ambrósio narra a vida e os feitos de Antônio Dó dentro do seu contexto social. Basta que se leiam os jornais da época, que se ouçam os depoimentos dos sobreviventes, que se compulsem as páginas de Saul Martins, reunidas em livro publicado em 1967 sob o título *Antônio Dó – O Jagunço mais famoso do Sertão*.

Vasconcelos atribui a Manoel Ambrósio e sua obra *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* uma ligação íntima, quando revela que

Dó e Ambrósio morderam o pó da oposição aos chefetes da sórdida e mesquinha politiquice interiorana, conheceram a opressão dos figurões macumunados em manobras inconfessáveis, viveram o descalabro dos

princípios, sentiram a subversão da justiça, curtiram os desmandos da polícia e as sabugices oficiais e oficiosas (VASCONCELOS, 1976, p.8).

Ao mesmo tempo em que Vasconcelos põe escritor e personagem em uma linha atemporal, em outro instante o que os separa é um tênue limite:

Entre o bandoleiro bruto e sem opções e o escritor capaz de sublimar o seu vulcão de dissabores através de palavras cadentes de revolta, nada mais que uma diferença de práticas. Dó foi a mão armada à frente de sua legião de desajustados, herói cultural temperado pelos ingredientes consagrados do mito. Ambrósio foi porta voz fino e eloqüente da legião de infelizes que compunha a paisagem humana de seu meio e de sua época (VASCONCELOS, 1976, p. 8).

O livro de Manoel Ambrósio reflete a situação política da cidade de Januária e as disputas pelo poder local:

Ambos amargaram as desditas do legendário partido Luzeiro combatido em Januária pelos membros do Escureiro, implacáveis e arditos quando donos da situação. Em São Francisco, Dó integrante da agremiação política dos Morcegos, viu-se em palpos de aranha nas garras dos célebres Gaviões (VASCONCELOS, 1976, p.8).

Nessa mistura, o autor se revela de forma muito presente na obra, deixando transparecer sua opinião e seus julgamentos acerca de personagens políticos e fatos da época.

Manoel Ambrósio conseguiu recriar o ambiente histórico com traços marcadamente regionalistas, característica esta que filiaria o escritor januarense à corrente pré-modernista brasileira, de cunho regionalista, em que se perfilam escritores como Euclides da Cunha, Simões Lopes Neto e Monteiro Lobato.

Desde o início da narrativa, conseguimos entrever a atmosfera histórica que o autor pretende resgatar:

Tal o Antônio Dó.

De 1908 a 1937 nenhum barranqueiro das margens do São Francisco mais celebrizado no sertão mineiro. Era um ramo quase apagado de um dos antigos clãs do sertão baiano, também à margem do mesmo rio, outrora formidáveis em constantes lutas sanguinolentas, até pouco antes da revolução remodeladora do País, nessas terras de poderio e jagunceiros, que pouco a pouco vão cedendo ao influxo da civilização (AMBRÓSIO, 1976, p.13).

Nesse contexto, Manoel Ambrósio buscou retratar de maneira intimista a realidade da vida norte - mineira, descrevendo pormenores dos costumes, das crenças, com importantes registros da fala local. Constitui-se, portanto, uma manifestação única no registro literário brasileiro, porque, a exemplo do que fez Simões Lopes Neto em relação à literatura sulina, com a descrição do vaqueano dos Pampas, Ambrósio levou para o registro escrito os homens de uma região esquecida, com sua cultura e valores distintivos.

Pré-modernismo foi um termo cunhado por Alceu de Amoroso Lima, Tristão de Ataíde, na obra *Contribuição à história do modernismo* (1939), a partir do qual tentava abarcar as tendências díspares do final do século XIX e início do século XX, que surgiam na literatura brasileira. Nesse momento, era importante generalizar as manifestações literárias do período, a fim de considerá-lo em sua autonomia.

Na década de 50, Lúcia Miguel Pereira, em *Prosa de ficção*, empreende uma revisão do termo ao propor uma divisão tríade da literatura do período, destacando a literatura de “extração social”, a “pré-modernista” e a que refletiria o “sorriso da sociedade”.

Em *O pré-modernismo* (1966), Alfredo Bosi reduzirá a duas as três tendências apontadas por Lúcia Miguel Pereira. A literatura de extração social e a pré-modernista foram reunidas sob o nome de “ficção renovada” e definida como literatura interessada pelos problemas do país. A outra tendência corresponde ao que ele denominou de “ficção ornamental”, dando sequência à estilização dos gêneros cultivados pelos escritores realistas, naturalistas e parnasianos.

Já em *História concisa da literatura brasileira* (1970), Bosi classificará o pré-modernismo como tendência estético-literária de um período, ao lado de outras. Na concepção de Bosi, pré-modernismo compreende “tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural”, prenunciando tensões que serão desenvolvidas pela literatura modernista.

A obra em estudo, segundo nossa concepção, filia-se a este pré-modernismo que traz à tona características de uma região, na qual sobressaem questões de crença, políticas, geográficas e antropológicas, por meio de uma linguagem regional. Seria, portanto, filiada ao regionalismo que surgia fortemente no final do século XIX,

antecessora da maturidade analítica do Regionalismo de 1930, conforme vemos a seguir:

O regionalismo constituir-se-ia em um fenômeno que abarcaria o final do século XIX até a segunda década do século XX, ou seja, teria nascido sob o signo do sertanismo romântico para depois expressar-se nos moldes do realismo e do naturalismo (VALLERIUS, 2010, p.64).

Este conceito regionalista aplica-se ao livro *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* (1976), em que se narra a saga desse personagem do sertão mineiro, trazendo à tona as mazelas de uma época e de uma sociedade carente de justiça institucionalizada. No livro, as descrições da natureza são testemunho desse “sertanismo romântico”, embrião do regionalismo brasileiro, conforme podemos ler no excerto a seguir:

O sertão estava lindo.

A floresta resplandecia toda coberta de floridos ipês e sempre-lustrosas, nessas risonhas brumas cor de rosas que precedem as primaveras, majestosamente embaladas ao som da luz tropical e cor de ouro. As grandes sombras da riba esquerda languidamente esticavam-se pelas coroas de areia acompanhando a marca do sol para o poente. [...]. Na solidão dessas paragens os mutuns gemiam nas caatingas altas, nas vazantes os saudosos jaós, nas areias das ilhas e coroas, nuvens de pombas verdadeiras passeavam, lavando-se à beira d'água (AMBRÓSIO, 1976, p. 23).

Como podemos ver, ao lado das descrições de paisagem, que denunciam o olhar afetivo e idealizado do narrador pela natureza típica do sertão norte- mineiro (onde se veem os ipês floridos e os jaós) lemos uma expressão típica do falar sertanejo: “ribo”, herança do falar lusitano remanescente do período colonizador, em que a língua portuguesa sofria forte influência do idioma espanhol.

*Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* (1976) é uma obra póstuma, pois sua edição data 39 anos após a morte de Manoel Ambrósio. A obra retrata o período sociocultural de Januária, no início do século XX. É nesse contexto que se evidencia a memória e a origem de um homem simples, de família estruturada, porém pobre e marginalizada, principalmente pelas condições geográficas e climáticas da região do Salitre, Bahia onde vivia.

O romance de Manoel Ambrósio traz como protagonista o personagem Antônio Dó, nascido Antônio Antunes de França, em Serrano de Pilão Arcado,

Bahia, que se tornou bandoleiro, em Minas Gerais, a partir de desavenças acerca das questões de terra, no século XIX, na cidade de São Francisco, localizada às margens do Rio São Francisco, Norte de Minas. Nessa narrativa, Ambrósio, retrata uma Minas Gerais com resquícios do século XIX, resgatando a tradição e a cultura do sertanejo, trazendo à luz caracteres de um tempo e de um modo de viver pouco conhecidos.

Homem comum, fazendeiro, Dó deixou Pilão Arcado e, atravessando o rio São Francisco, chegou à região de pedras de Angicos onde prosperou, tornando-se dono de terras e gados. Trabalhador, Antônio Dó, foi vítima das injustiças das forças políticas.

Entende-se aqui que a personagem é fruto do comportamento político dos homens públicos, que se utilizaram do poder a eles concedido em favor de questões pessoais. A trajetória de Dó inicia-se quando este decide “ajustar as contas” com Chico Peba, Marcelino e autoridades locais para reaver seus prejuízos. Prejuízos esses que somavam além da apropriação dos gados de Dó, os de sua irmã e de sua companheira, o assassinato impune de Honório – irmão de Antônio Dó, por Marcelino seu cunhado.

A obra do januareense constitui-se de uma tessitura de memórias, em que concorre sua paixão pelo rio São Francisco e pelos moradores de suas barrancas, em cujo entorno desenvolvem-se a maior parte das narrativas. Embora se perceba a intenção do autor em preservar a memória da cultura popular, há também uma preocupação com a linguagem estética, em que se ressalta o respeito do escritor pela forma de expressão de cada camada social que habita as margens do rio São Francisco.

Em sua obra *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, Manoel Ambrósio analisa as relações sociais estabelecidas na cidade de São Francisco, Norte de Minas Gerais e, nessa perspectiva, permite-nos compreender o papel social do sertanejo e a apreender as características do sertão, por onde passou sua personagem. A obra, editada em 1976, trata Antônio Dó como “bandoleiro das barrancas”, representando a força, a coragem, a luta de um sertanejo pela justiça. A memória evocada de Antônio Dó permite-nos ler, também, a história do Norte de Minas Gerais.

O romance de Ambrósio traz à cena, os motivos que levaram Antônio Dó a formar um bando de revoltosos e lutar contra as forças governamentais. Quando fazendeiro, Antônio Dó foi preso por questões de demarcação de terra com seu

vizinho Chico Peba. A mágoa de não ser esclarecida a morte de seu irmão, Honório Antunes França, impulsionou sua fuga da delegacia onde se encontrava encarcerado.

Um grupo de homens liderados por Dó foi por ele recrutado para assim fazerem justiça. Durante dezenove anos, Antônio Dó percorreu o Norte de Minas, Sul da Bahia e Sul de Goiás. Fez alguns trabalhos para coronéis da região, garimpo na região de Paracatu, mas não mais trabalhou como lavrador. Esteve envolvido em constantes conflitos com a Polícia Militar, o que evidenciou ainda mais sua fama de bandido. Antônio Dó foi assassinado em 1929, por um membro do próprio bando por este acreditar que Dó detinha em seu poder uma garrafa de diamantes.

Percebe-se que existe uma problemática entre o silêncio e produção cultural popular, onde são mais evidentes as produções de memórias pertencentes a grupos sociais acerca da vida de Antônio Dó, do que uma representação figurativa:

Constatamos, que há uma fixação progressiva da imagem de Antônio Dó, nos jornais que pesquisamos. Identificamos que a imagem construída pelos jornalistas é marcada pelo preconceito. O personagem aparece em 1913 como sendo um malfeitor que está invadindo e ameaçando São Francisco e esta imagem vai se perpetuando à medida em que“(sic)” a imprensa escrita registra não só a atuação do seu bando, como a tentativa da Força Pública em detê-lo. Ao registrar sua morte, fica evidente a idéia de que o ícone da violência norte - mineira não existe mais. E posterior à sua morte, a necessidade de afirmar o perfil de bandido e malfeitor volta à imprensa. Notamos claramente que até hoje há uma tentativa de cristalizar o “bandido” Antônio Dó (RODRIGUES, 2004, p.119).

A fama ambígua adquirida por Dó deveu-se aos avanços e recuos de sua trajetória e das diferentes vozes que a relataram. A violência temida por todos não deixava de encantar a muitos que o defendem como sinônimo de sertanejo capaz e valente.

Defini-lo como herói ou bandido seria muito simples, pois sua figura evoca mais que as trajetórias de um homem, mas toda uma sociedade que se construiu sobre determinado grupo de poder (formado pelos coronéis) e outros grupos marginalizados ou excluídos (o povo, de modo geral). Contra esse sistema nascem os grupos revoltosos, chamados de cangaço, no Nordeste, ou de jaguncismo, no Norte de Minas.

Durante o período em que Dó andou pelas divisas dos estados de Minas, Bahia e Goiás, foi representada a permanência de um mundo bárbaro e sem autoridade, nas terras sertanejas, onde imperava a lei do mais forte economicamente.

Antônio Dó tornou-se jagunço por ter seus direitos de proprietário de terras desrespeitado. Ao procurar a justiça institucionalizada não foi ouvido e acaba por ser humilhado publicamente. O desfecho desse acontecimento propicia o nascimento daquele que seria conhecido ora como justiceiro, ora como bandoleiro. Manoel Ambrósio apresenta em seu livro a oposição a esse mundo arcaico, pertencente ao coronelismo e a violência.

Em sua obra, Manuel Ambrósio descreve seu personagem da seguinte forma: “De perto, um cangaceiro, um celerado vulgar, criminoso e terrível bandido; de longe, um caudilho à frente de poderoso exército”(AMBRÓSIO, 1976, p.43), compreendendo que cangaceiro e caudilho se confundem. Pelo excerto, percebe-se que Manoel Ambrósio, no jogo de palavras perto/longe, expõe a singularidade que compõe seu personagem, destacando que, mesmo ante o terror que a figura de Antônio Dó suscitava, ele despertava respeito e admiração.

Conforme declara Vasconcelos no Prólogo:

Desfiando o rosário de tragédias que envolveu a trajetória de Dó pelas malhas insidiosas do sertão bruto, pôde Manoel Ambrósio descarregar quantas amarguras e desgraças saboreara ao longo de sua luta contra a hipocrisia, a prepotência e a arbitrariedade, luta inglória e aniquilante dos iluminados contra a mediocridade enraizada nos cérebros obscuros e nas almas pútridas (VASCONCLEOS, 1976, p. 8).

De fato, percebemos, ao longo da narrativa, que Antônio Dó destaca-se entre os outros personagens. Os que compõem seu bando seguem-no em completa confiança, a maioria o respeita como grande autoridade local. Procuram-no para resolução de conflitos e como conselheiro de situações que vão desde a disputa por terras até questões domésticas, como atritos entre marido e mulher.

As páginas do romance de Ambrósio, que, entre outras coisas, nos fornecem um retrato apaixonado da paisagem rural norte- mineira, também evocam um cenário de profundas injustiças sociais, contra as quais o autor se pronuncia. Ao lado da

figura grandiosa de Antônio Dó, seus opositores recebem um acento crítico, por meio de adjetivos desqualificadores.

No livro de Ambrósio, lemos a seguinte descrição: “Dó homem musculoso e ágil suplantava sob os joelhos o militar que se debatia desesperadamente vencido, com a garganta sufocada por uns pulsos de aço e violentamente esmurrado” (p. 18). Pelo excerto podemos perceber que Manuel Ambrósio caracteriza Antônio Dó com perfil físico avantajado, esculpindo-o quase como um homem sobre humano, dotado de uma força descomunal. Tal traço não parece, por exemplo, no livro *Serrano de Pilão Arcado* – a saga de Antônio Dó, de Petrônio Braz, em que o personagem denota algumas fragilidades, conforme demonstraremos a seguir.

Manoel Ambrósio escreve sobre Antônio Dó declarando-se como uma “testemunha ocular” (p.7) dos vários acontecimentos que envolvem o cangaceiro. A descrição, que consta em seu livro, retrata Antônio Dó como “um cangaceiro, um celerado vulgar, um criminoso e terrível bandido” (p. 43). Esta descrição remonta ao momento histórico em que Dó e seu bando invadia as fazendas e a cidade, provocando terror, roubando víveres e bens, ameaçando a todos.

Percebe-se que a proximidade do narrador com o fato que retrata deixa evidente seu esforço em estabelecer como verdadeiro o que escreve, amparado na crença de que “sou testemunha”. Trata-se, portanto, de uma literatura de testemunho, nascida da urgência da ocasião, e sob as influências dos impactos diretos entre o narrador e o personagem que ficcionaliza.

Nesse sentido, é difícil delimitar as fronteiras entre o acontecimento real e o que é filtrado pelo olhar do ficcionista, que seleciona, interpreta e escreve este acontecimento a partir de sua experiência particular. No caso, por exemplo, podemos destacar o fato de que Manoel Ambrósio de Oliveira, nascido em 7 de setembro de 1865, foi professor, folclorista e político. Fez parte da Academia Municipalista de Letras de Belo Horizonte e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Sendo assim, ocupava, na sociedade da época, um lugar diferente e estranho ao ocupado por Antônio Dó, homem pouco letrado e fazendeiro, acostumado mais à lida com a terra e os animais que com o trato do homem urbano.

Também podemos destacar que a versão de Ambrósio acerca de Antônio Dó faz influências. Em *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, a referência a ele é

sucinta, mas denuncia uma provável fonte: “só por via deles, de suas mesmas amizades, foi que tão alto se ajagunçou. Antônio Dó – severo bandido.”<sup>20</sup>

Nesse momento, importa ressaltar que o personagem Antônio Dó não é um fenômeno único na história universal. Sua história decorre de um fenômeno universal: a injustiça. Ela, a injustiça, foi protagonista do surgimento de muitos heróis que, saídos de sua condição de homens comuns, são atirados para a marginalidade e se tornam “bandidos”. Deste lugar marginal, emergem como potências simbólicas, que lutam para restaurar seus direitos e manifestarem sua voz rebelada.

A história de Antônio Dó, o jagunço mais famoso do Norte de Minas Gerais, equipara-se à história de Michael Kohlhaas, personagem do livro homônimo de Heinrich von Kleist. Assim como Antônio Dó, foi um “personagem” real, baseado no Hans Kohlhasen da vida real, executado em março de 1540.

O romance de Kleistre monta aos anos 1805 e 1810, marcado pelas vitórias de Napoleão contra a Alemanha. O personagem, homem comum, pequeno proprietário de terras e criador de cavalos, desponta como revoltoso a partir de uma grande injustiça sofrida.

Michael Kohlhaas foi “um dos homens mais honestos e ao mesmo tempo mais terríveis de sua época” (KLEIST, 2014, p.5). Kohlhaas era um homem “extraordinário poderia ter sido considerado, até seu trigésimo ano de vida, o modelo de um bom cidadão” (KLEIST, 2014, p.5). A caracterização de cidadão pacato e honesto também se aplicará na figura de Antônio Dó, tanto na narrativa de Ambrósio quanto na de Braz. Assim Kohlhaas é apresentado ao leitor:

Ele [Kohlhaas] possuía, em uma aldeia que ainda traz seu nome, uma quinta da qual ganhava tranquilamente o pão com seu ofício; os filhos que sua mulher lhe deu, ele os criou no temor de Deus, para o trabalho diligente e a lealdade; não havia uma só entre seus vizinhos que não tenha se alegrado algum dia com sua caridade ou a sua justiça; (KLEIST, 2014, p.5).

---

<sup>20</sup>ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. 1994, p. 16. Aimée Lafeté e Ivana Rebello sugerem as aproximações entre os dois autores em: *Era uma vez, regionalismo, estética e narratividade na ficção de Manoel Ambrósio*, 2016.

Assim como Antônio Dó, Michael Kohlhaas sofreu injustiças de uma classe elitizada e buscou reaver seus prejuízos com as próprias mãos. Na tentativa de comercializar alguns de seus cavalos, Kohlhaas foi impedido, depois de cruzar a fronteira, de passar nas terras do novo fidalgo Wenzel von Tronka, sendo obrigado a pagar pela travessia. Após pagar o que lhe era devido, o alcaide do castelo exigiu-lhe um salvo-conduto para que pudesse transitar com os cavalos por aquelas terras. Desconhecendo tal documento, Kohlhaas se desculpa e pede um tempo para adquiri-lo posteriormente e insiste para que o deixem passar. O alcaide nega a passagem de Kohlhaas e o leva até o fidalgo Wenzel von Tronka para que este possa resolver a situação. Ao examinar os cavalos, Tronka determina que Kohlhaas deixe dois de seus cavalos como garantia para que possa adquirir o documento exigido, conforme narra o texto:

Kohlhaas lhe garantiu que não tinha a menor intenção de desrespeitar prescrições que poderiam existir acerca do traslado dos cavalos; prometeu providenciar o documento na chancelaria quando passasse por Dresden, e pediu que só por essa vez, já que nada sabia a respeito da exigência, ele o deixasse partir. (...) Mas o alcaide disse, voltado para o fidalgo, que o homem deveria deixar pelo menos alguma penhora, a fim de garantir que providenciaria o salvo-conduto. (KLEIST, 2014, p. 9-10).

No entanto, Kohlhaas descobriu que o documento que lhe fora exigido nunca existira; o episódio lhe parecia injusto e incompreensível. Quando voltou à fortaleza, para reaver seus cavalos, encontrou os animais maltratados, famintos, exauridos de tanto trabalhar. O servo que deixara para alimentar e cuidar dos cavalos fora também maltratado e, por fim, expulso. Revoltado com tamanha injustiça, Kohlhaas abandona o comportamento pacífico que o caracterizava, decidindo-se a lutar por seus direitos, que ele julgou ultrajados.

Primeiramente, Kohlhaas vai de instância em instância, recorrendo a tribunais e a príncipes, na tentativa de uma solução legal. Não vendo qualquer perspectiva de ser ouvido ou de ter seus prejuízos ressarcidos, ele reúne um grupo de pessoas que, também premidas por um sentimento de injustiça, vão se juntando à sua liderança. O grupo deixa por onde passa a marca de sua revolta: incendeia castelos e cidades, saqueia lugarejos. No entanto, seu caminho de justiceiro é pontuado de perdas:

Na tentativa de buscar justiça, Kohlhaas vai deixando seus pedaços pelo caminho. A primeira grande perda é a sua mulher, que acaba morrendo depois de ser espancada, ao tentar ela mesma ajudar o marido. Sabendo definitivamente que não encontrará justiça por meios legais, Kohlhaas começa sua guerra pessoal contra o fidalgo Wenzel von Tronka, arrasando seu castelo e matando todos os que vivem dentro dele, menos o fidalgo, que consegue fugir. O centro do poder jamais é tocado, ele é fugidio, liso, inatingível. Depois disso são queimadas várias cidades que teriam concedido abrigo ao fidalgo, enquanto o bando de Kohlhaas vai aumentando cada vez mais, alimentado por aqueles que também vêem a injustiça onipresente grassando a sua volta. (KLEIST, 2014, p.160).

Kohlhaas foi condenado à morte, mas seu nome incorpora-se à história universal como símbolo do homem honesto e comum, que foi levado ao banditismo pelo sentimento de profunda injustiça.

De fato, o personagem Michael Kohlhaas muito se assemelha ao personagem e objeto do nosso estudo: Antônio Dó. Em uma breve análise podemos perceber que as questões que levaram Kohlhaas a enveredar pela busca constante de justiça são as mesmas que também impulsionaram Antônio Dó a reaver seus prejuízos. As razões de influência política, o impulso de fazer justiça com as próprias mãos e as buscas burocráticas, sempre malsucedidas, são caracteres comuns à concepção desses dois personagens. Ambos são movidos pelos antagonismos: direito e justiça; justiceiro e bandido, vítima e algoz. As injustiças sofridas por ambos os personagens se concretizam devido ao afastamento entre as leis, que garantem o Estado de Direito, e a justiça institucionalizada, que se encarrega de zelar pelo seu cumprimento.

Quando o homem comum não vê seus direitos resguardados pelos meios tradicionais, faz uso da força, a partir de um senso particular de justiça. A utilização da força significa o privilégio da arbitrariedade sobre o direito. Assim assinala Jean-Jacques Rousseau,

O mais forte nunca será forte o bastante para ser sempre o amo se não transformar sua força em direito e a obediência em dever. [...] A força é uma potência física, não vejo que moralidade pode resultar dos seus efeitos. Ceder à força é um ato de necessidade, não de vontade; é no máximo um ato de prudência. [...] Já que nenhum homem tem uma autoridade natural sobre seu semelhante e já que a força não produz nenhum direito, restam pois as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens (ROUSSEAU, 2011, p. 58-59).

Nesse sentido, tanto Antônio Dó, quanto Kohlhaas são levados a buscar justiça condicionados por fatores externos como a impunidade, a opressão, a política. Assim, por meio dessa relação, podemos entrever o personagem Antônio Dó em uma vertente universal, demonstrando que a formação de bandos e apoiadores à margem da lei não é característica apenas do espaço sertão, ultrapassando os limites territoriais. Se, nos personagens concebidos por Ambrósio e Braz, falta aquela densidade psicológica que confere ao jagunço Riobaldo, de Guimarães Rosa, aquela conhecida universalidade capaz de alçar, para além do sertão, seus dramas existenciais, no impulso justiceiro do personagem Antônio Dó, reconhecemos um traço de incontestável humanidade. Por isso, na análise das obras, podemos percebê-lo como herói.

Antônio Dó assume a representação de um herói não convencional, mas no sentido que lhe atribui Kothe (1897), “um herói do avesso”, inscrito na categoria de “Heróis da Modernidade”. Segundo o crítico,

Todo grande personagem é uma união de contrários: ele é alto cuja grandeza está na baixeza, ou é alto que cai e readquire grandeza na queda, ou então é o baixo que se eleva e se mostra grandioso apesar dos pesares. Quanto maior a sua desgraça, tanto maior a sua grandeza. A sua desgraça não é mera choradeira, mas duro aprendizado da “condição humana”, transcendendo a doutrinação que lhe é inerente (KOTHE, 1987, p. 13).

Dó representa esse personagem que Kothe denomina como “herói do avesso” por ter vivido conflitos contra uma classe dominante, lutando para reaver seus direitos. Enquanto embrenhava-se pelo sertão, crescia, nas narrativas que constituem os *corpore* deste estudo, uma dimensão humanizada, que se alternava entre o cansaço, o arrependimento, a raiva e a tristeza. Quando lemos os livros de Ambrósio e Braz, aproximamo-nos da parte humana dos personagens Antônio Dó, sentimos na sua sede por justiça a nossa própria carência:

Há personagens da história de um povo que personificam a “alma” desse povo segundo a ideologia que num certo momento seja dominante.[...] Quando pretendem corporificar apenas qualidades positivas, tornam-se literalmente inferiores (KOTHE, 1987, p. 55).

O personagem em estudo apresenta, na polaridade de suas características, aquela falibilidade constituinte de todos os homens. Constitui-se um símbolo de

resistência numa época em que o sertão brasileiro, notadamente o norte de Minas, vivia sob o regime do coronelismo, mas, ao mesmo tempo, constitui-se como um símbolo da nossa precária existência, ante as dimensões imperiosas propostas pela vida. Resistir ou entregar-se acaba por ser uma condição que a vida, em menor proporção, sempre nos apresenta. Assim sendo, as obras tanto nos permitem pensar sob o aspecto político e social da história do Brasil como enfrentar, sob a forma da representação literária, questionamentos sobre a vida, a luta para sobreviver e a forma como a História pode ser construída em benefício ou detrimento de um personagem.

Os cangaceiros eram sertanejos que praticavam atos fora da lei para “sobreviver”. Vistos como vândalos, organizavam-se em bandos armados e praticavam roubos e saques. Nas obras literárias que pesquisamos a alcunha dada a Antônio Dó varia entre jagunço e cangaceiro, com incidência maior da primeira característica. Um trecho do livro de Ambrósio ilustra o momento em que Dó, para defender-se das injustiças e roubos, resiste em sua fazenda: “[...] quando o policial saltava em terra era sabedor do paradeiro do criminoso. Dó homiziado em sua fazenda com um reduto de mais de sessentas jagunços” (AMBRÓSIO, 1976, p. 24).

É nessa perspectiva que introduzimos a representação literária nos estudos acerca desse personagem até então referenciado em estudos históricos, culturais e linguísticos. Segundo Manoel Ambrósio, Antônio Dó era descendente de portugueses, mas exilou-se de sua terra natal muito cedo estabelecendo-se em Minas Gerais na comarca de São Francisco. Afirma Saul Martins ter sido à beira do rio Claro no vale do Urucuia o primeiro sítio a ser habitado por Antônio Dó. O personagem descrito por Manoel Ambrósio retrata um homem proveniente de uma família cujos valores estavam refletidos em seu comportamento.

De maneiras cativantes, cortês e prestativo, granjeara real estima, frequentando a sociedade alta, embora modesto, recatado e de irrepreensível honestidade. Sem ser de todo um analfabeto, não tinha letras. Entre vizinhos, invejável o seu comportamento: um homem do trabalho que prospera (AMBRÓSIO, 1976, p. 13).

Percebemos que Ambrósio, ao descrever Antônio Dó no excerto acima, revela-nos a face de um homem respeitável, que, mesmo não sendo “letrado”, frequentava a

sociedade e era estimado por ser um trabalhador. É descrito na obra como um homem bondoso. Após obter alguns recursos trabalhando com o comércio, Antônio Dó se apropria de alguns hectares de boas terras e dedica-se à cultura de gado e retorna à sua terra natal para de lá trazer seus irmãos, para juntos prosperarem e assim se estabeleceram “à sombra benfazeja de Dó”(AMBRÓSIO, 1976, p. 14).

Na descrição feita por Manoel Ambrosio, Antônio Dó era “cauteloso e observador” além de prudente ao procurar maneiras de reaver seus prejuízos quanto aos roubos abruptos de seu gado. Considerado “musculoso e ágil”, Antônio Dó foi violentamente esmurrado e humilhado, constituindo-se uma vítima da precária aplicação da justiça na comarca de São Francisco, regida por desmandos de magistrados escolhidos para servir a poderosos coronéis.

A esse respeito escreveu Jove da Mata, um poeta barranqueiro, uma verve satírica intitulada “Justiça Vesga”:

O juiz de São Francisco  
 É juiz, mas sem juízo,  
 Aplica torto o direito  
 Afim de dar prejuízo  
 Aos incautos subordinados  
 Daquela infeliz comarca.  
 Tenho visto Juiz doido,  
 Mas nenhum daquela marca.  
 O direito é dinheiro,  
 Por dinheiro dá cavaco,  
 Por dinheiro ele faz tudo,  
 Por dinheiro ele é macaco.

(JOVE DA MATA, 2008, p. 69.)

O poema constitui-se a partir de uma abordagem antitética, que critica a inversão dos valores morais. Por meio de um jogo de palavras(juiz/ sem juízo, torto/ direito) o eu lírico evidencia as relações de poder corrompidas. O poema nos remete à justiça “torta”, que preconiza os interesses pessoais ou de um grupo específico, de uma minoria que não representa a sociedade ou o bem comum. O dinheiro, enfatizado nas reiteraões presentes nos últimos versos, constitui-se, assim, o agente causador de tanta injustiça. Foi contra essa arbitrariedade que Antônio Dó se rebelou.

Chama-nos a atenção, no romance de Ambrósio, a descrição do capitão Felão, o alferes Felix Rodrigues da Silva, enviado para prender Antônio Dó:

Quem era Felão?

Um antigo e evadido remeiro de uma das barcas do São Francisco, no porto comercial de Januária. Em 1882, vindo do norte por ajuste de contas, devendo ao patrão, desaparecera do serviço dele e só se tivera notícia quando soldado, ausentando a praça em Ouro Preto. Isto quer dizer patrão logrado. Por esse tempo, a polícia era o coletor das piores camadas sociais (AMBRÓSIO, 1976, p. 33).

Em contraste com as descrições dadas a Antônio Dó, percebemos a enorme diferença entre ambos. Dó, antigo fazendeiro, tornou-se um fora da lei, porque foi injustiçado; o representante da lei, conforme lemos, fora trapaceiro e ladrão, antes de tornar-se soldado. Na sequência, Ambrósio referenda Felão com os seguintes caracteres: “bagunceiro mor nos povoados, provocador de policiais, porreteiro cachaceiro e sabujo de cadeia” (p.33). O leitor, ao conhecer as características de ambos, percebe que, para o narrador, Dó configura-se como uma vítima de um sistema de privilégios, injusto; Felão, mesmo sendo a autoridade policial, é o verdadeiro bandido.

A história demonstra que Antônio Dó transfigura-se de honesto trabalhador a um perseguido pela lei. No decorrer da narrativa, muda de *status* ao saber da morte injustiçada de seu irmão: “Dó comprou armas e munições pra desafrontar-se, jurando vingar a morte de seu irmão e compelir os ladrões à restituição de seus avultados prejuízos” (AMBRÓSIO, 1976, p. 18).

Manoel Ambrósio procurou descrevê-lo como um homem que, mesmo procurado pelas autoridades, despertava fascínio no povo, pelas terras onde passava:

Ao cair da tarde daqueles dois dias entrava em Vargem Bonita a grande comitiva armada de Antônio Dó. Vários os camponeses que fugiram. Como o lugar não dispusesse de recursos, outros permaneceram na esperança certa de Dó, que era muito conhecido e falado naquelas paragens, servisse de boa garantia para a paz.(AMBRÓSIO, 1976, p. 37).

A violência é parte integrante da narrativa, faz-se presente e é personificada também na figura de Antônio Dó. Seguindo um código de conduta próprio, sua figura causava medo:

Dó, uma vez prestada a fiança, comprara armas e munições; aliciando gente pelo caminho inesperadamente apresentou-se diante do São Francisco, acampando-se no mercado, da que fizera o seu quartel sem ataque. Dalí intimara os cúmplices no roubo do seu gado para um ajuste de contas amigavelmente. Os tais cúmplices acharam de melhor alvitre e mais seguro tirar cipó na capoeira fugindo às iras do Dó que embalde os esperava (AMBRÓSIO, 1976, p. 20).

A fama de Antônio Dó não se deu apenas por histórias contadas por quem o viu ou conviveu com ele, muito se deve “a via crucis universal”, assim chamado o telégrafo por Manoel Ambrósio, que

genera com as mais disparatadas invencionices do terror, pedindo enérgicas e urgências providencias ao governo: - Cidade cercada e atacada por Dó com uma tremenda jagunceira, mais de quinhentos homens em armas. Autoridades desacatadas, povo aterrado pela fuzilaria, ameaçados de morticínios e depredações com a retirada do delegado especial (AMBRÓSIO, 1976, p. 21).

Pela forma como escreve, atribuindo ao telégrafo qualidades humanas e declarando que muito do que recebiam as autoridades governamentais era exagero ou invenções, Ambrósio, por meio de sua narrativa, expressa sua visão afetiva do cangaceiro. Não nos esqueçamos de que ele era um cidadão de São Francisco, sua interpretação correspondia à interpretação de maior parte da população local.

Percebe-se, a partir do excerto, que muito da fama que circundava Antônio Dó se deu por vias públicas. O telégrafo que deveria representar o avanço e o desenvolvimento, no sentido de aproximar as civilizações, ignorava os justos motivos que levaram Antônio Dó a cometer atos de violência. Ao contrário: “O telégrafo nacional, lamuriento e fatídico alarmava a capital” (AMBRÓSIO, 1976, p. 32) tornando-se um dos maiores responsáveis por levar além das fronteiras mineiras a fama de Antônio Dó. A personificação do telégrafo reitera a importância do instrumento de comunicação, que ligava as terras longínquas ao Governo, entidade incorpórea e distante, que, sem resolver as carências do sertanejo, procurava debelar sua revolta com bala. O narrador, conforme lemos nos exemplos acima, imputa ao telégrafo a culpa pelo acirramento da luta contra Dó.

No decorrer do relato vemos como as impressões, de cunho popular e ora regional, dão à narrativa um tom de testemunho: “Belo Horizonte, sem mais exame, ouvindo a queixa, um acode-acode, quase despachou apressadamente um batalhão;

em todo o caso seguiu uma força de cinquenta praças comandadas por um tenente”. (AMBRÓSIO, 1976, p. 21).

Tudo conspirava para a fama ambígua de Antônio Dó, descrita nas notícias enviadas à capital. Em sua chegada à vila do sítio de Nossa Senhora d’Abadia, à residência do Presidente do Estado, Dó é descrito por Manoel Ambrósio como um homem com cerca de “uns cinquenta e cinco a cinquenta e seis anos” (AMBRÓSIO, 1976, p. 48)(...) homem alto e espadaúdo, simpático, fronte desenvolvida, barba bem crescida, musculatura pesada, invejável no trabalho rijo, pulsos largos e fortes, boa dentadura, mãos ossudas e grandes, roto comprido, olhos pequenos castanhos em chamas, um tom excessivamente cadavérico coado de vigílias. (AMBRÓSIO, 1976, p. 49)

Dessa maneira, observamos que Manoel Ambrósio caracteriza Antônio Dó por meio de adjetivos que descrevem sua força física, comparando-o quase a um herói hercúleo, cuja compleição reforça a ideia de um homem inatingível, superior no porte e nas lutas. A figura de Antônio Dó, conforme nos apresenta Ambrósio, tornava-se famoso, à medida que cresciam suas façanhas: “escudado da fama que o seu nome inspirava, mandava, auxiliava, aconselhava e de longe bem de longe aguardava o desenrolar dos fatos” (p.71).

Não obstante esse retrato lisonjeiro, as notícias dos jornais locais, que ora chegavam-lhe às mãos, tratam-no como criminoso vulgar. O narrador do livro, exercendo a prerrogativa de ser testemunha dos acontecidos, não se atém à narração dos acontecimentos, somente, julgando, atuando como defensor ardoroso do célebre jagunço, como lemos no fragmento a seguir: “convertendo-o de um homem justo e sofredor ao epíteto revoltante de bandido.” (p.71).

Os fatos do dia, na esfera política nacional, também dialogam com os eventos que acontecem em Januária:

Antônio Dó, inconformado com a pecha de bandido, sentindo-se envergonhado e ferido o orgulho, exultou ante as façanhas de Prestes e jurara atacar novamente São Francisco, para pôr fim às conversinhas de mau gosto que lhe afivelavam o espírito, ora imponderado.  
- Sou covarde, sou traidor! dizia apaixonadamente, pois bem; irei provar sozinho o contrário e não correrei (AMBRÓSIO, 1976, p. 72).

A ligação entre os dois justiceiros, Antônio Dó e Luís Carlos Prestes, colocam em evidência a existência de forças contrárias ao governo nacional. Equiparado ao “cavaleiro da esperança”, na narrativa de Ambrósio, Dó arvora-se como a força mais resistente do Norte de Minas Gerais, no entanto, a imprensa local o trata como traidor da pátria.

A fama que o precede ocorre por vários motivos. Algumas delas, como declara Ambrósio, nada “tinha que ver Antônio Dó” (p. 71) e todas elas envolvendo questões relativas à posse de terras:

É de notar-se que toda essa barulheira, começa por um cisco, um palmo de terra inculto, um pedaço de velha e imprestável roça ou garrancho, um trecho de trilho ou carreiro carcomido, uma estrada velha de abismadas ravinas, um interesse agressivo e dramatizado, uma vida que se desprende por um capricho que nada vale (AMBRÓSIO, 1976, p. 71).

O trecho ilustra um velho problema brasileiro, cujas raízes remontam à injustiça social que vige no campo como na cidade. Antônio Dó, que se convertera em espécie de autoridade local, visto que o poder governamental se ausentava de algumas pendengas ou sobre outras mostrava uma indisfarçável parcialidade, era constantemente invocado pelo povo, atuando como conselheiro, árbitro e “de longe, bem de longe aguardava o desenrolar dos fatos” (p.71). Mesmo assim, aqueles a quem sua opinião ou decisão contrariava os direitos espalhavam sua fama de bandido, o que muito o entristecia.

No instante em que sua vida é transformada em errante e passa de fazendeiro a chefe de bando armado, os adjetivos o descrevem como melancólico, solitário e triste, como se comprova na narrativa. Seu relato testemunhal explica que a condição de “bandido” que sobrara a Antônio Dó fora uma forçosa saída que ele encontrara para reaver seus direitos na busca de justiça. Essa visão fica muito evidente quando Antônio Dó, revoltado por sua condição forçosa de fugitivo, escuta os “gemidos da esposa de Praxedes” (AMBRÓSIO, 1976, p. 81) seu amigo, e nada pode fazer:

Sentado em uma cadeira, com os cotovelos fincados em cima de uma pequena mesa da sala de fora, rosto no fogo da meditação e contrariedades, murmurava Dó: - Desgraça! desgraça! desgraça! Nunca pensei reduzir-me a tanto. Na extrema miséria! (AMBRÓSIO, 1976, p. 81)

Nesse momento de dor, quando Dó se sentia acuado e solitário, “estala inopinadamente a revolta de Carlos Prestes” (p. 72). As forças policiais do Brasil voltam-se ao combate dos revoltosos de 1930: “Prestes batido pelo Sul dirige-se para o Norte e vara o sertão imenso e agreste povoado de invisíveis e legendários coronéis e capitães de pé de serra” (p. 72). De onde estava, Dó a tudo acompanhava, exultando com as façanhas de Prestes, jurando atacar novamente São Francisco para acabar com as conversas que o detravam. Para Manoel Ambrósio, “Prestes deixara no magnífico exemplo um roteiro mau” (p. 72), para o leitor ficava claro que o Brasil, construído sob bases desiguais, estava em guerra, uma guerra promovida pela injustiça, pela miséria, pela sobra de uns e pela fome de outros.

Antônio Dó, fazendeiro, criador de gado e homem pacato foi roubado, ferido pela morte do irmão e de amigos, humilhado em praça pública, preso e desdenhado por um grupo político de São Francisco. A injustiça levou-o a uma vida marginal, de lutas, mas com o passar dos anos, sobreveio o cansaço e a vontade de retomar seu antigo estado de fazendeiro. Convoca entrevista com um fazendeiro local que, em nome de antiga amizade, o desaconselha a invadir a cidade de São Francisco, onde o esperam forças policiais fortemente armadas:

- Eu, senhor Dó, sou da mesma opinião. Não deve entrar na cidade onde já o esperam. Se tentar, penso que sairá sacrificado. Trincheiras por toda a parte e espionagem também. Vai expor-se e não caia nessa. Partiram já de Belo Horizonte, de Montes Claros e Brasília ordens expressas para atacá-lo e a força policial é bastante numerosa (AMBROSIO, 1976, p. 75).

Advertido, Dó desiste da invasão a São Francisco. As questões locais parecem momentaneamente se acalmarem. Mas o alferes Felão exultava com as notícias sobre o bando de Antônio Dó, que se desentendia. Muitos haviam se agregado ao antigo grupo, entre eles ladrões de gado e fugitivos da prisão. As forças de Dó enfraqueciam com as brigas internas: “o bando vivia sempre de brigas quase fedendo a defunto” (p. 78).

O amigo de Dó, o fazendeiro Praxedes, é preso e morto, sua esposa é humilhada e espancada. Na tentativa de defender a casa do amigo morto, Dó é pego à traição e morre, atacado pelas costas, com o se lê na descrição:

Dó arranca da cinta o revólver.  
 Tarde! Muito tarde!  
 Sem ser pressentido, nas pontas dos pés, dele se aproxima o Félix, pelas costas, vibra-lhe uma violenta pancada de mão de pilão, voando em pedaços o crânio ensanguentado” (AMBRÓSIO, 1976, p. 83).

Félix fora antes um agregado do bando de Dó, mas se rebelara, visando o roubo e querendo o poder do antigo chefe. Matou Antônio Dó, traiçou os companheiros que com ele invadiram a fazenda do Praxedes; roubou o dinheiro que o afamado jagunço possuía, fugiu para longe, levando sozinho o fruto de seu roubo que, dizem, não era de pouca monta.

Morre Dó e, algum tempo depois, seu maior perseguidor e arquiteto do episódio em que foi morto à traição, o capitão Felão, temível policial, morrerá de “peste de cachorro”, o corpo tomado por “feridas grandes, cheias e escamas grossas e negras” (p. 88). No horror da morte do capitão, presente-se a insinuação do julgamento do narrador, para quem a morte do oficial parecia castigo divino.

Não podemos deixar de mencionar, nesse ponto, as semelhanças entre a vida e morte de Antônio Dó, personagem de Manoel Ambrósio e Joca Ramiro, jagunço e personagem do romance de Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*.

Grande chefe político e guerreiro, Joca Ramiro lidera a primeira guerra narrada no romance e sua morte, à traição, marca o início da segunda. Na trama, Riobaldo conhece um de seus heróis: o chefe Joca Ramiro, um verdadeiro mito entre aqueles homens que lutam pelo sertão: “E Joca Ramiro. A figura dele. Era ele, num cavalo branco... [...] A gente tinha até medo de que, com tanta aspereza da vida, do sertão, machucasse aquele homem maior, ferisse, cortasse.” (ROSA, 2001, p. 189-180). Nasce ali uma relação de confiança e admiração que dura pouco, pois Ramiro é traído e assassinado por Hermógenes, um dos seus companheiros de bando.

Há uma semelhança entre as duas histórias, em que os chefes dos jagunços são mortos, resultado de uma emboscada, sem tempo para defender ou lutar por sua vida. É contraditório o fato de ambos representarem a força, a rigidez, a luta e chegarem ao fim como seres defectíveis e frágeis, assim como o herói mitológico Aquiles, que, mesmo invulnerável em todo seu corpo, tinha no calcanhar o ponto de fragilidade. Nesse cruzamento de histórias, o “calcanhar de Aquiles”, metaforicamente, nos remete à vulnerabilidade dos “heróis”.

Há, na ficção de Guimarães Rosa, a revelação de que “Fazendeiro-mor é sujeito da terra definitiva, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório” (ROSA, 2001, p136) e que Antônio Dó é “severo bandido, mas só por metade”. Essa ideia do homem provisório fixa no leitor, a partir de ambas as obras, salvaguardadas as diferenças, a indefectível humanidade que ronda os heróis-jagunços do sertão e sua natureza efêmera.

O fenômeno do jaguncismo/ cangaço comunga com os relatos universais de homens que, instados por uma circunstância, são levados à escolha de uma vida marginal, bandida. Se, no início, sua rebeldia é motivada por uma defesa pessoal de um direito, ao final arvoram-se como símbolos de resistência e de coragem, tornando-se heróis de um povo.

A morte de Dó não foi suficiente para matar o homem. Sobre ele corriam histórias. Sobre ele contavam casos, ao lume da fogueira, nas noites de lua. Sobre ele escreveu Petrônio Braz, em 2006, no livro *Serrano de Pilão Arcado. A saga de Antônio Dó*. O livro de Braz está na terceira edição (2014) e já se prepara uma quarta. Para Petrônio Braz, Antônio Dó “exerceu fascínio no sertão” (2014, p. 548). E esse fascínio continua, passados tantos anos, quando seu nome é falado.

## **2.2 Antônio Dó: personagem de Petrônio Braz**

No prefácio da 3ª edição da obra *Serrano de Pilão Arcado. A saga de Antônio Dó*, a pesquisadora Ivana Rebello declara:

Na madrugada do dia 14 de novembro de 1929, Antônio Dó foi assassinado. Com ele se perderia uma história essencial ao povo do sertão; história acontecida na contramão dos fatos oficiais e cujos segredos, aparentemente, seriam por muitos anos resguardados pelo mugido das vacas no curral, pelo sussurro do vento nos leques dos buritizais e pela voz do matuto contador de “causos” (BRAZ, 2014, p. 7).

Muitos anos separam o livro de Manoel Ambrósio de Oliveira da obra de Petrônio Braz. Em 2006, Braz lança seu livro, de grande repercussão na região mineira e com relativo sucesso no Brasil. Contando com mais de 590 páginas, a obra

é dividida em três partes. Segundo Rebello, “o livro une a investigação histórica, a análise do advogado e a fabulação”, que ela reconhece como inspirada na obra *Os sertões*, de Cunha.

Em entrevista concedida a Rejane Meirelles Amaral Rodrigues (2005), Petrônio Braz comenta por que escreveu sobre a vida de Antônio Dó:

Na minha juventude eu sempre ouvia, nas conversas ao pé do fogo, de um dos ex-jagunços de Antônio Dó, que foi armeiro do meu pai. Isto nos anos de 1937, 1938 (eu era menino), fazia os primeiros anos de primário. A gente ouvia dessas pessoas os fatos, as histórias. E o povo em geral tinha uma certa veneração por Antônio Dó (RODRIGUES, 2005, p.11).

A motivação primeira, pois, foi a de resgatar a imagem do “homem Antônio Dó”, que se distanciava daquela registrada nos autos públicos ou da contada pela força policial. Decidido a buscar a história de Dó, desde as origens, Braz procurou refazer o percurso da família Antunes De França desde o momento em que decide deixar a fazenda do Salitre, em Pilão Arcado, na Bahia, navegando pelas águas do rio São Francisco. Segundo Braz: “O vale do São Francisco, onde ocorreram tantas façanhas heroicas, está a reclamar de seus filhos, que tenham algum pendor pelas letras, que façam conhecidos esses feitos e mostrem os seus usos, costumes e tradições” (BRAZ, 2006, p. 9). Para o escritor, foi inevitável fazer a pergunta que muitos fazem até hoje: “Foi Antônio Dó um bandido?”. Ao que ele próprio, no prólogo de sua obra responde:

Este livro é fruto do meu apego às coisas ribeirinhas do Rio São Francisco. Nele tento resgatar a imagem do herói sertanejo, sem me esquecer do bandido que se ocultou em algumas de suas ações. O jagunço – afirmou Urbino Viana – não era nem herói nem bandido, ao mesmo tempo nos parece ambas as coisas (BRAZ, 2006, p. 11).

Ao início da narração, o narrador declara, antecipando ao leitor a poeticidade com que ele dá feição de saga à narrativa sobre Antônio Dó:

Muitos anos nos separam da epopeia de Antônio Dó, nascido e batizado Antônio Antunes de França. O gênero homérico de sua vida, sua bravura e seus feitos criaram asas em meus devaneios de adolescente, quando seu nome era mais lenda que realidade (BRAZ, 2006, p. 17).

Por meio do excerto, percebemos que Petrônio Braz, advogado, escritor, natural de São Francisco, Minas Gerais, evoca também um personagem vívido em sua memória juvenil. Em seu livro, ele confere ao personagem Antônio Dó uma visão lendária e, ao mesmo tempo, humanizada. O título da sua obra, *Serrano de Pilão Arcado. A saga de Antônio Dó*, sugere uma incursão pela narrativa aventureira da história que se conta.

De acordo com o *Mini Dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2001), “saga”, em seu primeiro significado, compõe designação comum às narrativas nórdicas (mitologia religiosa), nos séculos XIII e XIV. O termo saga designa um dos gêneros da narrativa e consiste em descrições de histórias de personagens famosos de uma determinada cultura ou religião. As sagas também podem ser em forma de canção, que canta os atos heróicos de alguém.

A obra divide-se em três tomos – o primeiro intitulado “As origens”, narra a mudança de Antônio Dó e sua família durante os 35 dias de viagem em que percorreram o rio São Francisco, os primeiros anos em Pedras de Angicos e a formação da fazenda Boa Vista. A segunda parte, nomeada “Os antecedentes”, relata as primeiras desavenças entre Dó e os vizinhos e o início de sua luta para não ser preso. E a terceira parte intitula-se “O revide” e se detém nas tentativas de Antônio Dó para reaver seus bens e os constantes impasses com a polícia.

No já mencionado prefácio da 3ª edição, Rebello considera que

Há, na estratégia de escrita, uma intenção programática: representar as fases distintas da vida de Antônio Dó. Trata-se de fases perfeitamente interligadas, mas cada qual mantendo uma unidade em si; são separadas, mas apontam para uma progressão necessária: unir as pontas da vida, como diria o personagem Bentinho do memorável romance *Dom Casmurro*. Para além da história conhecida e oficializada, desvendar os esconsos do homem, descobrir nele os vestígios do menino, perscrutar os mistérios que rondam os fatos. Desde o início do livro, o leitor se vê motivado pela mesma inquietação que inspirou Petrônio Braz a escrever o livro: quem foi, afinal, esse Antônio Dó? (BRAZ, 2014, p. 8).

No desafio de escrever sobre o “homem”, Petrônio Braz remonta à época da juventude de Antônio Dó, quando vivia na fazenda do Salitre com seus pais:

Antônio, na verdura de seus dezoito anos [...], ereto sobre a sela, cabeça erguida e protegida pelo chapéu de couro, cavalgava à frente. Era o

caçula dos homens. Moreno claro, a pele bronzeada, estatura mediana, os ombros e o peito saliente, lábios grossos, cabelos pretos e meio encarapinhados, olhos claros de seus antepassados ibéricos, era já homem feito. Olhava sempre as pessoas de frente, com olhar firme e agressivo. Mostrava uma marcante personalidade. (BRAZ, 2014, p. 24).

A composição do personagem, em que se misturam características físicas e caracteres da personalidade, antecipam ao leitor um perfil de um homem fadado à liderança. Ele já se destacava entre os irmãos. Também é importante ressaltar a semelhança entre tal descrição e a dada ao jagunço Joca Ramiro, no romance de Guimarães Rosa. Sobre o cavalo, esses homens-heróis despontam como força, numa paisagem debilitada pela seca e pela ausência de investimentos, e como esperança, num lugar que parecia apartado do resto do país.

No prefácio da primeira edição da obra, Napoleão Valadares destaca características da obra de Petrônio Braz:

Mas o livro não é só a história de Antônio Dó, que foi um menino da fazenda Salitre, em Pilão Arcado; um fazendeiro em São Francisco; um garimpeiro no rio Claro; um jagunço com fama desde o Carinhonha até os Gerais de São Felipe; um bandoleiro que as forças do governo acabaram por desistir de querer matar. Serrano de Pilão Arcado mostra com muita clareza as arrelias políticas da cidade de São Francisco, com os líderes locais tramando conspirações para se agarrarem poder, com assassinatos, deportações, incêndios, cárcere privado, canalhice, nobreza de caráter, grandeza de espírito, tudo o que há na vida e, por conseguinte, há no romance. Não falta a presença da Natureza, com paisagens belas e menos belas, com o arrulhar da juriti, a rolinha, o sofrê, o canto da acauã, os ariris, os papagaios, as emas. Aqui estão retratados com nitidez os costumes da época nos confins do sertão, que o leitor de hoje pode estranhar, mas era assim. (Apud BRAZ, 2006, p.12).

De fato, assim como acontece com alguns momentos da narrativa, Braz captura momentos de invulgar beleza na paisagem sertaneja, destacando a cultura local:

A tripulação e os passageiros, instalados ao ar livre, na areia da praia, aquecidos por duas pequenas fogueiras, acabam de comer a última refeição do dia, tendo por base a jacuba (uma mistura de rapadura raspada, água e farinha de mandioca), abóbora e peixe – um moleque pescado no correr do dia. Naquele ponto, o areal da praia espalhava-se rio abaixo, quase a perder de vista, orlada pela ribanceira de vegetação densa (BRAZ, 2006, p. 93).

O personagem já nos é apresentado no Prólogo da obra, como confessa o autor: “são a via e as tropelias de Antônio Dó que se encontram nestas páginas” (BRAZ, 2006, p.11). Segundo Braz

de forma romanceada [será contada a vida] do chefes dos jagunços contra o qual o governo se cansou de mandar expedições que voltavam sempre derrotadas e, se facilitassem, sem o comandante. Dó, que antes de ser jagunço, era um humilde camponês, não permitiu nenhuma vitória às forças policiais que os perseguiram. Não foi à-toa que, em Grande Sertão: veredas, Guimarães Rosa disse: “Antônio Dó – severo bandido” (BRAZ, 2006, p.11).

A dificuldade de manutenção da posse e o arbítrio das autoridades são elementos reais que impediram Antônio Dó de continuar sua vida de pacato agricultor. Nesse aspecto, ressaltamos que, se Manoel Ambrósio tende a caracterizar Antônio Dó como anti-herói, Braz se esforça para conferir ao personagem uma feição mais falível e humanizada. Em seu romance, as características humanizadas de Dó são ressaltadas, inclusive com longas descrições de sua família, antes da saída da Bahia.

No livro de Braz, a saga que alça o personagem de camponês a jagunço é descrita em pormenores. Como confessa o autor, foi preciso utilizar a liberalidade da fabulação para preencher os momentos faltosos da história, para reencontrar no jovem qualidades que antecipariam o justiceiro do futuro. Alguns detalhes da narrativa merecem ser aqui destacadas, para conhecimento dos leitores.

Os pais de Antônio, Benedito e Sebastiana Antunes de França partiram de Pilão Arcado, na Bahia, no dia 19 de maio de 1878, juntamente com os filhos, Honório, Antônio, Herculano, Josefa, Romana e Benedita Antunes de França para tentar um recomeço em terras mineiras. Fugiam da seca que assolava Pilão Arcado, pelo rio São Francisco, de barco. A viagem é descrita com riqueza de detalhes, incluindo a descrição do barco que levaria a família.

Ressaltam-se, na descrição, informações ricas para o conhecimento acerca da cultura ribeirinha, das viagens no rio São Francisco e das práticas comerciais. O fragmento a seguir serve-nos como exemplo:

A barca transportava sal e tecidos provenientes de Recife, via Petrolina. Esses produtos seriam cambiados na Província de Minas por fumo, toucinho e outras mercadorias. Separados, próximo à popa, rapadura e farinha, o suficiente para o preparo da jacuba, com que se alimentariam os barqueiros na longa viagem rio acima (BRAZ, 2014, p. 79).

Esse comércio que se perfazia por meio das águas do “velho Chico” (alcunha afetiva dada pelos ribeirinhos ao rio) ligava várias cidades do interior brasileiro, no intercâmbio de produtos e culturas. A “jacuba”, mistura de farinha e rapadura, mencionada acima, também é mencionada na escrita de Manoel Ambrósio. Constitui uma “Mistura” comum na mesa do sertanejo. Seu livro, no final, traz um interessante apêndice de notas explicativas acerca de termos ou expressões utilizados na narrativa.

Dó, desde o início descrito como curioso, interessa-se pelas histórias ribeirinhas, pela “Tara, a mãe d’água”. A família segue pelo rio São Francisco até chegar à cidade de São Francisco, então conhecida como Pedras dos Angicos ou Pedras de Cima (p. 109), onde se estabelece e prospera, na região da fazenda Boa Vista, próxima à cidade.

O irmão de Antônio Dó, Honório Antunes, torna-se fazendeiro rico e influente na política local. Os Antunes França constituem-se apoiadores do Partido Liberal, na região. Esse partido, cuja alcunha denominava seus apoiadores de “Morcegos”, opunha-se aos “Gaviões”, como eram conhecidos os adeptos do Partido Conservador. Assim que aportam, os familiares de Dó têm conhecimento do poder local, sob o jugo do “coronel” Nunes Brasileiro.

Entrecortando a narrativa com cenas da vida política de São Francisco, onde se destacam traições, acordos feitos na calada da noite e disputas à bala, com a vida dos Antunes França, que se desenrolava pacatamente na Boa Vista, o narrador deixa visível um interessante contraponto que se estabelece, desde o ritmo da narrativa – ágil, cheio de diálogos, na cidade; descritivo e lento, na fazenda – até nas características que ele quer ressaltar: para os habitantes da cidade, correria, medo, negociatas; para os França, principalmente Antônio Dó, a plena integração com a calma da paisagem natural:

Viviam em Harmonia. [...]. O gado e outros animais bebiam nas lagoas e no rio. Ninguém construía residência física na vazante. As inundações periódicas do rio afastavam essa possibilidade. Mantinham, próximo ao rio, pequenos retiros com construções provisórias. Gozavam todos de boa saúde. Livres das contendas comuns do sertão nordestino de onde haviam saído, e alheios aos conflitos políticos do município, os Antunes de França prosperavam (BRAZ, 2014, p.114).

As descrições, por vezes, ganham poeticidade e destacam a paisagem natural do sertão. Tal como podemos observar no livro de Ambrósio, o narrador do livro de Braz também se mostra encantado com a natureza do sertão:

Inúmeros pássaros pretos, no romper d'alva, esvoaçavam nos arvoredos próximos, gorjeando em silvestre liberdade, saudavam os primeiros raios matutinos, trazendo alegria ao nascer do novo dia. Os bezerros apartados, berravam reclamando o atraso da ordenha e as vacas mugiam em acompanhamento. A natureza oferecia a beleza das flores e a melancolia do canto dos pássaros silvestres (BRAZ, 2014, p. 115).

O olhar do narrador sobre a flora e fauna evoca os sentidos para ler ; a natureza convida a uma experiência sensível, de escuta e visualização, que permite ao leitor transportar-se para o local descrito. O bucolismo evocado tem raízes no regionalismo de entonação romântica, que encontramos no cerne da literatura nacional, exemplificada, por exemplo, nos livros de Alencar.

Uma das irmãs de Dó, Josefa Antunes, casa-se com Marcelino, que será o estopim de toda a saga vivenciada por Dó. Sob suspeita de ter roubado gado, Marcelino repassava o gado roubado para alguns dos inimigos políticos da família. Instaura-se, dentro da família, uma ruptura que culmina no assassinato do irmão mais velho de Dó, Honório Antunes. Marcelino é suspeito, mas sua culpa não é comprovada.

No entanto, os problemas de Antônio Dó continuavam. Meteu-se em questões sobre demarcação de terras e foi chamado a depor devido a sua inflexível reação. Chicoteou Maurício Pereira da Rocha, em sua própria casa, a quem acusava de ter se apropriado de uma parte de suas terras. Ainda que apresentasse, em sua defesa, o documento comprobatório de sua posse, o delegado, partidário de grupo político contrário, prendeu-o e o mandou chicotear em praça pública:

Com o rosto em crispações dolorosas, Antônio Dó os dentes cerrados, a mente aturdida, alanceado em seu infortúnio. Lacerado, na sua indizível angústia, coma as costas mandando sangue, com ânimo de fero mantinha-se altaneiramente superior. O repugnante azorrague, a infanda desonra, o suplício afrontoso durou quase meia hora (BRAZ, 20124, p. 203).

Pelo excerto, fica evidente a forma ativa como Dó recebe tal humilhação. Dentro de si, porém, já se formava o germe de sua vingança.

Em 1911, outro vizinho, Manoel Francisco da Silva Porto, o Chico Peba, proíbe Antônio a usar uma nascente d'água, que ficava na divisa das duas propriedades, para dar de beber a seu gado. Aprisionado e novamente humilhado em público, Dó, na volta às suas terras da Boa Vista, encontra sua propriedade destruída: era a forma e os coronéis locais demarcarem seu poder e seu poder de coação. A ação das autoridades locais desperta a ira de Antônio Dó. Sabendo que não teria guarida na justiça local, resolve ser justiceiro por conta própria. Resolve aliciar uns homens para ajudá-lo na vingança: “- Tou carecendo d'uns cabras de sangue no olho pr'um servicinho lá nas Pedra, para fazer um acerto de conta, vancê sabe.” (270).

Na progressão narrativa, Braz evidencia que as ameaças constantes e invasão trouxeram atraso e medo à cidade de São Francisco:

A todo instante surgia um boato: Antônio Dó vai atacar a cidade. Ele já ta da banda de lá do rio. As lojas ficavam às moscas, sem nenhum movimento. As mulheres viviam a rezar, a acender velas aos seus santos de devoção e não arriscavam sair às ruas. Os proprietários rurais e Urucuia, Serra das Araras, Mangá e de outras regiões mais distantes, haviam desviado seus negócios para Januária, onde reinava uma aparente tranquilidade pública (BRAZ, 2014, p. 273).

A esses acontecimentos locais, o narrador sobre põe notícias de fatos que acontecem fora do espaço sertanejo ou até mesmo acontecimentos da esfera internacional, como as manchetes de jornal que noticiavam o naufrágio do Titanic. Essa característica da narrativa oferece uma oportunidade de relacionar os fatos regionais aos fatos do mundo, numa dimensão historicamente estabelecida. Em paralelo, dois “naufrágios” se evidenciam ao leitor: o do navio e o da justiça.

No dia 30 de maio de 1913, Antônio Dó e seu bando invadiram a cidade de São Francisco: “A notícia espalhou-se pela cidade de boca em boca. A população espavorida entrou em pânico. As mulheres rezavam. Velas em quantidade foram

acesas nos oratórios” (p. 285). O ritmo entrecortado do discurso textual amplia a sensação e medo, que espalhou pela cidade.

Sua intenção era reaver seus prejuízos, por isso ele impõe às autoridades locais o pagamento de ressarcimento de suas perdas. Com o trato feito, retorna para sua fazenda, no entanto, o poder local reage. No dia seguinte ao da invasão de São Francisco, saiu de Belo Horizonte a 1ª expedição organizada para capturá-lo.

Tal expedição não foi bem sucedida; Antônio Dó os aguardava numa emboscada: “Confrangido, Antônio Dó, os olhos chamejantes, protegido pela armadura de sua forte personalidade, com indivisível ansiedade, sem receio de escurecer, rugando o sobrolho, engatilhou a carabina e emitiu a senha, um colubríno silvo. Era o sinal” (p. 327). O insucesso da investida policial sobre os jagunços repercute de maneira terrível sobre a cidade.

Dois dias após a derrota das forças policiais, nova expedição, com cerca de cinquenta soldados, parte para prender Antônio Dó e conter aquela ameaça sobre a cidade. Os soldados estavam liderados por Raymundo de Mello Franco, pelo delegado auxiliar Arthur Furtado e pelo Alferes José Pereira de Castro. A tal expedição juntaram-se outros soldados, vindos de municípios vizinhos.

No entanto, Antônio Dó já andava longe, havia partido rumo ao município de Januária, para o povoado de Vargem Bonita. A seu encalço, o Alferes Félix Rodrigues da Silva, apelidado Felão, seguiu, com o intuito de matá-lo. A fama sanguinária de Felão o precedia; malograda sua expedição, vingou-se do povoado, queimando casas, ferindo moradores:

O lúgubre fogo, com ímpeto destruidor, ia incinerando os ranchos um a um, enfumando o lugarejo. As chamas aterradoras espalhavam fagulhas sobre o povoado, em flamífero espetáculo, criando novos focos de incêndio, devastando tudo. Naquele horroroso espetáculo, em uma das casas estava o coronel Ludugério, que foi cercado pelo fogo, juntamente com sua mulher e cinco filhos menores. Morreram todos carbonizados (BRAZ, 2014, p. 373-374).

Contudo, de acordo com o telegrama oficial publicado em 1913, pelo jornal *O Pirapora*, os homens do bando de Antônio Dó teriam sido “completamente desbaratados, morrendo Antônio Dó e companheiros, ficando dois soldados feridos”

e, segundo a matéria que acompanha a transcrição do telegrama, na Vargem Bonita teria ficado “firmada a bravura de nossos soldados e a ação profícua de nossas autoridades”.<sup>21</sup> A notícia falsa do jornal evidencia o quão distante estava a imprensa oficial do calor das lutas que se travavam no sertão. Para os moradores de Boa Vista, a “bravura” dos soldados era uma cruel ironia da horrenda ação da polícia sobre os cidadãos.

O relato, no entanto, não se dá pela fria narrativa dos fatos. Para compor o personagem, forjado à maneira de um herói sertanejo, Petrônio Braz compõe detalhes de sua saga. Antes de sair do território baiano, para acompanhar os pais até as terras mineiras, Antônio é entronizado na religião africana. No ritual do candomblé, Exu escolhe Dó para afilhado, conforme declara a mãe de santo:

- Exu toma seu afilhado em proteção e ele vai seguir os caminhos de Xangô. O raio de Xangô que é mais forte que as armas dos homens é cativo do afilhado de Exu... Xangô, pelos oio de Exu, vê uma encruzilhada. O afilhado de Exu vai seguir o caminho da esquerda, o caminho do fogo, porque ele é guerreiro de Zumbi, protegido de Yansan. Exu protege seu afilhado nas encruzilhadas, Ele bebe omim e vai ter boa viagem nas águas de Janaína (BRAZ, 2014, p.65).

Após o ritual, Dó recebe o kelê<sup>22</sup> das mãos da mãe de santo e doravante passará a usá-lo como proteção. Conforme lemos, “Em seu espírito, os Deus dos padres [...] haviam se misturado aos africanos pra sempre” (p. 66). Ao sair da Bahia, Dó leva consigo a herança cultural de seu povo, embora não pudesse adivinhar para onde o destino o levaria. Com a proteção de Exu, Dó terá o “corpo fechado”, conforme declarariam, mais tarde, seus opositores.

Para Petrônio Braz, Dó é um personagem lendário, porque o relato de suas façanhas é continuamente reinventado pela imaginação e vivacidade da oralidade do

---

<sup>21</sup> Disponível na Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais, *O Pirapora*, 22/06/1913.

<sup>22</sup>Kelé: “Principal símbolo iniciático, o kelê é um colar pesado, amarrado junto ao pescoço, também conhecido no candomblé como “gravata do orixá”. Usado durante os primeiros meses de iniciação, denota o caráter de recém-iniciado do indivíduo. As contas também podem fazer parte dos ibás e junto com elas, estão os mocãs e contra-eguns, colares feitos em palha da costa, que afastam os eguns (espíritos dos mortos)”. Sobre a nota explicativa, objetos e religiosidades africanas ler: AMARAL, R. A coleção etnográfica de cultura religiosa afro-brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 2000, p. 255-270.

povo, em histórias às vezes muito aumentadas ou distorcidas. Rico em sua representação mítica, carregado de valores culturais, representa o resultado de mais de vinte três anos de pesquisa do autor. Segundo Braz:

O personagem principal – Antônio Dó – ultrapassa as características meramente regionais, para universalizar a problemática dos seres vitimados pela opressão de seus semelhantes. Foi ele, como os garimpeiros que praticavam a mineração clandestina, um fora-da-lei. Nenhum, nem outro, todavia, pode ser confundido com um bandido. (BRAZ, 2006, p. 18).

Um dos objetivos de Petrônio Braz, segundo ele declara em entrevista, foi deixar para as gerações futuras os fatos importantes da história de Antônio Dó, um sertanejo que habitou o Alto Médio São Francisco, um representante do homem comum que, injuriado em seus direitos, torna-se um fora-da-lei.

Não se percebe, na obra, alusão ao personagem no sentido de espalhar terror e medo, desafiando as autoridades. Conforme declara Braz, o objetivo primeiro era escrever um romance que pudesse contar a história do famoso jagunço:

Esforcei-me para encontrar uma junção comunicante entre a realidade exposta por Saul Martins, do ponto de vista da Polícia Militar, memorizada por Brasiliano Braz, sob o aspecto político, e a ficção literária presente na obra do professor Manoel Ambrósio, empregando os recursos possíveis para pôr em memória a vida de um homem lendário, afastando a rigidez dos fatos históricos. (BRAZ, 2006, p. 18).

Petrônio Braz, assim como Manoel Ambrósio, comunga dos fatos que levaram o personagem à prática de uma vida errante. Antônio Dó, segundo Braz, tinha o sonho de uma vida pacata, norteadada pela lida da terra e pela criação de gado. Deitado em sua rede, na sua fazenda, Dó é apresentado como uma espécie de filósofo sertanejo. Ao ouvir a chuva, que caía torrencialmente, ele reflete:

\_ O ano tem dois tempo. O tempo do verde e o tempo da seca. No verde a gente vive gazeando, sem muita labuta pra fazer. No tempo da seca a briquita é brava... Nas primeiras- água, a gente planta as roça. Quase não tem militação... Eita- pau! Modo e coisa qu'esse ano, com tanta chuva, vai ter retirada. Como será que o rio ta? Será que já ta sangrando for do

caixão?...Essa chuva já ta dando irritação. Ta deixando a gente bragueado. A gente fica em casa que nem preá nas toca... O tempo da secada bambeza, não. A gente tem que ficar açodado. No começo a gente roça a roça não (BRAZ, 2014, p. 142- 143).

O sabor da narrativa, que apresenta linguagem culta, ora entrecortada por passagens que traduzem a rica fala do sertanejo, também se revela na descrição da lida do agricultor e na mostra da cultura local.

Ambos os autores reforçam o rompimento definitivo de Antônio Dó com a Boa Vista. Nos dois romances, a disputa por terras, o roubo do gado e a morte impune do seu irmão Honório Antunes de França foram os responsáveis para tirar o pacato fazendeiro da lida comezinha, alçando-o a alguém que representava o anseio do sertanejo humilde por justiça. Apesar de os dois livros terem sido escritos em épocas bem distintas corroboram as mesmas concepções: o atraso e a violência somados na busca de uma civilização justa, mas diferem em relação a representatividade do herói sertanejo.

Em destaque, os momentos que antecedem a decisão tomada por Antônio Dó para responder às humilhações e desrespeitos a que vinha sendo submetido. Após ser preso e liberado, recebe de seu vaqueiro, Miguel, a notícia de que seu oponente, Chico Peba, havia “botado abaixo” a cerca demarcatória de terra, erguida por Dó:

A raiva acumulada, desde sua prisão, não encontrava em Antônio Dó limites racionais. Com a cabeça a andara à roda, sentia-se humilhado, afrontado aos olhos dos que o cercavam e de toda a vizinhança. Em seu espírito explodia ruidosamente um brado de revolta (BRAZ, 2006, p. 223).

Segundo lemos no livro, “a incapacidade de se defender o atormentava” (p. 234). Premido pela tristeza e revolta, ele reconstrói a cerca demolida, mas Chico Peba o denuncia ao delegado, que põe soldados a seu encalço. Escondido, Dó desabafa:

Sertanejo de raça forte, no conceito de Euclides da Cunha, “de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises”, ele pensou:

- Desgraça de polícia!

Um trovão redondo, distante, afligiu o coração de Antônio Dó. Ele sentia-se infeliz. Fechou os olhos e suscetibilizou-se com o cheiro característico, esparso pelo vento, que emana da terra molhada pelas primeiras chuvas.

Chorou em silêncio. Os seus lábios trêmulos arrancavam de sua alma um escabroso desabafo: - Inferno! (BRAZ, 2006, p. 243).

Como se pode ler no trecho, é evidente a forma humanizada que Petrônio Braz confere a seu personagem. Na narrativa, conhecemos um Dó ora destemperado, ora contido; às vezes emotivo, às vezes cego pela sede de vingança. No trato com a mulher e com os amigos, o leitor conhece seu caráter íntegro, sua docilidade e gentileza. Com os inimigos, sentimos o furor de sua reação.

No primeiro livro que compõem a obra, “As origens”, Petrônio Braz descreve Antônio Dó como homem “viril (...), de peitos salientes (...) que olhava sempre as pessoas de frente, com olhar firme e expressivo. Mostrava uma marcante personalidade, que se delineava em cada traço de seu rosto”( BRAZ, 2006, p. 35) Compoendo um personagem inspirado no herói tradicional, Braz demonstra que Dó, desde cedo, estava fadado à liderança. Entretanto, na ambiência doméstica, mostra-se filho obediente, marido dedicado e amigo fiel.

Antes de se fazer justiceiro, Dó notabilizava-se por seu comedimento e sensatez:

Antônio Dó era um homem astuto nos negócios, sem ser mercenário. Embora supersticioso, como todo sertanejo, não se deixava dominar pelos estigmas das crendices. Orgulhoso dos frutos de seu trabalho era, contudo, comedido, não só de palavras como de gestos. Impunha-se ao respeito das pessoas com quem se relacionava pela sua honestidade comercial (BRAZ, 2006, p. 173).

Em toda sua trajetória, Antônio Dó, na escrita de Petrônio Braz, revela-se um homem que, como um rio, é desviado de seu curso, mas que, mesmo assim, conserva traços marcantes de sua personalidade: “Abrasado de raiva, o olhar aceso de ira, o sobrolho carregado, Antônio Dó, encolerizado ante o ultraje à sua dignidade e ferido em seu amor-próprio, encarou o capitão com ar de desafio.”(BRAZ, 2006, p. 225).

Braz descreve em detalhes a cena da humilhação pública de Dó, quando este se dirige à delegacia de São Francisco, para cobrar das autoridades uma resposta aos desmandos cometidos por Chico Peba, que havia se apropriado de parte de suas terras e de seu gado. A resposta do delegado, corrompido com o poder local, foi

aplicar-lhe “um corretivo”: “Dó foi amarrado. O soldado João Francisco não se fez de rogado, desfeiteando o prisioneiro com uma vergasta de couro cru. O repugnante azorrague durou quase meia hora.” (BRAZ, 2006, p. 227).

Essa cena do suplício público feriu profundamente o orgulho de Dó e foi o estopim para que ele procurasse outros modos de reaver seus bens. Em todo o romance, a personalidade, a coragem e os valores atribuídos a Antônio Dó são evidenciados: “De longe Antônio Dó impunha respeito e medo aos seus inimigos, e produzia, na população em geral, uma fascinação inexplicável.” (BRAZ, 2006, p. 303). Em vários momentos, como no exemplo, o fascínio estende-se ao narrador do livro, que, por trás dos atos de bravura e revolta, destaca a faceta humanizada, falível e, por vezes, com sinais de cansaço ou de fraqueza: “A vida de Antônio Dó era melancólica e retraída, mas o seu espírito era irrequieto. A uniformidade dos dias, que lhe empanavam a vida, tornava-o um homem taciturno” (BRAZ, 2006, p. 307).

No decorrer da narrativa, lemos como o tempo e o cansaço impelem Dó a resgatar sua vida pacata de fazendeiro: “Vou fazer fazenda, não. Dá tempo mais, não. A vida é curta.”(BRAZ, 2006, p. 309).

O jagunço divide-se entre a saudade de sua vida tranquila e pacata de antes e o rumo inevitável tomado por sua decisão de rebelar-se:

Antônio Dó deixou os olhos descaírem para o chão. Por mais que não quisesse, seu pensamento sempre estava de volta à Boa Vista. Ele acariciava, em pensamento, a ideia de reaver os prejuízos acumulados em razão de sua ausência. Eram pensamentos confusos, vinculados ao temor de recomeçar a vida sem uma visão positiva da realidade.(BRAZ, 2006, p. 310).

Pouco antes de ser vitimado por traição e, talvez pressentindo seu destino inevitável, Dó é tomado de tristeza e desesperança:

O silêncio das noites, na solidão da rede, era recortado por pesadelos que devassavam as cinzas do passado e atormentavam as enfermidades de sua alma. As recordações dos anos de tribulações não se desvaneciam e tinham apagado as lembranças dos dias tranquilos passados em Pilão Arcado e nos primeiros anos em São Francisco. Imagens desconexas vinham-lhe à mente, ideias que se dissipavam sem que ele nelas se fixasse. Ele via, com o correr dos anos, suas esperanças diminuir-se como um sonho, na beira do nada. Sua disposição de vida, todavia, criada entre as angústias, era forte e firme. Momentaneamente debilitado, ele vivia melancólico e queixava-se constantemente dos dentes que sempre o incomodavam.(BRAZ, 2006, p. 481-482).

A passagem dos anos é descrita pela mente carregada de Antônio Dó. As lembranças de um passado em Pilão Arcado e São Francisco são meras recordações de um tempo remoto e distante. Petrônio Braz metaforiza a dor de dente sentida por Antônio Dó ao exame minucioso que ele faz de sua vida pretérita e próspera em detrimento a um futuro sem perspectivas. Apesar de suas desventuras e “momentaneamente debilitado” Antônio Dó se mantém “forte e firme” como descreve Petrônio Braz, na tentativa de mudar o rumo no final de sua vida. Nesse momento é apresentada a dualidade marcante do personagem, que se contrasta entre o ser humano e o ser heroico:

Antônio Dó engolfado em seus pensamentos, quase sucumbido pelas feridas, que o mundo lhe tinha aberto, sentiu uma lufada de desespero. Aquela vida sedentária de garimpeiro o oprimia. Bloqueado entre o passado e o presente, preso em vãos trabalhos, não sentia o futuro. O passado era apenas lembranças, o presente angustia, difícil de suportar. Frustrado, preso a uma depressão insidiosa, como um prisioneiro da vida, sem forças para alongar o presente, por uma necessidade mesmo de sobrevivência, sentiu a inevitabilidade de tomar uma decisão. Num gesto de desânimo, levantou-se. Seus olhos sem brilho, percorreram tristemente as margens do rio. Tinha perdido todas as esperanças.(BRAZ, 2006, p. 485).

A imagem do homem frente ao rio – cujo significado, para os que vivem a seu redor, comumente está ligada à vida – tomado de desesperança é cheia de significados. Toma uma decisão e muda-se para Vereda da Aldeia, sendo esta sua última morada.

No outro excerto é evidente o peso que Antônio Dó sente ao viver. O cansaço mental lhe invade a existência, e as imagens confusas acabam por dominar sua mente também fatigada:

Antônio Dó, os cabelos grisalhos, já combalido de tantas lutas, estava com 67 anos de idade. Os anos passavam já em seu espírito irrequieto. Envelhecido, estava enfarado daquela vida e sequioso de isolamento. Nele havia desaparecido por completo o desejo de vingança (BRAZ, 2006, p. 547).

São notáveis as marcas deixadas pelo tempo e lutas não somente no corpo como também em seu “espírito irrequieto”. A velhice e o desânimo, aliados ao desgosto da vida errante que levava, começam a debilitá-lo mentalmente:

Antônio Dó, apesar da idade, o rosto curtido pela inclemência do sol, as mãos calejadas pelo trabalho cotidiano, o coração atassalhado por dolorosos pensamentos, tinha o porte ereto, mas a mente estava carregada pelo peso dos anos, que deixaram marcas indeléveis. Nem uma gota de esperança – como sombra remota- existia no mar de desenganos, que o ralava. Extenuado, combatido da sorte pelos embates da vida, falto de forças para começar vida nova, o passado remordia a sua mente com todas as suas forças. Em nenhum momento, no entanto, havia clamado contra o destino. Acossado pelas lembranças, ia dissimulando a vida, rememorando seus infortúnios, encerrados no coração, sem se rebelar contra eles. [...] Sua vida era como a lua nova, presente no céu em pleno dia, ofuscada pela luz solar. Desatado de laços de amizade, tinha somente companheiros de garimpo. (BRAZ, 2006, p. 483).

O fragmento nos revela momentos de fragilidade do personagem Antônio Dó, resultantes de memórias e lembranças de uma vida tranquila que se contrapõem a um presente sem esperanças. O narrador evidencia uma profunda reflexão que Antônio Dó faz de sua vida, conferindo ao relato lirismo e expressividade.

Nessa perspectiva, percebe-se que Petrônio Braz, embora preserve no personagem Antônio Dó o caráter mítico, heroico, que lhe conferem as narrativas populares, ele ressalta com certa insistência, suas inquietações, medos, angústias. Isso fica evidente na comparação estabelecida com lendário Aquiles, personagem da mitologia greco-romana. Forte, temido e de porte físico avantajado, sua fraqueza é evidenciada. Os adjetivos por ele utilizados caracterizam um personagem ambíguo, que traz as frustrações de uma vida errante, a “alma dilacerada”, “dolorosos pensamentos”, mas que conserva o “porte ereto” e a coragem.

*Serrano de Pilão Arcado: a saga Antônio Dó* apresenta, portanto, uma concepção diversa do personagem das apresentadas por Manoel Ambrósio e Saul Martins. O assassinato do irmão, a perda da Boa Vista e o roubo do gado impulsionam o fim do sonho de uma vida digna através do cultivo da terra. “As Origens”, primeira parte do livro, retratam a dimensão da perda sofrida por Antônio Dó, ainda em Pilão Arcado, na Bahia, quando, em meio à seca, ele e os familiares são obrigados a abandonarem a fazenda do Salitre e partirem para o noroeste da província de Minas Gerais.

Nesse contexto familiar de esperanças é que Petrônio Braz constitui a relação de Antônio Dó com a terra. O vizinho Chico Peba e suas artimanhas contrastam com Antônio Dó que, ao contrário de Peba, prospera a partir de seu suor e lida com a terra. Nota-se, assim, que o narrador aprofunda-se nas razões que levaram Dó a ser o bravo jagunço que causava terror e reverência. Antes de descrever o homem e suas razões, o autor descreve a criança sonhadora, comum:

Nos anos idos de sua infância, quando traquinava impune fazendo travessuras, tinha sido um grande fazendeiro de vacas de ossos apanhados das ossadas das reses mortas na caatinga. Seu curral, debaixo da mangueira, tinha sido um dos maiores da região do Salitre. Suas invernadas eram repletas de gado. Ali vadiava sem ser incomodado, nos seus alegres sete anos(BRAZ, 2006, p. 170).

Mesmo sendo o caçula dos homens, Antônio Dó demonstra atitude de liderança e firmeza que serão confirmadas na trajetória narrada por Petrônio Braz. Ao longo da narrativa é notável o discurso literário que privilegia a definição do personagem como um homem diferenciado.

Também é importante salientar que autor e narrador se confundem, pois não se pode desvincular, no livro, a voz narrativa que pretende contar os feitos de um homem da voz do autor que cresceu ouvindo os relatos do herói/ jagunço de São Francisco, sua terra natal: “De longe, Antônio Dó impunha respeito e medo aos seus inimigos e, produzia, na população em geral, uma fascinação inexplicável”. (BRAZ, 2006, p. 303).

Dessa maneira sobressai um personagem que se destaca entre os demais e será conservado até o final da narrativa. Em contraposição a esse homem seguro e com o controle em suas mãos o autor o contrasta com outro Antônio Dó que por vezes se emociona e se mostra sensível frente às adversidades que a sua trajetória lhe impôs, demonstrando assim que mesmo firme, viril e destemido, Antônio Dó é capaz de sentir-se inseguro e sensível em meio as acontecimentos:

Antônio Dó estava acampando na Vargem Bonita, para onde tinha retornado, na certeza de que seria o último lugar aonde a polícia iria procurá-lo.(...) Era um homem desnordeado, sem destino definido. Um mar de incertezas e inseguranças dominava seus pensamentos. Seu comportamento tinha se modificado sensivelmente. Mostrava-se indiferente ao que se passava ao seu redor. A apatia, provocada pelas

frustrações intensas e prolongadas, em presença da permanente possibilidade de ser atacado, tinha feito dele um homem calado, incomunicável (BRAZ, 2006, p. 465).

Esse trecho nos leva a refletir acerca de sua representatividade enquanto herói. Afigura-se como um herói sensível, que sofre e chora; às vezes, mostra-se arrependido de suas escolhas, n'outras vezes, age com força avassaladora e violenta.

A perseguição ao fazendeiro honesto e trabalhador fez emergir o mito sertanejo que resiste antagonicamente às opressões. O que incitou Antônio Dó à luta foi um problema de cunho pessoal mal resolvido, mas, no decorrer do tempo, seus feitos cresceram proporcionalmente, dentro de uma concepção histórica e coletiva. A esse respeito completa Anatol Rosenfeld “o herói mítico é a personificação de desejos coletivos” (ROSENFELD, 1996, p. 26).

A batalha individual do protagonista passa a ser a representatividade do mais fraco, do menos favorecido, do oprimido em contraposição a um governo arbitrário, tendencioso e negligente. Essa luta se aprofunda quando ela passa a simbolizar a reação dos oprimidos frente a um poder consolidado. Nesse sentido, quanto mais injustiçado e perseguido é o personagem, mais o narrador exalta a imagem do mito sertanejo, do herói.

Percebemos, nessa análise, que Antônio Dó se aproxima dos grandes mártires da história, os quais, mesmo diante das injustiças, se mantêm superiores. Palavras como humilhação, angústia, opressão contrastam com a expressão “animosa disposição” e aludem a uma postura firme do homem que se tornaria uma espécie de mito sertanejo:

Antônio Dó era, para o alferes José Pereira de Castro, apenas mais um bandido a ser capturado. Desconhecido fisicamente por ele e por quase todos os soldados da corporação, seu destemor diante dos perigos e das ameaças começava a transformá-lo numa lenda viva. Como senhor de inúmeros jagunços, era respeitado. Seu nome era pronunciado em São Francisco com uma dose mística de atenção e medo. (BRAZ, 2006, p. 395).

Sua fama abriu caminhos para que a população se identificasse com o personagem, atribuindo-lhe características sobre-humanas, como revela o excerto:

A população urbana estava apaixonada pelos acontecimentos. Uns a favor, outros contra, todos haviam tomado partido. A grande maioria torcia por Antônio Dó, em presença da piedade cristã pelos mais fracos ou perseguidos, a quem já começavam a atribuir poderes sobre-humanos, sobrenaturais. (BRAZ, 2006, p. 395).

Antônio Dó transformou-se num mito popular. A distância das forças políticas não lhe garantiu o sossego. Depois de ter sido traído por Francilha e pelo jagunço Olímpio, Dó é assassinado com um golpe certo de mão de pilão, covardemente: “No momento em que Antônio Dó se abaixou para recolher um pau de lenha ele rápido apanhou uma mão-de-pilão que estava próxima e bateu forte em sua cabeça. Ele caiu, o sangue a escorrer da cabeça. Outra paulada, mais outra” (BRAZ, 2006, p. 595).

O desfecho da obra dialoga intertextualmente com o romance *Iracema* de José de Alencar, quando o narrador evoca a última parte do romance: “Tudo passa sobre a terra”, encerrando melancolicamente a narrativa. O personagem Antônio Dó, na escrita brazeana, transcende os acontecimentos e, por meio da literatura, mantém-se vivo e resistente. A memória dos homens pode apagar seus vestígios, mas o livro o consagra e o preserva. Assim como o rio que corre seu curso e segue, essa passagem sugere que tudo passa: as disputas, o homem, Antônio Dó, tudo é passageiro. Mas a linguagem, como ritual em que se manifesta o mito, sobrevive.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, que se propôs a estudar os personagens Antônio Dó nas escritas de Manoel Ambrósio de Oliveira e Petrônio Braz, objetivou refletir como o discurso literário articula tempo, memória, literatura oral na representatividade do homem que teve existência civil e que, provavelmente, tenha sido o mais célebre da região dos Gerais mineiros. A análise construída nesta dissertação propôs como fio condutor destacar a ambivalência entre história e ficção acerca do personagem Antônio Dó durante a passagem pelo sertão baiano-mineiro no final do século XIX e início do século XX. Além de conceber ao personagem o caráter mítico e histórico, nossa análise imprimiu como protagonista a paisagem sertaneja, palco da trajetória desse personagem. Sua importância se deu por ser o espaço de travessia, de lutas e domínio, características importantes para a tradição de um povo, de uma região.

Ao analisar as narrativas de Manoel Ambrósio e Petrônio Braz, compreendemos que ambos recriam o ambiente em que viveu Antônio Dó e reproduzem os percalços e vitórias sofridas em sua trajetória, mas cada qual de acordo com o seu próprio tempo e sua livre interpretação dos fatos. Por isso, por se tratarem de serem os dois escritores sertanejos, barranqueiros, que falam sobre o espaço do sertão e sobre o fenômeno do jaguncismo mineiro, julgamos necessário, no primeiro capítulo, refletir sobre o espaço sertão e sua representatividade na ficção. Destacamos os tipos representativos desse espaço (o sertanejo, o cangaceiro e jagunço) e a relação histórica e literária da identidade do homem sertanejo.

No segundo capítulo, analisamos a construção do personagem Antônio Dó, a partir dos autores Manoel Ambrósio e Petrônio Braz, buscando compreender esse fenômeno social a partir da representação literária.

Na ficção, especialmente na de Braz, Antônio Dó foi representado em sua potencialidade e falibilidade humana, contrapondo-se à versão histórica, em que figura como um perigoso criminoso, como relatam os jornais da época. As imagens simbólica, mitológica e históricas do personagem Antônio Dó ofereceu-nos suporte para refletirmos as imagens circundantes desse sertanejo tão importantes na construção da narrativa. A sua relevância se dá não apenas no plano histórico; no plano ficcional, também se abrem caminhos para a representatividade do homem

sertanejo, sua cultura, sua forma de vida e a forma poética que circunscreve suas circunstâncias e seu lugar, nas duas narrativas.

A partir da análise compreendemos aqui que as obras se diferem no modo de configurar o personagem: para Manoel Ambrósio, Antônio Dó apresenta-se como o anti-herói, porque não se percebe, em seu livro, a tentativa de construir um personagem que se destaca, quer por seus tributos físicos, quer por sua força moral, dos homens comuns. No livro de Ambrósio, são as circunstâncias que aparecem sobrelevadas no enredo, elas são constituídas como a causa maior da escolha de Dó pelo jaguncismo.

Para Petrônio Braz, Antônio Dó estava fadado a alguma coisa grande, já pressentida em seu porte e sua conduta, desde a infância. Sua fragilidade e potencialidade humana é mote prioritário na narrativa, o que o aproxima da figura do herói problemático.

De acordo com o teórico da literatura húngaro Georg Luckács, o herói problemático se diferencia do herói romanesco - aquele cuja força e coragem superam as das pessoas comuns -, o herói problemático normalmente é o ser humano na sua pequenez, cheio de fraquezas, manias e incertezas diante de um mundo no qual se sente deslocado. Nos romances de herói problemático, de acordo com Lukács, há coincidência imediata entre a estrutura econômica e a estrutura romanesca, entre a inautenticidade do mundo em que vive o herói e o universo poderoso de uma economia, cujos valores de troca sobrepujaram os valores de uso, aos quais o criador e seu herói se acham ligados. Para Lukács, a literatura teria, pois a capacidade de dar a conhecer para modificar, isto é, para levar o leitor – uma vez que vislumbrou pela ficção uma realidade mais profunda – a desejar transformá-la. Essa transformação se apresenta para o teórico húngaro, num plano político e social, gestando no leitor, projetos revolucionários, pelo vislumbrar de uma sociedade mais justa e mais humana. E o leitor, como o herói problemático do romance, após lê-lo estaria mais propenso a sair em busca de valores autênticos.

Tais abordagens formam um tecido de fios que complementam uma teia representativa do fazer literário constituindo o homem sertanejo como potencialidade humana e mito. Essa análise nos levou a compreender que a ambivalência do personagem Antônio Dó perpassa pelos textos literários e históricos e os elementos

naturais que constituem o personagem são reflexos do cotidiano, do imaginário e da interpretação do narrador, autor e leitor.

Petrônio Braz segue a tradição de Guimarães Rosa, quando direciona suas pesquisas colocando em cena personagens e fatos advindos do sertão mineiro, marginalizado, cercado pela sociedade e paisagem característica. Mas sua escrita, embrionariamente, está no livro de Manoel Ambrósio e seu esforço de revelar a história de Antônio Dó.

Tanto Petrônio Braz quanto Manoel Ambrósio universalizam a problemática vivenciada pelos seres vitimados da opressão. Em Petrônio Braz, o mundo de opressão é rompido, quando Antônio Dó enfrenta as acusações do delegado Andalécio e destrói a cerca erguida por Chico Peba. Em Manoel Ambrósio, a entrada de Antônio Dó no banditismo promove seu rompimento definitivo com a fazenda Boa Vista e seu passado de fazendeiro.

A ambiguidade adquirida por Antônio Dó culminou para sua fama de bandido, herói ou mito e defini-lo como herói ou bandido, opressor ou oprimido, fazendeiro ou jagunço é apenas uma possibilidade entre outras tantas possíveis.

Nas histórias do jagunço mitificado, que figuram nas narrativas estudadas, encarna-se uma forma peculiar de luta contra a desordem; peculiar porque autônoma com relação ao poderio dos fazendeiros e chefes locais e distinta da violência "gratuita". De formas diferentes, os escritores que constituem o nosso objeto, representaram mundos que deram voz às contradições e mazelas do Brasil, em cujo território a modernização nunca ocorreu de forma homogênea. O Brasil urbano, progressista e litorâneo pouco sabe do Brasil rural, agreste e rude. Esses livros, como outros da nossa tradição literária, expõem a face contraditória do nosso país e as desigualdades que existem. Antônio Dó pode ter muitos nomes; tornou-se herói para o povo oprimido, porque expôs, com sua luta, a face mais cruel de nosso processo civilizatório.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Bibliografia dos autores

AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O Bandoleiro das Barrancas*. Encontro com o folclore. Imprensa Vespertino Ltda. Petrópolis: Editor: Francisco de Vasconcelos, 1976.

BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: A saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006.

BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: A saga de Antônio Dó*. Montes Claros: Editora Saramandaia, 3ªed., 2014.

### Bibliografia geral

ABREU, J. Capristano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado, 1998.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALENCAR, José. *O sertanejo*. São Paulo: Ática, 2004.

ALESSIO, Renata Lira dos Santos. A representação social da violência na literatura de cordel sobre cangaço. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 24, n. 4, dez. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932004000400007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932004000400007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 12 set. 2013.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A Tradição regionalista no romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1999.

AMADO, Janaina. Sertão, região, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf)> Acesso em: 14 jun. 2018.

ARAÚJO, Emanuel. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais*. In DEL PRIORY, Mary. (org.) *Revisão do Paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BARROSO, Gustavo. *O sertão e o mundo*. Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1923.

- CALASANS, JOSÉ. *Os jagunços de Canudos*. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/carav\\_0008-0152\\_1970\\_num\\_15\\_1\\_1772](https://www.persee.fr/doc/carav_0008-0152_1970_num_15_1_1772). Acesso em: 15 ago 2018.
- CANDIDO, A. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: *Vários escritos*. 4.ed. Reorganizado pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 99-124.
- CANDIDO, A. O sertão e o mundo. *DIÁLOGO*. Revista de Cultura n.8 (número Especial sobre Guimarães Rosa). São Paulo: Sociedade Cultural Nova Crítica, p.5-18. nov. 1957.
- CANDIDO, Antonio *et al.* *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz. 2000.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1954.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Flor de Romances Trágicos*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra/Natal: Fundação José Augusto, 1982
- COUTINHO, Afrânio. *Notas de Teoria Literária*. 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.
- CUNHA, E. da. *Os sertões (Campanha de Canudos)*. 23.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954. 554p.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GALVÃO, W. N. *As formas do falso: um estudo sobre a Antigüidade no Grande sertão: veredas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. 132p. (Col. Debates – Críticas).
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. Trad. de Johannes Kretschmer. São Paulo: 34 ed., 1999.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Trad. de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. v. 2, p. 955-987.

KLEIST, Heinrich von. *Michael Kohlhaas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KOTHE, Flávio René, *O Herói*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

LIMA, Marcela Telles Elian. *Pelas Margens do Rio São Francisco: A trajetória histórica e ficcional de Antônio Dó*. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Minas Gerais, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade Nacional*. Revan. Rio de Janeiro: 1999.

LINS, Wilson. *O médio São Francisco*. Bahia. Edições Oxumaré, 1952.

LUKÁCS, Georg. O romance como epopeia burguesa. In. *Revista Ensaio Ad. Hominem*. n. 1. tomo II. Trad. Letizia Zini Antunes. São Paulo: Estudos e Edições Ad. Hominem, 1999.

MACÊDO, Heitor Feitosa. *Jornal Acontece*, Região do Cariri - De 30 de outubro a 10 de novembro de 2014, nº 53.

MARTINS, Saul. *Antônio Dó – A história verídica de um jagunço famoso*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste*. São Paulo, Martins Editora, 1962.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. *Antônio Dó: um bandido social das margens do Rio São Francisco – 1910/1929*. Uberlândia. Dissertação de Mestrado. 2004.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. Oralidade: as várias faces da vida de Antônio Dó. *Revista de História e Estudos Culturais*, v.2, 2005. Disponível em: <http://WWW.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 11 jan. 2017.

ROMERO, Emílio. *O inquilino do imaginário. Formas de alienação e psicopatologia*. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

- ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19ª ed. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 2001.
- ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Nova Aguillar, 1994.
- ROSENFELD, Anatol. *O mito e o herói no moderno teatro brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social ou princípios do direito político*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, Judite Corrêa. *Serrano de Pilão Arcado: as mitopoéticas do sertão são-franciscano na saga de Antônio Dó*. 81 f. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos Literários). Programa de Pós- Graduação em Letras: Estudos Literários – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Montes Claros, 2014.
- SENA, Custódia Selma. *Interpretações Dualistas do Brasil*. Goiânia: Editora UFG, 2003.
- TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. 6. edição. São Paulo: Ática, 1993.
- TELES, Gilberto Mendonça. *O lu(g)ar dos sertões*. Verbo de Minas: letras. Juiz de Fora, v. 8, n. 16, jul./dez. 2009.
- TERÊNCIO, Paulo. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Typ. Benedicto de Souza, 1929.
- TURCHI, Maria Zaíra. Jagunço e jaguncismo: história e mito no sertão brasileiro. O público e o privado - Nº7 - Janeiro/Junho – 2006.
- VALLERIUS, Denise Mallmann. Regionalismo e crítica: uma relação conturbada. *Revista Antares*. nº 3. 2010
- VASCONCELOS, Sandra Guardini. Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem em grande sertão: veredas. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 321-333, 1º sem. 2002. Disponível em: <[seer.pucminas.br/index.php/scripta/article/download/12410/9706](http://seer.pucminas.br/index.php/scripta/article/download/12410/9706)> Acesso em 12 jun. 2017.
- VIANNA, Oliveira, *Instituições políticas brasileiras*. Vol. 1, Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.
- VIANNA, Urbino: *Monografia do município de Montes Claros: breves apontamentos, breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*, 1916.
- VINAUD, Naiara C. A.; MARTINS, Aléssio P.; AMARO, Fernanda R. O sertão em prosa e em verso: transformações ocorridas no cerrado mineiro descritas pela literatura dos poetas e dos cancioneiros populares. *Caminhos da Geografia*, v. 8, n. 23, Uberlândia, p. 106, 2007. Disponível em <[www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15668](http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15668)> Acesso em 18 mai. 2018.